REFLEXÕES GEOGRÁFICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Aiala Colares Oliveira Couto
Luiz Augusto Soares Mendes
(Organizadores)

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO

As dimensões geográficas e filosóficas dispersas nas linhas que compõem essa coletânea de textos tratam da atual conjuntura da sociedade e do capitalismo, ambos globalizados em meio à crise de pandemia provocada pelo Sars-CoV-2 (novo coronavírus). São indagações provocativas que surgem como tentativas de explicações sobre os processos de reprodução de desigualdades socioespaciais; mais do que isso, elas buscam trazer também ao leitor a esperança de que podemos construir alternativas e relações de solidariedades a partir de outros mundos, outras geografias, as quais – entendidas em sua essência – nos permitem compreender mecanismos de (sobre)vivências fundamentadas sobre as práticas de cidadãos historicamente subalternizados.

Nesse sentido, a referida coletânea é resultado da reunião de textos escritos por um grupo de pesquisadores críticos às perversidades sistêmicas do capital e às atrocidades da globalização neoliberal. Assim, embora os capítulos deste livro abordem questões mais gerais, existe um lugar específico que situa a fala de cada um dos autores que aqui fazem parte destes escritos sob os olhares geográficos.

A Amazônia é o lugar que representa a fala e as palavras de cada um dos pesquisadores/autores que se dedicaram ao trabalho intelectual do qual originou este livro. Produções que tratam do compromisso com a ciência e da preocupação que cada um tem com as condições sociais e geográficas do mundo sob uma perspectiva do modo de produção capitalista. Por isso, compreender a crise do Covid-19 diz respeito também às implicações que ela provoca na humanidade ao atingir os mais vulneráveis.

Proposições de outros(as) tempos/temporalidades, de outras histórias e vivências estão expressas nestas linhas e páginas aqui apresentadas, pois, são reflexões que apontam para possibilidades e potencialidades sociais que requerem mudanças significativas nas estruturas econômicas, políticas e, sobretudo, culturais no que tange o modo de vida de uma sociedade, a qual se encontra entre os ditames da hipermodernidade, pós-modernidade ou modernidade. Nossas inquietudes são expressas para além de simples adjetivos ou categorizações que permanecem a colonizar o imaginário social, o saber, a vida e, principalmente, as condições de existências.

Abrindo os debates, o texto de autoria do geógrafo e militante do Movimento Negro **Aiala Colares Couto**, realiza uma análise das dimensões geográficas da necropolítica do vírus, uma vez que, para este autor, a crise global de saúde pública que

o “novo” Coronavírus provocou na estrutura das políticas neoliberais dos Estados nacionais não confirma o fim do capitalismo ou o esgotamento de um sistema econômico.

O autor aponta, contudo, que o “novo” coronavírus vem reforçar um projeto de modernidade que através da expansão genocida do capitalismo (necrocapitalismo) há uma distinção entre as vidas que valem e as vidas descartáveis, portanto, a crise de saúde pública que a COVID-19 provoca afeta as populações mais vulneráveis da periferia global. Por isso, caminha-se para as incertezas que nos dão a certeza da urgência de construir um novo projeto de humanidades, diz o autor, um projeto melhor do que este que está pautado em uma sociedade do consumo.

O segundo texto é de autoria do poeta e professor **Edir Augusto Dias Pereira**, no qual expõe de maneira intensa os problemas do capitalismo e da natureza social, bem como, os da social natureza. O autor retrata a ecologia política para falar da necessidade de uma humanidade, pois explica como um vírus circula planetariamente devido a sua característica social e a mobilidade humana em níveis mundiais para realizar diversas atividades, sejam elas religiosa, geopolítica, econômica, sejam a trabalho, turismo, etc.

Essa reflexão, então, demonstra como o capitalismo é um vírus, mais letal que o próprio coronavírus em níveis planetários. A pandemia naturalizou as mortes e o medo, porém o capitalismo naturalizou a desigualdade, assim, as mortes ocasionadas pelas ausências de condições sociais para conseguir combater o coronavírus não são fatalidades. O autor entende que a Covid-19 não só revelou, como escancarou as fissuras sociais do mundo capitalista patriarcal e moderno-colonial. Edir, mostra como os problemas de uma conjunção social são massificantes e coisificadores das vidas em objetos. Destarte, dimensiona que o capitalismo produz e torna qualquer pandemia não em uma ameaça de extinção da vida humana, mas na potencial eliminação dos mais pobres.

Com influências fortes de sua vivência na Universidade de São Paulo e uma visão de gestor público, o Professor e Deputado Federal **Edmilson Brito Rodrigues** trouxe um pouco de sua leitura de Milton Santos para compreender como a pandemia movimenta o território ao expor diversas formas de uso das estruturas hegemônicas e as de características populares da técnica no território brasileiro. Ele nos apresenta uma “geografia da negação do direito pleno à cidadania” ao trazer dados sobre a ausência de saneamento básico, bem como a distribuição desigual de médicos no território brasileiro.

Edmilson constrói uma geografia da diferença do território usado, ponderando sobre a desigualdade, a qual está vinculada contrariamente à Constituição Federal do Brasil de 1988, na qual prevalecem vieses do neoliberalismo e uma geografia da perversidade. Ao fim, o autor defende a existência de uma "geografia da medicina" para entender os efeitos da pandemia, que têm origem na geopolítica e nas relações econômicas com base nas ideias "miltonianas". Há uma ideia de eugenia expressa pelo autor que deve ser entendida de acordo como o governo e um conjunto de pessoas – a elite – comportam-se diante do "negacionismo" do isolamento social como forma de enfrentamento do coronavírus para que se prevaleça o fortalecimento da economia.

Na sequência, o geógrafo **Felipe Kevin Ramos da Silva**, professor da rede privada de educação básica, usa sua experiência com a fenomenologia para falar das grafias do existencialismo, que funcionam de acordo com o tempo de pandemia. O autor evidencia algumas problemáticas no âmbito das articulações perante o atual vírus global, o Covid-19. Segundo o autor, perante a isto, temos como tripé norteador as dimensões vida-morte-cuidado como modos de pensar a realidade dentro das circunstancialidades apresentadas pelo novo coronavírus.

De um modo geral, o texto busca tratar e evidenciar a importância de algo que muitas vezes é negligenciado pela sociedade brasileira: os aspectos essenciais da existência e suas filiações geográficas como os hábitos cotidianos que, neste momento, estão se ressignificando de forma positiva ou negativa. Pensar geograficamente as interfaces vida, morte e cuidado é considerar em nossas análises a importância da educação sobre a finitude humana como instrumento de conscientização social, da responsabilidade consigo e com o outro, da corporeidade como manifestação da alteridade social. Negar o sentido de casa e priorizar os espaços públicos tumultuados é uma forma de legitimar que os "espaços familiares" nem sempre são tão familiares como se pensava. Daí os espaços públicos caracterizarem-se como "espaço de camuflagem" de nossas angústias contemporâneas. Essa perspectiva geográfica sobre o embate sociedade-Covid 19 inclui, portanto, repensar os espaços, nossas atitudes e valores, sobretudo o espaço da casa, de nossas moradias/residências.

Na reflexão do professor da rede federal de ensino básico, **Jorge França da Silva Medeiros**, podemos ser conduzidos a uma reflexão comparativa entre a pandemia da Covid-19, a da gripe espanhola e a da H1N1, ambas no século XX. É desenvolvida, então, uma extensa abordagem das condições sociais que são afetadas pela pandemia do novo coronavírus, em uma conjuntura geopolítica internacional. O autor realiza uma

profunda discussão dos condicionantes sociais e espaciais presentes de maneira desigual na sociedade e conclama para uma importância sintagmática da geografia e do conhecimento geográfico para ajudar a resolver problemas diante de crises.

O texto do sociólogo **José Augusto Carvalho de Araújo** faz uma demonstração sobre o perfil de como a pandemia do COVID-19, a qual surge em Wuham, na China, tem se apresentado para nós neste século, após 100 anos do surgimento da Gripe Espanhola, nos Estados Unidos. O autor demonstra como ambas as virologias se comportam socialmente e economicamente a partir de valores epidemiológicos já confirmados.

Para o autor, o comportamento mais individualizado provavelmente dará espaço para atitudes coletivas, visando o estado do bem-estar social. A Holopatogênese seria uma nova inversão de valores de vigilância sanitária, de princípios, de informações sobre o que seja a saúde, o conhecimento sobre os aspectos mórbidos não como descrição das doenças, mas como aspectos patológicos que podem ser acumulados quando o indivíduo se vulnerabiliza e vive aspectos de riscos sociais e ambientais no seu cotidiano.

Em seguida, vem o texto do geógrafo e graffiteiro **Leandro Tartaglia**, que não é um nortista, mas que conviveu bastante cosnoco e pontecializou sua sensibilidade com questões regionais, sobretudo pelo seu ativismo do *graffit*, destaca como a paisagem da sociedade urbana que se expressa de forma maior na métropole transformou-se em uma dimensão pandêmica. Sua análise, com base na ideia do sistema mundo moderno-colonial, apresenta a problemática social, a qual é produto da atual fase rentista do capitaslismo financeiro.

Esse texto evidencia um sistema caótico, produtor de crises, que já estava situado no Brasil antes da chegada do coronavírus. Um cenário que então produz paisagens pandêmicas, as quais resultam ainda assim da maneira como compreendemos, tratamos e transmitimos a informação de um vírus misterioso, cuja existência expõe as dificuldades e limites do nosso regime de visibilidade, o qual precisa ser mais apurado.

No texto do professor e ativista **Luiz Augusto Soares Mendes** podemos nos ater às inquietudes e questionamentos do seu olhar sobre a cidade e a sociedade, que para ele está dominado pelo medo, sentimento que agora dificulta as trocas e colocam-nas ausentes na reprodução capitalista. No texto, em específico, podemos vislumbrar a paisagem urbana modificada nesse período de pandemia, mas que é acrescida pela

intensificação da desigualdade, de uma maior visualização das contradições de que está na rua, nas suas necessidades.

Como diz o próprio autor “o coronavírus escancarou a luta de classes dos pobres versus os ricos”, deixando evidente como em todos os tempos pobres e ricos estão em antagonismos, lutando pela vivência e outros apenas pela sobrevivência. O autor destaca como uma economia política da cidade funciona em tempos de pandemia, com base no medo, na reprodução desigual da vida e na luta pela vida; alguns se expõem para o contágio e outros se resguardam atrás dos seus muros, suas cercas e guaritas.

Já para o professor **Sandoval dos Santos Amparo** há a necessidade de uma geograficidade ensinada na escola, a qual também precisa ser mais trabalhada nos “espaços de teorizações mais aceitos socialmente”. O texto aborda o modo como tudo que sabemos sobre a Covid-19, remete à geograficidade, desde sua propagação até as estratégias de prevenção, de modo que o isolamento social é, acima de tudo, isolamento geográfico. O autor destaca que percepções equivocadas sobre a geografia demonstram como ela está longe de ser uma disciplina enfadonha, já que tem sua importância ampliada com as diversas possibilidades de explicação geográfica dos fenômenos, sobretudo por meio da escala, instrumento teórico da análise geográfica.

O autor ainda aborda a distinção essencialmente geográfica entre epidemia – um fenômeno de localização restrita no tempo e no espaço – e pandemia – a difusão da anomalia geográfica para escalas mais amplas – e traçauma brevíssima configuração geográfica do mundo atual para esboçar uma explicação para a difusão do coronavírus, que se configura como a primeira pandemia efetivamente "global" de que se tem conhecimento.

Dessa maneira, o autor expõe as necessidades infraestruturais da sociedade como os problemas sanitários, de ausência de hospitais e uma higiene social para a proliferação de doenças e das pandemias. Chega a mencionar no seu texto a existência de uma vasta reticularidade técnica no mundo, que conecta pessoas, lugares e espaços questionando o seu uso, a ponto de propor que se aquela fosse utilizada para modificações sociais e não apenas para fins de lucratividade, teríamos outras possibilidades de combate à Covid-19.

Por fim, o artigo que encerra essa brilhante coletânea, é o do professor e fenomenólogo **Wallace Wagner Rodrigues Pantoja**, que nos contempla com exatidão e sensibilidade com o que chama de desorientações geográficas, para explicar como

fomos pegos de surpresa pela Covid-19 e, ainda assim, como simples ações vitais foram impedidas de serem realizadas.

O autor explica a condição contemporânea urbana sob o desígneo de “pós-modernidade ou hipermodernidade”, ressaltando como somos desorientados e precisamos repensar e realinhar nossas (des)medidas. O professor avalia quais os impactos psicológicos temos na forma como fomos pegos pela pandemia da Covid-19. Nos contempla, também, com apreensões existenciais da vida cotidiana de um momento de ressignificações de tempos já vividos,mas dificeis de serem compreendidos.

O texto é muito mais um rigor da percepção do que a precisão do encadeamento de fatos. Desde o lugar como nossa conexão com o mundo, relaciona duas experiências geográficas em contexto pandêmico: sitiar-se e situar-se. Não são experiências separáveis, mas focos que reafirmam certas figuras impregnantes no espaço (formas motivadoras de outras, um poder de multiplicação re-criadora), podendo reposicionar nossos corpos em estado de sítio para o estado de situação rebelde, não só em função da estrutura geral previsível, mas da contingência imprevisível das subjetividades asfixiadas pelo estreitamento do horizonte e fechamento do futuro.

Portanto, as contruções que buscamos expor aqui colocam além de proposições sobre a existência humana, elas buscam indagar a nossa condição atual de vida. Todos os textos, além de afirmações, são grandes inquietudes, assim nos trazem vários questionamentos para que possamos refletir enquanto seres humanos o nosso papel na existência desse planeta e dessa sociedade.

Desejamos a todos uma leitura instigante e crítica dos debates que aqui são expostos.

Belém-Pará-Brasil. Tempos de pandemia!

Organizadores.

DIMENSÕES GEOGRÁFICAS DA NECROPOLÍTÍCA DO VÍRUS

Aiala Colares de Oliveira Couto

Dimensões de uma geografia da morte

O surto pandêmico provocado pelo "novo" Coronavírus trouxe inúmeras incertezas sobre o futuro da humanidade pós-pandemia. A afirmação parte do pressuposto de que o vírus, intitulado de SARS-II ou COVID-19, forçou os Estados nacionais (alguns mais e outros menos) a adotarem medidas de isolamento social como forma de enfrentamento ao vírus. Por outro lado, essas medidas, chamadas também de *lockdown*, provocaram grandes debates acerca dos mercados de consumo e de trabalho, visto que, sem consumo em massa a busca incessante pela lucratividade é afetada levando, em alguns casos, à redução dos postos de trabalho, situação a qual aumenta o desemprego conjuntural. Isso não se trata apenas de conjuntura econômica, pois mudanças na estrutura de trabalho das empresas estão se dando com o Home Office, que as mantêm em funcionamento, porém, com o quadro reduzido e com serviços e controle mais intensos.

Desde quando a globalização neoliberal vem se consolidando, mais especificamente após os anos de 1980, percebemos a existência constante de um sistema de crises, o qual se reproduz nas narrativas dos Estados. Desse modo, as crises pesam sobre os trabalhadores, que têm enfrentado cada vez mais a super exploração e precarização de suas forças de trabalho. A crise pesa também sobre os aposentados, que tiveram uma diminuição assídua de sua fonte de renda, e ela chega de forma devastadora aos "sem tetos" dos grandes centros urbanos, os quais sofrem com a seletividade geográfica produzida pela exclusão socioespacial.

A crise do capitalismo atinge, além desses grupos, mulheres, transexuais, gays, lésbicas, negros e indígenas, portadores de necessidades especiais e crianças. Ela se dá de forma perversa principalmente sobre a população subalternizada das periferias do capitalismo globalizado. Com isso, o discurso de que a crise é global deve ser relativizado, já que a geografia nos mostra que a expansão do modo de produção capitalista ocorre numa relação centro e periferia por meio da exploração dos recursos que, por séculos, alimentam um *necroestado*, cuja estrutura instituiu, por meio da racionalidade econômica, uma perspectiva liberal democrática ocidental que, através do

genocídio, consolidou as bases de produção da riqueza de uns em detrimento da miséria de outros.

Chama atenção o fato de que é preciso termos a compreensão que uma crise de pandemia se torna muito mais grave naqueles países que mantêm condições sub-humanas de moradia para as suas populações e que enfrentam problemas de déficits nos serviços de saúde pública. São nações que tiveram suas riquezas saqueadas pelas grandes potências europeias durante o Período Colonial nas Américas e por todo o Imperialismo, o qual explorou a África e a Ásia.

Além disso, o neoliberalismo como modelo político e civilizatório impôs uma ordem social hegemônica que aprofundou conflitos sociais internos de cada Estado que o abraçou de forma ortodoxa. Impõe-se, então, uma ordem social branca-cristã-judaíca-hetéro-normativa potencializadora do racismo, do machismo, da misoginia, da lgbtfobia, dentre outras formas de perseguição e ódio contra os chamados indesejáveis, ou não civilizados, ou como alguns preferem chamar: ódio contra as minorias nos espaços de poder.

A história do capitalismo é a história do genocídio dos povos que foram colonizados no "resto do mundo", é o estabelecimento de uma necropolítica (MBEMBE, 2006), a qual se deu sobre africanos e povos originários das Américas. O capitalismo desenvolvido pelo necroestado foi tão mortífero quanto qualquer tipo de vírus; tivemos povos inteiros dizimados (Incas, Astecas e Maias, por exemplo), escravizados, silenciados e subalternizados. Mesmo após o colonialismo, as potências europeias mantiveram uma colonialidade do saber, do ser e de poder (LANDER, 2005), situação a qual nos remete mentalmente a uma ideia de universalização das ciências e das narrativas sobre os povos do mundo.

Além disso, os surtos pandêmicos nos têm ensinado que as crises de pandemia só se tornam globais quando vitimizam populações de países que representam o centro do capitalismo. Enquanto elas se concentram em países pobres da periferia, em nada representam ameaças à estabilidade econômica e política do mundo. Há, nesse sentido, uma seletividade naquilo que representa o direito de vida e o direito de morte. Nestes termos, necroestado, necrocapitalismo e necropolítica estão relacionados na gestão da vida e na regulação dos corpos, definindo-se também como uma biopolítica (FOUCAULT, 1999).

Quando o "novo" Coronavírus começou a se manifestar na China, matando milhares de pessoas, as grandes potências pareceram não se preocupar com a

possibilidade de uma crise global gerada por um surto pandêmico. Afinal, o vírus manifestava-se no país mais populoso do mundo com 1.419 bilhão de habitantes, localizado no Leste da Ásia. Contudo, não se tratava de qualquer país e sim de um dos principais motores da econômica global com o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, ficando atrás apenas dos EUA.

Os fluxos populacionais de empresários, executivos e políticos para a China são cotidianos. O mundo inteiro, hodiernamente, faz comércio com esse país e foi praticamente inevitável o "novo" Coronavírus não acompanhar tal mobilidade. Não procuro aqui fazer qualquer tipo de acusação inconsequente aos chineses, visto que, as transformações ocorridas na relação entre homem e natureza nos últimos séculos têm trazido à tona debates acerca das novas doenças infectologicas que afligem a humanidade. De certo, a urbanização acelerada, a poluição dos rios e do ar, o uso de agrotóxicos, a contaminação dos lençóis freáticos, o desmatamento intenso, as queimadas das florestas e, por fim, o aquecimento global, são todos ameaças à existência de vida humana na Terra.

O "novo" Coronavírus atravessa do Pacífico para a Europa, produzindo uma geografia da morte: Reino Unido (41.662), Itália (34.301), Espanha (27.136) e França (29.389). Até o dia em que este texto estava sendo escrito a Europa já ultrapassava os 150 mil mortos. Na América do Norte, os EUA, assim como o Brasil na América do Sul, também negligenciaram os efeitos catastróficos que o SARS-II, ou "novo" Coronavírus, poderiam fazer em seu território. No dia 14 de junho de 2020 os EUA somavam um total de 117.400 mortes e o Brasil 42.802 mil vítimas fatais ocupando, assim, a segunda posição no ranking mundial.

O vírus vem fazendo uma mudança, mesmo que forçada, nos hábitos cotidianos de muitas pessoas que se enquadram no chamado grupo de risco: países com um número considerável de idosos correm o perigo de terem suas populações diminuídas. Porém, não são idosos apenas que sofrem a ameaça do SRS-II, hipertensos, diabéticos, pessoas com problemas de obesidade e pneumonia também se tornam potenciais vítimas do Coronavírus, e, portanto, já são mais de 427 mil mortes no mundo provocadas pelo surto pandêmico, anunciando uma crise de saúde humanitária.

Por enquanto, o continente americano concentra 48,26% dos casos, a Europa 31,19%, a região do Leste Mediterrâneo 9,86%, a África 2,17% e o Sudeste Asiático 5,92%. Esses números demonstram uma distribuição espacial bastante desigual no mundo. E a China? O país acusado de ter iniciado todo esse problema acumula, nesse

momento, um total de 4.634 mil nortes. Isto é, esse dado deixa muitas dúvidas sobre a origem de fato do novo Coronavírus, e também fizeram com que muitas teorias da conspiração fossem apresentadas como uma explicação geopolítica do vírus. Por isso, é preocupante fazer uma análise que parte de uma acusação ou de uma proposta de conspiração contra o motor da economia global.

Sucessivas crises de pandemias no Mundo globalizado

Pode-se dizer que a COVID-19 é a grande ameaça global deste início da segunda década do século XXI. No período de 20 anos, a SARS causou três grandes surtos em todo o mundo, demostrando duas questões: em primeiro lugar, trata-se de um vírus emergente; e, em segundo lugar, é um vírus que sofreu mutações. Essas duas questões devem alertar para que de fato haja investimentos em ciências e pesquisa laboratorial voltadas para a imunização e para acura de pessoas infectadas. Além disso, serviu de alerta para a necessidade de reestabelecer os sistemas de saúde, preparando-os para eventuais crises pandêmicas.

Embora o continente asiático tenha apresentado nas últimas décadas problemas de pandemias, não se pode apontar certo determinismo que destaca localização geográfica, clima e os hábitos culturais da população como fatores favoráveis à reprodução dos vírus. Na verdade, o vírus é um dado da natureza e das transformações sofridas por ela em função dos processos de industrialização e urbanização, além dos constantes usos de produtos químicos na agricultura, os quais promovem transformações que afetam a biodiversidade do planeta. Acredito que esses fatores têm muito a explicar sobre várias doenças que a humanidade hoje enfrenta. O novo coronavírus é só mais uma pandemia de um vírus que só se manifesta quando provocado e que acertou precisamente o capitalismo global, pelo menos, enquanto uma crise temporária, a qual trouxe reflexões importantes sobre o papel do Estado diante de crises e pandemia.

O século XXI conviveu com vários surtos de pandemias originadas por ações de vírus, em que algumas foram superadas e outras encontram-se apenas controladas, pois, no caso do controle, isso ocorre porque ainda não se descobriu a cura para determinados tipos de infecções causadas por determinados tipos de vírus.

O primeiro grande surto de gripe foi a Gripe Espanhola (1918-1919), a qual deixou cerca de 50 milhões de pessoas mortas. Essa pandemia é considerada até hoje a

que mais vitimou pessoas em um curto espaço de tempo. A ação mortífera do vírus matou mais do que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Os primeiros casos foram registrados nos EUA, espalhando-se pela Europa e por todo o planeta.

A China foi o lugar onde surgiram os primeiros casos da gripe asiática (1957-1958), mais especificamente no Sudeste país. De início, os idosos foram as maiores vítimas de uma gripe que, de forma agressiva, causava problemas pulmonares. O vírus chegou aos EUA e à Europa deixando no mundo um saldo de 1,1 milhão de mortos. Posterior a esse surto pandêmico, temos a gripe de Hong Kong (1968-1970) que fez cerca de 1 milhão de vítimas fatais e atingiu muitas crianças na Ásia, EUA e Europa.

A Síndrome Respiratória Aguda (SARS) (2002-2003) também teve o sul da China como o seu local de origem, onde as primeiras explicações apontavam a transmissão feita pelo morcego ao homem através da civeta, uma espécie de mamífero que é comercializado nos mercados para ser consumido como alimento. O fato é que esse vírus, altamente contagioso, causa pneumonia aguda, às vezes sendo fatal, o que deixou o número de 774 mortos. A SARS chegou a atingir cerca de 30 países, mas esteve mais concentrada na China e em Hong Kong.

Também tivemos a gripe aviária (2003-2004), em que granjas de frango foram destruídas em Hong Kong com 1,5 milhões de aves mortas. Com isso, o vírus foi transmitido para seres humanos, fazendo com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretasse emergência global de saúde pública. Foram registradas 400 mortes causadas por esta gripe, número bem inferior em relação aos outros surtos.

Na América Latina, o México, em 2009, sofreu com o surto de “gripe suína”, ocasionada pelo vírus H1N1. A contaminação ocorre de um humano contaminado para outro humano e por isso o consumo de carne de porco não representa qualquer risco. Neste mesmo ano a OMS declarou estado de emergência e isso fez com que a H1N1 fosse caracterizada enquanto uma pandemia, responsável pela contaminação de 27.737 pessoas no mundo que deixou um saldo de 11.300 mortos, segundo a Organização.

Já na África, a epidemia do Ebola espalhou-se pela Libéria, Guiné e Serra Leoa, com um tipo de febre hemorrágica. Seu surtou pandêmico ocorreu de 2013 a 2016, mas o vírus Ebola foi identificado pela primeira vez em 1976. Ademais, houve surtos pequenos em Mali, Nigéria e Senegal. Na Europa, Espanha, Itália e Reino Unido houve casos registrados da doença e nos EUA alguns casos também foram identificados, porém, nada fora de controle. A OMS notificou um total de 11.323 mortes. Em 2018, o

Ebola reapareceu na África, mas agora na República Democrática do Congo, deixando um saldo de 2.200 vítimas fatais.

Essa explanação demonstra que não há como determinar um foco epidêmico, tendo em vista que, vários fatores podem contribuir para a difusão de um vírus. No entanto, todos os surtos epidêmicos que foram destacados produzem uma geografia. Uma geografia do vírus que precisa ser compreendida e que tem relação com a produção dos espaços geográficos, com os fluxos migratórios, com as desigualdades ou seletividades espaciais.

No caso do SARS-II, várias teorias surgiram tentando dar conta de explicar a origem desse novo coronavírus. Algumas até de forma tendenciosa, na tentativa de culpar os chineses, ou mais ainda, de forma desrespeitosa associam a cultura oriental asiática à difusão dessas pandemias. Existem muitas respostas que partem de uma ordem natural das coisas, considerando fatores climáticos, por exemplo, para a adaptação ou para a origem de determinado vírus. Também, há algumas teorias que falam de vírus criados em laboratórios em que, acidentalmente, pessoas se contaminam e acabam infectando outras.

De qualquer forma, ainda é muito cedo para tentarmos dar uma reposta consistente acerca da origem real do “novo” Coronavírus. As preocupações estão voltadas para a busca da cura ou do seu controle, portanto, laboratórios do mundo inteiro estão nesta corrida pela fabricação da tão sonhada vacina que provavelmente ganhará os mercados globais trazendo estabilidade e segurança aos Estados e suas populações.

Necropolítica e estado de crises

A necropolítica faz parte de uma geografia genocida construída pelo projeto de modernidade eurocêntrico durante o Colonialismo e Imperialismo. A abordagem deste conceito define que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano, então, é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2006, p. 5).

Disto isto, afirmo em meus argumentos que o Estado – e sua pulsação genocida – opera a partir da construção de um saber que liga indissociavelmente a crítica da vida

e a política da luta e do trabalho, necessários para escapar à morte. Ele impõe, então, uma perspectiva em que, do seu ponto de vista, a luta tem por objeto produzir a vida, e, nesse sentido, a "violência absoluta" desempenha uma função desintoxicante e instituinte.

A África, a Ásia e a América foram incorporadas ao que Quijano (2005) chamou de sistema-mundo-moderno-colonial fundado pelo modelo Eurocêntrico do Colonialismo/Imperialismo. A construção da modernidade-colonialidade produziu o primeiro grande surto de mortes causadas pelo necrocapitalismo imposto pelo necroestado moderno.

Nestes termos, a fome, a miséria e os conflitos étnicos territoriais em alguns casos, são heranças que se mantêm como resultados da experiência europeia sobre o mundo. O capitalismo carrega em sua essência a política do sacrifico e é isso que está em jogo nas relações socioespaciais as quais, limitadas, comprometem um dinâmica de mercado que depende da circulação de mercadorias e do consumo em massa. A busca do controle da pandemia também reflete o interesse dos Estados em dar continuidade às práticas comerciais de acumulação por meio de um necroliberalismo que torna o mercado mais importante do que a vida.

Ora, é justamente isso que está em jogo hoje. As grandes fortunas no mundo também são geradas mediante a especulação, aplicação de investimentos nas bolsas de valores, contrabando de ouro, diamante e outras mercadorias, narcotráfico, corrupção, tráfico de pessoas e exploração sexual e, por último, o financiamento de guerras. Talvez por isso os países desenvolvidos utilizam a palavra "Guerra" ao COVID-19.

Para o Estado capitalista "a soberania expressa predominantemente o direito de matar" (MBEMBE 2006, p. 16). Isso porque é pela violência de Estado que o homem-corpo se torna homem-coisa, coisa estigmatizada no conjunto da população como homens "perigosos", bárbaros e desprovidos de humanidades. É preciso, então, defender a "humanidade civilizada", mantê-la viva e protegida. Esse corte, que também é racial, Michel Foucault (1999) chamou de biopolítica, pois é preciso "fazer viver e deixar morrer".

A necropolítica opera complementando em função dessa defesa da sociedade, em que o "fazer morrer e deixar viver" é o fundamento principal da gestão da morte, tendo no determinismo racial seu alicerce, o qual transforma sujeitos vivos em sujeitos mortos ou "formas de vida" em "vidas sem forma". Assim, o Estado age para fazer morrer seus indesejáveis, sobretudo a partir da construção de uma política de inimizade,

como bem destaca Mbembe (1998). Nesse sentido, nas periferias e favelas onde habitam populações negras, em sua maioria, a vida se assemelha a um constante combate sem fim em busca da sobrevivência, "estritamente falando, a vida é aquilo que a luta tiver produzido" (MBEMBE, 2019).

Contudo, os últimos acontecimentos políticos que vem ocorrendo no mundo contemporâneo evidenciam que não há um limite nesse direito de matar entre o Estado e outros sujeitos. O corpo-alvo da necropolítica também é agora o corpo-arma, aquele corpo que carrega o vírus que pode ser fatal, mortífero e extremamente potente em níveis de contaminação. Durante toda história de expansão genocida do Estado capitalista (Necroestado) o mundo ocidental instalou democracias liberais em que a ideia de justiça social e direitos limitavam-se a determinados segmentos sociais. Essa seletividade exclusivista é também mais uma amarga herança do Colonialismo/Imperialismo que nos apresentou o projeto de modernidade eurocêntrica.

A democracia liberal ocidental foi responsável por produzir em muitos países conflitos internos de ordem política, econômica e sociocultural, são conflitos que têm como essência de suas origens o uso do território. Tais conflitos mantêm, então, populações negras, povos indígenas, grupos de imigrantes, população Lgbtq+ etc., em estado de emergência constante. São populações constantemente vigiadas e punidas pela polícia de Estado.

Esses grupos sociais vêm apresentando na pós-modernidade uma luta que possui uma tripla dimensão: em primeiro lugar, é uma luta que visa destruir aquilo que destrói ou aquilo que cega e provoca medo e raiva. Tais grupos buscam alternativas de sobrevivência, de cultura e de lazer, buscam uma razão para existir e continuar vivos diante de todas as negligências orientadas pela gestão da morte. Em segundo lugar, nas periferias a população tenta tratar e curar aqueles e aquelas a quem o poder feriu, jovens executados com seus corpos esticados no chão sob os holofotes dos jornais e sob os olhares acostumados de quem mora nesses lugares; são pessoas torturadas, esculachadas, encarceradas por estarem nos "lugares de morte" e, portanto, são inimigas de uma ordem político-social racista que se mantém hegemônica; tratam também, daqueles que o poder fez deprimir-se e enlouquecer. A função da luta nesse sentido é participar ativamente do processo geral de cura. Finalmente, a luta se dá na busca pelo sepultamento de todos aqueles que tombaram, como diz Mbembe (2019) "abatidos pelas costas". É a função de sepultamento. Para Achille Mbembe (2019), em torno destas três funções surge claramente o elo entre o poder e a vida. O poder, nessa

perspectiva, só é poder enquanto exercido sobre a vida, no ponto de distribuição entre a saúde, a doença e a morte (o sepultamento). A luta, nesse sentido, também é administrar as formas de resistência e as condições de existências diante da manifestação cotidiana do necropoder.

É importante ter a compreensão daquilo que Mbembe (2016) chamou de Política de Inimizade que é, segundo ele, uma irrupção de toda uma cultura política da inimizade baseada na tensão de elementos acumulados desde o processo de Colonização e que foram escondidos sob a paisagem da democracia liberal. Embora pareçam antagônicos, democracia e inimizade apresentam-se enquanto um paradoxo, opostos e alinhados em que um sustenta o outro. Mas, como a democracia administra aquilo que não cabe no Estado democrático de direito?

Essa indagação serve para questionarmos as estratégias de desenvolvimento do Estado capitalista mediante sucessivas crises conjunturais que o sistema mantém como algo intrínseco, como destacou Karl Marx. Ainda é cedo para acreditarmos que a crise provocada pelo novo Coronavírus pode possibilitar definitivamente uma ruptura ou mudança na postura dos Estados neoliberais, pois a perversidade sistêmica da colonialidade mantém determinados grupos mais vulneráveis e a busca incessante pelo lucro é a principal preocupação das grandes empresas globais e dos mercados financeiros.

Antes da pandemia o mundo já vivia uma crise ocasionada pelo processo civilizatório da ordem social hegemônica do neoliberalismo. Nesse ínterim, podemos destacar aqui algumas que mais nos chamam a atenção pelo fato de terem também provocado efeitos na criação de movimentos de resistências, denúncias e lutas contra hegemônicas ou antissísmicas. Assim, anunciamos as crises que, na tentativa de promoveram geografias imaginárias, encontram outras cartografias estabelecidas pela cultura popular.

Em primeiro lugar, existe uma crise histórica provocada pela modernidade que promoveu aquilo que Castro-Gomes (2005) definiu como violência epistêmica, ou seja, uma espécie de invenção do outro. Fato que a partir do Colonialismo/Imperialismo ocorre na África e América, onde a colonização/dominação impôs um genocídio sobre as populações autóctones não só do ponto de vista da gestão da morte – que transforma corpos-vivos em corpos-vazios –, mas também uma morte cultural a partir de um mundo e de uma narrativa eurocêntrica que classifica como bárbaros todos aqueles que se manifestam contrariamente a esse processo.

Em segundo lugar, a crise do coronavírus não é anterior à crise humanitária – a qual foi construída a partir da criação do conceito de raça que se constitui enquanto um elemento central no processo civilizatório. Segundo Mbembe (2019), a raça esteve, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres. Assim, em sociedades racializadas, o fenótipo ou a cor da pele vem definindo o acesso aos mecanismos de proteção do Estado, o qual define quem vive e quem morre. Isto é, a presença do racismo estrutural é uma forma de genocídio da população negra que já acontecia e com a pandemia do novo Coronavírus os déficits em relação ao atendimento em hospitais de campanha forçam as equipes de saúde a fazerem escolhas baseadas em critérios raciais, algo que foi denunciado nos EUA.

Em terceiro lugar, o desenvolvimento do capitalismo industrial e financeiro desde sua origem vem intensificando as ações extremamente predatórias sobre a natureza. Esse processo coloca em risco as formas de organização da sociedade, visto que, esse modelo hegemônico que mercantiliza os recursos naturais promove problemas de desmatamento e queimadas intensas, contaminação dos rios e lençóis freáticos, poluição do ar e aquecimento global. Além disso, ocorre uma apropriação dos saberes acerca da biodiversidade e sua importância para o mercado, impondo-se uma biocolonialidade.

Por fim, há também afirmações que defendem a ideia de uma crise hegemônica que promove mudanças essenciais nas relações sociais de produção, sobretudo, devido à automatização que contribui para a ampliação da mais valia em escala mundial, de forma que a geração e concentração da riqueza promove todos os problemas relacionados acima: desemprego em massa, problemas ambientais, marginalização e precarização, pobreza e miséria. Questões que se aprofundaram não apenas com a automatização, mas sofrem fortes influências do movimento político neoliberal.

A certeza das incertezas pós-pandemia: quais lições o vírus nos ensina?

Uma grande mensagem que o COVID-19, ou “novo” Coronavírus, vai deixar para a humanidade é a certeza das incertezas. De todo modo, a crise de pandemia nos alertou sobre questões importantes em relação à política neoliberal no mundo, pois em alguns Estados, de maneira ortodoxa, esse modelo de Estado privatizou e reduziu investimentos em vários setores públicos – a exemplo do setor de saúde. A

contaminação em massa da população a partir da disseminação do vírus provocou uma forte pressão sobre os hospitais privados e em alguns públicos, que se mantinham mesmo precarizados. Isso forçou os países adeptos da cartilha do Estado mínimo a alocarem investimentos na saúde com a criação de hospitais de campanha e contratação de profissionais da área de saúde, bem como influenciou na criação também de mecanismos de proteção aos trabalhadores, como o auxílio emergencial. Além disso, estabeleceram sistema de créditos para salvaguardar grandes e pequenas empresas, as quais ficaram comprometidas com o fechamento temporário do mercado.

Agora, todos podemos carregar o vírus em nosso corpo. Nosso corpo é uma arma que nos põe junto com os outros em risco, como bem destacou o Cientista Político e Historiador Camaronês Achille Mbembe em entrevista ao jornal Folha de São Paulo. Para ele, a pandemia democratizou o poder de matar e a necropolítica aparece porque o vírus não afeta todas as pessoas de uma maneira igual. Como diz Mbembe (2020), “o sistema capitalista é baseado na distribuição desigual de deixar viver e deixar morrer”, o que é, portanto, uma lógica do sacrifício que sempre esteve no coração do neoliberalismo.

A única certeza que temos são as incertezas que provocam mais incertezas. Incertezas sobre a postura dos Estados pós pandemia em relação à manutenção dos serviços de saúde que surgem com o surto do “novo” Coronavírus, pois a agenda neoliberal é incompatível com setores públicos desvinculados do mercado. Então, quais serão as medidas adotas pelo Estado para atender aos interesses do mercado da saúde, a exemplo dos planos, seguros de vida, hospitais particulares, etc.?

Também, a humanidade passará conviver com o vírus do COVD-19 ou “novo” Coronavírus, já que ainda não temos uma vacina que possa nos manter imunizados em relação a ele. Embora laboratórios do mundo inteiro estejam empenhados numa corrida contra o tempo para encontrarem uma cura, ainda não há uma solução eficaz e novos surtos podem surgir a qualquer momento em qualquer lugar do planeta. Sendo assim, as chamadas populações do grupo de risco irão continuar sob a ameaça mortífera do vírus.

Outra incerteza é em relação ao mercado de trabalho, pois os serviços por meio de Home Office criaram outra forma de exploração dos trabalhadores que, desempenhando suas funções em casa, expõem-se a cargas horárias excessivas. Além disso, muitas empresas diminuíram os seus postos, sobrecarregando os funcionários que nelas permanecem, ou investiram em automação. De qualquer forma, há uma grande

dúvida em relação ao futuro de milhões de assalariados que vendem sua força de trabalho.

Há também uma grande incerteza acerca de alguns serviços de lazer e recreação: restaurantes, bares e pubs, salões de beleza, academias, clínicas de estética, etc. Esses ambientes tão frequentados podem ser interpretados como lugares hostis para a propagação do vírus, ou seja, esse pensamento pode influenciar no público consumidor desses serviços, causando, assim, mais impactos na economia, atingindo principalmente os pequenos empresários, os quais, desprovidos de capital suficiente para a compra de medidores de temperatura, por exemplo, podem ter sua clientela diminuída, situação a qual os obrigaria a fechar as portas, elevando ainda mais o desemprego.

Acredito que a maior lição que será deixada pelo surto do "novo" Coronavírus é a emergência de pensarmos em uma sociedade mais justa, mais solidária e mais humana. O egoísmo do capitalismo e a tirania do mercado tiveram na formação de uma sociedade consumista seu principal aliado nas políticas neoliberais. Essas políticas mostram a globalização como ela é: de uma fábula à perversidade, como dizia o geógrafo Milton Santos.

Estamos diante de ferramentas e de possibilidades de transformação da realidade como hoje. A atual conjuntura de crise do capitalismo neoliberal em função de uma pandemia global pode ser a transição para o que Milton Santos propõe como: uma outra globalização. Para ele, vivemos em uma transição em marcha proporcionada por esse novo cenário da globalização (SANTOS, 2001).

Esperamos que após a pandemia do "novo" Coronavírus, possamos encontrar repostas para tantos questionamentos que aqui ficaram como reflexões de um ensaio. Defendo que o caminho para a verdadeira democratização da vida está nas experiências dos povos do Sul global. É na cartografia das resistências que indígenas da Amazônia e da América Latina, comunidades africanas, afro-religiosos, comunidades negras, mulheres quebradeiras de coco e babaçu, comunidades Lgbtq, feministas, dentre outros, promovem ações contra estruturas hegemônicas que negam a geografia das ausências imposta pelo modelo civilizatório.

Referências

CASTRO-GOMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro.In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: _______. (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo N-1 edições, 2006.

________. **Critica à razão negra**. São Paulo. N-1 edições, 2019.

________. **A pandemia democratizou o poder de matar**, entrevista concedida à Folha Uol. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml Acesso 17 de jun de 2020.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. Disponível em: www.marxista.org/portuges/marx/1849/04/05.htm. Acesso em: 7 de abr. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.
Aníbal Quijano. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

Organização Mundial da Saúde. **Relatórios de situação da doença de coronavírus (COVID-2019)**. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports/Acesso em: 14 de jun 2020

OIT. **Impactos do COVID-19 no emprego**. Organização Internacional do Trabalho. Escritório no Brasil. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/lang--es/index.htm. Acesso em: 12 de mar. 2020.

A PANDEMIA CAPITALISMO: ESPAÇOS OUTROS

Edir Augusto Dias Pereira

O vírus que a destruição da natureza produz

Um vírus é um organismo natural. Mas, os vírus que infectam os corpos humanos, podendo levá-los à morte, emergem em razão das transformações sociais impostas aos ambientes naturais e devido às formas de organização da sociedade. Seus efeitos e poder de propagação são medidos também pela natureza diferencial dos corpos humanos, as precariedades sociais produzidas e a capacidade humana de desenvolver meios de defesa, eliminação e redução de doenças e seus efeitos.

Desde a emergência, expansão e intensificação no mundo do capitalismo uma série de epidemias e pandemias graves virais surgiram. A partir de meados do século XX elas têm tido origem nos lugares onde os efeitos destrutivos da natureza pelas relações sociais capitalistas têm avançado e as formas sociais de vida se transformado em razão das desigualdades sociais. A exploração de ambientes naturais e as mudanças nas relações sociais implicam a exposição e contato do ser humano com organismos microscópicos que se tornam patológicos, extremamente nocivos ao organismo biológico humano em grande escala.

Na natureza os organismos adaptaram-se ao longo de milhares de anos de evolução a coexistir com outros organismos, com os quais os seres humanos nunca tiveram contato direto. As desenfreadas formas capitalistas de exploração de recursos e meios naturais potencializam a liberação desses organismos, como os vírus, capazes de matar as pessoas ao contaminá-las. As epidemias e pandemias virais, como a que se verifica com o atual COVID-19, são produtos do modo como espaços, corpos, seres e relações sociais estruturam-se num sistema de produção e exploração indiscriminado como o capitalista. O capitalismo libera vírus letais em sua desenfreada expansão em busca do lucro. A vida é submetida, inclusive biologicamente, ao lucro capitalista. O vírus é um ser natural, mas a pandemia é uma produção social capitalista.

A pandemia também mostrou claramente que podemos e devemos mudar o modo de relação com a natureza imposta pela produção, circulação e consumo capitalista de recursos, seres e lugares. A natureza parece ter respirado aliviada um pouco mais pela redução de nossas atividades, recuperando seus espaços. Antes parecia impossível conceder uma "trégua" aos seres com os quais dividimos o ambiente

planetário, pelos menos nos discursos dos governantes. A pandemia mostra que isto não é só possível, mas se faz necessário para o bem da nossa existência.

Um vírus de escala global

A globalização capitalista interligou o mundo, aumentou e intensificou a circulação de pessoas, ideias, informações, dinheiro, mercadorias, pessoas e microrganismos. Desde a expansão marítima-comercial europeia a circulação planetária de microrganismos se dá pela mobilidade humana e os interesses econômicos, geopolíticos e religiosos que a promovem. Atualmente, muito dificilmente a propagação de microrganismos, liberados de seus ambientes e hospedeiros naturais, pode permanecer restrita ao lugar de sua origem. As relações internacionais, através da intensificação dos deslocamentos globais, transformam os contágios em possibilidades globais, principalmente de vírus com mais potencial de propagação de pessoa a pessoa, de objetos e espaços a pessoas, pelo contato ou pelo ar.

Temos, então, dois elementos que se combinam para tornar o contágio de escala global: as características do vírus e as características do mundo globalizado capitalista, onde determinados lugares estão no centro das conexões com vários lugares do planeta. Mesmo uma contenção rigorosa, com a realizada pela China, foi incapaz de conter a propagação em grande escala. Os mecanismos econômicos e políticos que regulam e controlam a circulação de pessoas respondem a interesses e necessidades que não dizem respeito prioritariamente à proteção da vida humana. Os interesses das grandes corporações capitalistas globais e dos governos dos Estados abrem e fecham fronteiras no mundo para circulação do capital, para reprodução dos lucros, principalmente de pessoas, mas são lentos e ineficazes, na maioria das vezes, para barrar propagação de doenças altamente contagiosas.

A escala global não é mais uma abstração ou restrita a alguns fenômenos. Ela envolve todas as nossas relações e problemas. Acontece que quando esses problemas implicam, direta e imediatamente, no risco de morte de muitas pessoas por um contágio viral, a maneira como esta escala é produzida, organizada e vivida por cada lugar e pessoa do mundo mostra toda sua lógica perversa. Fenômenos de grande escala, de propagação de patogênicos letais para os seres humanos, questionam e deixam expostas as lógicas que imperam nas interligações promovidas pelo sistema do capital. Os que mais circulam no mundo, entre os países, ou seja, os ricos, tornam-se os principais

agentes difusores da morte. Eles carregam em seus corpos a morte. Eles distribuem pelo mundo a morte. Já fazem isto sem carregar nenhum vírus letal, simplesmente reproduzindo a ordem global perversa capitalista.

A ordem global é uma ordem mantida pela lógica econômica perversa capitalista, que promove e se alimenta de uma política da morte. Esta morte é mais lenta e difusa, relativamente, apenas se acelera e explicita em momentos de crises, nos quais as pessoas são sempre sacrificadas pelo capital, em particular o financeiro. O capitalismo, de fato, funciona como um vírus para todo o planeta. No entanto, a distribuição tanto das mortes, como das riquezas produzidas, é desigual. As mortes também são produzidas e traduzidas de diferentes meios e são justificadas de diferentes maneiras. A tendência é serem naturalizadas, como a pandemia do COVID-19 também parece ser naturalizada, quando, de fato, ela é um resultado da lógica de funcionamento do capitalismo global e sua política de morte.

A política de morte

Há um discurso que apregoa a falsa ideia de que o vírus é democrático, como se todos estivessem sujeitos ao contágio e ameaçados de morte, mesmo que a tendência do vírus seja matar mais determinadas pessoas, em razão da idade e condições de vulnerabilidade orgânica. O fato é que também a vulnerabilidade das vidas humanas socialmente produzida é um fator de risco importante a se considerar. Portanto, não existe democracia, possibilidade igual para todos de contágio e sobrevivência. O vírus não atua num espaço neutro, propagando-se numa espécie de loteria. Ele é relativamente potencializado por uma política de morte.

Os governos, a partir das experiências iniciais na China e das estratégias do governo chinês, também elaboraram estratégias de contenção. Logo, por causa de suas crenças e concepções e/ou da pressão dos grupos econômicos dominantes, a tendência foi evitar de qualquer maneira restringir a circulação de pessoas, visando manter as atividades econômicas, ainda que a orientação dos profissionais da saúde apontassem para medidas urgentes de contenção da circulação, aglomeração e contatos de pessoas. O contágio ganhou impulso pela demora em tomar as medidas recomendadas. Além disso tudo, os sistemas médico-hospitalares privatizados, precarizados e as formas flexibilizadas de empregabilidade, além das políticas de reduções de investimentos

públicos em políticas de saúde pública em países europeus (como Itália e França) e nos EUA tornou difícil lidar com questões de diagnósticos e atendimento dos infectados.

A pandemia do COVID-19 deixou descoberta uma política de morte que há muito tem sido prática comum nos Estados capitalistas. Mas, neste momento de exceção, em que o Estado é chamado a tomar as medidas necessárias para proteção da vida humana, podemos perceber com clareza o quanto a política de morte (que define quem devem ser morto ou quem se deixa morrer) está no cerne do modo como o mercado e o Estado atuam. Em cada contexto, a perversidade dessa política de morte se denúncia. A morte de uma fração da sociedade não é uma fatalidade, resultado de acasos, mas produto de uma indústria altamente organizada.

A indústria farmacêutica, a política de redução da distribuição de recurso público para pesquisas e saúde pública, as políticas de privatização de serviços, a política de flexibilização das leis trabalhistas, a política de reformas da previdência e seguridade social etc., todas elas constituem políticas de morte, que diante do contágio generalizado, expõem muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social à morte. Mortes que, transformadas em números, em estatísticas (sempre maquiadas ou falsificadas), podem ser justificadas em razão das perdas econômicas. O debate entre a economia e a vida, como se estas pudessem ser opostas ou confrontadas como campos alternativos ou concorrentes. De antemão, a exploração capitalista e a política do Estado neoliberal, em sintonia com os interesses desse, já haviam decidido quem havia de morrer em uma situação de generalização de contágio por um vírus letal.

As fraturas expostas

A pandemia expõe as fraturas sociais do mundo capitalista patriarcal moderno-colonial, pois há a necessidade de construção de outros espaços de vida, produção e convivência. O vírus se alimenta não simplesmente de uma fraqueza ou debilidade humana. Seu potencial de morte cresce em razão da produção social e política da vida pelo sistema capitalista em que vivemos em escala mundial. O vírus questiona todo o conjunto das nossas relações, expondo de maneira bastante explícita todas as fraturas profundas que ameaçam a vida no planeta e a vida humana em particular.

O que fica imediatamente evidente é que as injustiças e desigualdades sociais abismais do capitalismo colocam em risco a vida humana no planeta. Essas não afetam apenas os grupos desprivilegiados, mas colocam em risco, sobretudo, a continuidade de

nossa existência, já que são “disfuncionais” em situação de crise como esta. A outra debilidade exposta é das formas políticas de organização da sociedade. As políticas neoliberais mostraram-se altamente danosas nestas circunstâncias. Os governos mostraram-se incapazes de responder adequada e eficazmente ao problema em função da fragilidade de proteção social criada por políticas neoliberais. As privatizações, a diminuição de investimentos em sistemas públicos de saúde e em pesquisas para produção de medicamentos são fatores cruciais para entendermos a escalada global da propagação do vírus e das mortes. A chamada flexibilização e precarização do trabalho, no entanto, são os fatores mais agravantes da pandemia.

Uma outra fratura exposta diz respeito às possibilidades de controle da população pelos aparatos estatais. A pandemia não apenas reafirma os aparatos de governo democrático, como também expõe as possibilidades de ampliação de dispositivos de controle autoritário da população. O estado de exceção em situações excepcionais, como da pandemia, potencializa-se e justifica-se, tendendo a se impor como uma normalidade social consentida. Mas, os riscos podem ser produzidos e aumentados de acordos com os interesses de controle social em jogo. Os aparatos estatais, por mais necessários que sejam em situações de crise aguda, também se mostram perigosos quando sob controle autoritário.

Ademais, outra fratura exposta é de nossas relações humanas, de convivência, de valorização da ciência e das artes, dos espaços em que estamos juntos e das formas pelas quais dependemos uns dos outros para nos mantermos vivos e sãos. As relações de comunidade, do cuidado, de partilha, de solidariedade e as mantidas por intermédio das novas tecnologias, como a *internet*, mostram-se fundamentais para a construção de novos espaços de relações humanas. Muitos trabalhadores e trabalhadoras, informais ou precarizados, e da área de atendimento da saúde e de abastecimento das cidades, essenciais para a manutenção da vida de todos, emergem como os mais expostos aos riscos de morte. Isso significa que a nossa sociedade, de antemão, já decidiu os que serão expostos ao maior risco de morte. A fratura aqui é de uma sociedade que não pode sobreviver, em tempos de exceção, sem o trabalho dessas pessoas. Contudo, as condições de trabalho dessas pessoas são criadas e impostas pelas injustiças, desigualdades e políticas de governos.

A fratura maior exposta pela pandemia do COVID-19 é que o capitalismo realmente é a pior pandemia que enfrentamos no mundo atual. O capitalismo produz e torna qualquer pandemia não simplesmente uma ameaça de extinção da vida humana,

mas potencialmente eliminadora dos mais pobres. Os mais pobres são os mais vulneráveis. A precariedade da vida humana é uma produção social e espacial e sem a construção de espaços outros de relações não podemos construir condições de vida melhores para todos. Toda pandemia futura tenderá a aprofundar e agravar essas fraturas sociais, pois o espaço do mundo que o capitalismo construiu ameaça toda vida planetária e humana. Por isso, precisamos de espaços outros que potencializem relações menos destrutivas com a natureza e mais justas e igualitárias entre os seres humanos.

Referências

DAVIS, Mike, et al: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização sem limites**: reflexões geográficas em tempos de pandemia (I).24.03.2020 AGB-Campinas. Disponível em:http://agbcampinas.com.br/site/2020/rogerio-haesbaert-desterritorializacao-sem-limites-reflexoes-geograficas-em-tempos-de-pandemia-i/

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

PANDEMIA DA COVID-19 E TERRITÓRIO USADO NO CONTEXTO DA CRISE DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Edmilson Brito Rodrigues

Conceituando espaço porque pandemia é evento relacionado ao uso do território

Milton Santos, de quem serão usados conceitos e noções livremente, pensou o objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico, em uma perspectiva dinâmica e dialética. Espaço geográfico, para o autor, é um híbrido de sistemas de objetos e sistemas de ações. Significa dizer que todos os objetos e todas as ações estão indissociavelmente ligados de forma sistêmica em um processo permanente de reconfiguração. Fala-se aqui de reconfiguração geográfica apreensível em cada período histórico. O processo de reconfiguração geográfica há muito deixou de ser resultado de processos caracterizados pelo que se denominara de transformações da natureza primeira. No período histórico atual, o período técnico-científico e informacional, como caracteriza Milton Santos, ou período da Globalização neoliberal, a racionalidade capitalista e seu motor, a mais-valia, são hegemônicos e condicionam a historicização do espaço – o território sendo usado – submetendo-o à lógica da acumulação privada da massa de lucro, criando contradições, e mesmo os antagonismos, entre as diferentes formas de uso.

Os usos do território se dão em duas grandes perspectivas. Os usos hegemônicos, que reduzem o território a fontes de lucro, a bem mercantil e, portanto, base fundamental para o processo de acumulação ampliada do capital, são o processo histórico de concentração das riquezas socialmente produzidas. O outro campo de uso, que é o popular, ou seja, o uso do território e, obviamente, dos seus recursos, caracteriza-se como um tipo de racionalidade voltada ao bem comum, tendo em vista que a perspectiva popular estabelece a condição de bens sociais a esses, sejam financeiros, hídricos, florestais, agrícolas, industriais, que são condição de vida e frutos do trabalho humano, de modo que os objetos resultantes do trabalho, mesmo o meio natural preservado, são intencionalidades.

Há um conceito desenvolvido por Milton Santos que é fundamental para a interpretação do espaço e dos territórios e seus usos no contexto do período histórico atual. Refiro-me ao conceito de espaço banal, que seria o espaço de todas as empresas, instituições, pessoas, de todas as vivências, contradições e tensões; todo o espaço, e ao

mesmo tempo espaço de todos. O conceito de espaço banal permite-nos diferenciar quantitativa e qualitativamente o que caracteriza os territórios e seus usos. Essa concepção de espaço sintetizada nesse conceito nos remete à ideia de que o espaço geográfico é o espaço em disputa, pelos diferentes usos, como acima dissemos.

Pode-se dizer que vivemos um momento em que a técnica e a política se planetarizam, porque pela primeira vez na história estamos autorizados a falar em um tempo empírico universal que se faz com autorizações planetárias. Isso nos remete a pensar, se considerarmos as diferentes racionalidades dos usos dos territórios, e no caso específico, do território brasileiro, em intencionalidades, em eventos ou ações cujos conteúdos são fortemente marcados pela seletividade, e que por isso pode-se dizer que a história do presente se expressa diferenciadamente nos lugares e que os eventos se constituem em fatos. Ou seja, as facticidades também são diferentes nos distintos pontos do planeta, têm diferentes tempos empíricos, universal, planetário.

Essa perspectiva de espaço banal como todo espaço e espaço de todos, é a ideia de que o uso do território se concretiza nos lugares, mediante diferentes temporalidades, onde todas as ações realizam-se como um acontecer solidário. O espaço banal é o conjunto de cristalizações das existências, é a materialização de eventos, as normatividades públicas ou corporativas. Estas visam fundamentalmente transformar todas as vidas e tudo em mera fonte de lucro, em mercadoria, daí a possibilidade de precificação.

A concentração de lucro nas mãos de uma minoria cada vez mais próspera gera, em contrapartida, uma maioria cada vez mais inquieta. Essa inquietude pode ser expressão de um projeto contra hegemônico, ou seja, um projeto de futuro estruturalmente diferente, a ser conectado ao presente, síntese fugaz de temporalidades passadas desigualmente acumuladas e, ao mesmo tempo, grávido de futuro

Desigualdades e crise estão sempre associadas

As diferenças do território são aspectos fundamentais da paisagem e da sua substância, porque paisagem é a expressão perceptível do território usado, mas ela é substanciada por relações sociais. No entanto, as desigualdades do território são expressões das perversidades estruturais que tendem a ser aprofundadas por conta dos usos hegemônicos baseados na docilificação do território autorizado pelas normas permissivas aos usos hegemônicos.

Apreende-se, por exemplo, a questão do saneamento, ao verificar, com base no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), que no Brasil35 milhões de habitantes não têm acesso aos sistemas de água potável. São 100 milhões de cidadãos sem acesso à rede de esgoto. No Pará, 53% dos habitantes não têm acesso ao sistema público de água e esgoto. É claro que há consumo de água onde não há sistemas técnicos de fornecimento de água, mas não sem riscos à saúde e à vida. Há, ainda, 88% dos paraenses sem acesso a um sistema técnico de engenharia para o esgotamento sanitário, sendo menor ainda o percentual de tratamento dos efluentes das poucas redes existentes.

Quanto à relação existente entre número de médicos e número de cidadãos, James Humberto Zomighani Júnior apresenta uma cartografia da distribuição dos médicos no território em pesquisa feita sobre a Covid-19 no Brasil. Com base em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Conselho Federal de Medicina (CFM), ele desnuda as desigualdades inter-regionais, tanto no que diz respeito ao número de médicos com relação à população, como no que diz respeito às desigualdades intraurbanas.

As diferentes implicações do novo Coronavírus no território brasileiro quanto à constituição e seletividade de seus usos pelas pessoas manifestam-se claramente através dos dados seguintes: o Acre conta com apenas 917 médicos, enquanto São Paulo conta com 142.425 médicos. A distribuição relativa de médicos em Brasília alcança 5,54 médicos por mil habitantes, enquanto no Rio de Janeiro há 4,4 médicos por mil habitantes, e em São Paulo, o estado mais rico da federação, apenas 3,31 médicos por cada mil habitantes. Contudo, quando se fala do Pará, tem-se menos de um: 0,98 médico por mil habitante. O caso realmente mais grave, é do Maranhão, com 0,93 médico por mil habitantes.

Além dessas desigualdades relacionadas aos estados entre si, a pesquisa aponta desigualdades dentro do estado e entre centro e periferia das capitais, ou ainda entre as instituições públicas e privadas. Então, saneamento e número de médicos por população são apenas dois elementos metodologicamente apresentados em síntese para que se possa entender a geografia da negação do direito pleno à cidadania no contexto dos diferentes usos do território.

O território como norma é porta para pandemias

Em vários períodos históricos a humanidade vivenciou pandemias, situações históricas em que significativos contingentes de pessoas humanas foram levados a óbito. Em geral porque as técnicas ainda muito atrasadas não permitiam o desenvolvimento de medicamentos ou vacinas compatíveis com a necessidade do combate concreto a determinados agentes produtores de certas endemias. O atual período gerou uma técnico-“cientifização” dos territórios em níveis jamais vistos, o que obrigou a pensar o espaço considerando o papel ativo dos fenômenos técnicos que lhe são inerentes e que são movidos pela tensão entre os contraditórios e antagônicos interesses e usos que têm na informação a medida de suas potencialidades viabilizadoras.

Uma outra ideia-força fundamental para entendermos a crise provocada pela pandemia, que é ao mesmo tempo uma crise sanitária, mas é social, econômica, política e cultural, é a ideia de “território normado” concebido por Milton Santos.

Após 21 anos de ditadura militar, uma ditadura sanguinária, o povo brasileiro conseguiu implementar uma constituinte e viabilizar a Constituição de 1988. Esse processo representou a legitimação de um novo estado de direito, uma nova ordem constitucional e institucional. Se o território pode ter sito, a partir de 1988 um “território normado”, ou normatizado, os agentes hegemônicos atuaram desde o início dessa nova institucionalidade a desconstruir e reverter o que pudesse representar a defesa da soberania e dos direitos sociais.

Pode-se citar um artigo da lei maior para apreender sua intencionalidade pró cidadania: Artigo 3º, incisos III: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”; e inciso IV: “promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Acontece que a globalização neoliberal contém autoritarismo intrínseco. A globalização neoliberal e sua ideologia de que tudo pode ser mercantilizado com o objetivo de lucro máximo só pode manter sua existência pela negação da democracia, o que autoriza denominar a ação sistêmica de globalitarismo, para afirmar a indissociabilidade entre globalização e autoritarismo.

O sistema, para produzir suas perversidades, destruir o equilíbrio ecológico, os direitos sociais, genocídio de pobres, negros ou indígenas precisa do uso da violência, o que sempre foi uma característica do estado capitalista, mas que no presente torna-se tão

extremada quanto necessária para viabilizar o máximo de concentração de riqueza em desprezo a qualquer compromisso com a dignidade humana. Na globalização neoliberal não há lugar para a democracia, as instituições usam essa democracia sem substância social para legitimar o desmanche das instituições e do estado de direito. O território normado vai dando lugar a um território como norma, uma espécie de docilização para os usos pelos agentes hegemônicos e suas consequentes perversidades.

A concentração de renda é uma das características dessa estrutura perversa em que cinco brasileiros detêm uma riqueza superior à renda de toda a metade da população brasileira mais pobre, ou seja, 106 milhões de brasileiros não conseguem ter renda que lhes dê o mínimo de dignidade, e não conseguem somar a renda concentrada nas mãos de apenas cinco grandes empresários, segundo a Oxfan.

Esta realidade tão desigual e preserva não é o suficiente para essa lógica insaciável. Essa é a razão para o esquartejamento da Constituição, da Emenda Constitucional de número 95, a qual estabeleceu um teto de gastos para as despesas primárias, como saúde, educação, infraestrutura, ciência e tecnologia, assistência social e previdência ao tempo em que deixou sem quaisquer limites os gastos financeiros e intocável o sistema da dívida, que inviabiliza qualquer sentido de desenvolvimento soberano. Território como norma e o desmanche institucional generalizado, destacadamente os cortes dos recursos e fragilização do sistema público de saúde se não explicam a origem da pandemia, explicam, contudo, a catástrofe por ela provocada contra os pobres.

Propostas para reverter desigualdades e proteger os povos de novos riscos

Em trabalho intitulado “A desigualdade na pandemia” Thomas Piketty expressa a convicção de que o atual regime característico da Globalização neoliberal e da livre circulação de capitais incentiva a evasão fiscal, favorecendo milionários e multinacionais, o que acaba por inviabilizar o desenvolvimento de países pobres. Baseado nessa interpretação, Piketty propõe que a correta reação à crise atual seria a revitalização dos estados de bem-estar sociais dos chamados países desenvolvidos (Norte), que vêm sofrendo com a agenda neoliberal e destruindo direitos sociais, além de uma aceleração do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, dependentes (Sul), onde as desigualdades socioespaciais são mais profundas.

Isso pressupõe, entre outras medidas, políticas sociais na área da saúde, educação, o fortalecimento, portanto, investimentos significativos no fortalecimento do

Sistema Único de Saúde no Brasil e o necessário enfrentamento de um gargalo sistêmico: a dívida pública. Piketty chega a propor o perdão pelo Banco Mundial das dívidas públicas dos países subdesenvolvidos, contudo, essas propostas pouco têm audição na situação política do Brasil, em particular no atual momento, sob comando de forças claramente fascistas e liberais radicais. Para ele, é óbvio que a pandemia da Covid-19 ajudou a aflorar os problemas estruturais e aprofundou as desigualdades, mas ela, por si só, não explica as desigualdades. Daí porque propor saídas estruturais.

Por uma geografia da medicina

Neste momento cabe recuperar importantes reflexões críticas sobre as circunstâncias, particularmente das condições brasileiras em tempos de pandemia de Covid-19. Há um estudo importante de Antônio Heleno Caldas Laranjeira no seu "Mapa do Coronavírus – Desafios e Direções". Após refletir sobre a compreensão da existência humana na perspectiva histórica, conclui que nos últimos anos doenças zoonóticas têm nos levado a crer que a informação é a principal arma da qual se deve municiar para enfrentar a guerra contra o novo coronavírus.

Seu estudo mostra que o Ebola, a Zika e a própria Covid-19, que teve início na China, possuem profunda relação com o desmatamento, a comercialização de animais silvestres, tidos como fatores que, se não são por si só explicativos, são fatores que contribuem, fatores somáticos à explicação dessas pandemias. Ele recupera a ideia de Milton Santos, de 1977, para defender a necessidade da interdisciplinaridade para o conhecimento geopolítico, ou seja, para o conhecimento da geografia da saúde, da medicina global e da inovação no período atual. Em "Une géographie de la médecine", Santos mostra que a totalidade do movimento social e as razões específicas, particulares, são aparentemente locais; o que é manifestação local, a rigor é manifestação de um movimento contido na totalidade do movimento social.

Significa dizer que a pandemia provocada pelo novo Coronavírus é resultante de um padrão de desenvolvimento, cujo padrão caracteriza, de forma essencial, o modo de produção capitalista no período da globalização, e que insere formações sociais diferentes, inclusive a formação social chinesa, que, mesmo que autoproclamada comunista, age na lógica do capitalismo, um capitalismo de estado e, portanto, é submetida à racionalidade do capital e do lucro.

Laranjeira recupera o pensamento do geógrafo francês, Maximilien Sorre, para quem todo complexo patogênico origina-se em organismos, mas em um determinado território; toda transmissão inicia-se em contexto espacial, híbrido de sistemas de objetos e sistemas de ações, incluindo animais e micro-organismos em uma escala geográfica local. Daí propor o uso de técnicas de georeferenciamento, geolocalização e geoprocessamento para facilitar a compreensão da relação lugar-mundo – mundo entendido como espalho global e lugar entendido como espaço do acontecer solidário, na perspectiva miltoniana. O lugar é localização de um complexo patogênico e isso exige análise multi-escalar, multidisciplinar e a compreensão do fato como um fenômeno global.

A pandemia provocada pelo novo coronavírus tem estimulado um intenso debate sobre perspectivas estratégicas e sobre a necessidade de mudanças estruturais baseadas na crítica da ideia de que o progresso capitalista, metaforizado como modernização, deve ser viabilizado a qualquer custo, mesmo que signifique aprofundar as desigualdades sociais e os desequilíbrios ecológicos, em um processo de reconfiguração geográfica perversa. Isso porque ela é produtora de desigualdades espaciais expressas nos usos do território garantidores de prosperidade a uma minoria de agentes (classes, corporações empresariais, territórios cêntricos etc.) e negação de direitos e, por isso, também de inquietudes e resistências das multidões, desde os mais diversos lugares geográficos, os espaços dos aconteceres solidários, como concebe Santos.

A crítica ao sistema não autoriza positivação da Covid-19

Há reflexões críticas que, contudo, cometem equívocos. Luiz Gonzáles Reys é um desses pensadores críticos que acerta na crítica do antropocentrismo, do capitalismo e da tecnolatria e na defesa de um projeto alternativo de civilização, mas erra na interpretação dessa crise sanitária e econômica. Em "*Las lecciones que puede dar el coronavirus a la especie humana*", ele contradita a ideia de "complexo patogênico" desenvolvido por Max Sorre, apresentada aqui por Laranjeira. Ao observar que o coronavírus é um dos micro-organismos que compõem Gaia, reflete sobre as mutações do meio biológico e conclui que a pandemia é consequência dessas mutações, que acabam por gerar novos micro-organismos. A tecnolatria inerente à racionalidade capitalista é, na visão desse autor, responsável por essa crise sanitária, econômica e

social, à medida que esse sistema nega o equilíbrio e os direitos da própria natureza, de Gaia.

Porém, Gonzales comete um equívoco ao afirmar que "o coronavírus é uma excelente notícia. Está significando uma parada na atividade econômica, que implica um freio à destruição ambiental, a primeira de todas a distorção climática.". A considerável crítica ao antropocentrismo e ao padrão de acumulação hegemônico, irrefutavelmente destrutivo do equilíbrio socioespacial, resvala em uma interpretação incorreta de que as consequências da pandemia nas atividades econômicas são positivas. Ora, se em grande medida a massa de lucro é reduzida com prejuízos às empresas, o crescimento do desemprego é inversamente proporcional e o circuito inferior da economia, com destaque à esfera de trabalho informal, são os mais perversamente atingidos. Mesmo porque, no estágio atual do modo de produção capitalista, em que o processo de monopolização da economia global redunda no controle das finanças por grandes corporações oligopolistas, são essas corporações as que tanto mantêm seu padrão destrutivo de acumulação, quanto mais podem resistir ao potencial destrutivo da crise sistêmica aprofundada pela pandemia.

A ideia de que devamos nos reintegrar de forma harmônica aos ecossistemas, como mudança necessária e possível, não tem possibilidade de constituir-se em existência no curto prazo, muito menos porque o perverso período da quarentena é curto quando se trata de pretender mudanças de concepções filosóficas, valores culturais, de visões civilizacionais e de concepções de desenvolvimento alternativos aos atuais.

Acontece que no caso brasileiro e, certamente, em outros territórios, as perversidades do uso hegemônico do território têm se aprofundado. Bastaria citar o que prova o relatório do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais: somente em maio de 2020, o bioma amazônico perdeu 829 km² de sua floresta. Isso sem agregarmos ao desmatamento a contaminação e mortes de indígenas, mormente dos povos isolados, que pelo pouco contato com a civilização urbana são mais suscetíveis ao contágio e à morte. Assiste razão à Cristina Serra ao afirmar que "Hoje os mapas de incidência da contaminação mostram que a peste se alimenta do sangue das periferias" e segue em sua crítica à intenção genocida a fim de gerar uma espécie de "raça" superior, a partir dos que conseguirem sobreviver: "Estamos diante de um mal disfarçado projeto de eugenia. E o povo, apinhado em ônibus, trens e metrôs, vaia sendo tocado como gado, rumo ao abatedouro.". O que, contudo, como expressão da necessidade de existência, os pobres e

periféricos criam solidariedades que, ao mesmo tempo, são formas de resistência e de fomento de sua revanche.

O otimismo é positivo, porque nos evoca a perceber que o futuro pode ser virtuoso, mas não nos autoriza a julgar possíveis saltos históricos qualitativos apenas nos referenciando nas dificuldades e, também, solidariedades fomentadas pela pandemia. Não há razão para a afirmação de que o coronavírus é uma boa, muito menos, excelente notícia. Mas dela tiraremos aprendizados fundamentais para evocarmos o período histórico verdadeiramente humano da humanidade.

O futuro é possibilidade e não autoriza pessimismos

Também, não há razão para uma postura pessimista em relação ao futuro, como, aliás, alguns pensadores críticos, comprometidos com os direitos sociais e os direitos da natureza, sugerem. Leonardo Boff chega a sugerir que, depois da Covid-19, ou a humanidade aprende a cooperar, ou não terá futuro nenhum. Para o filósofo: "Ou obedecemos à nossa natureza essencial, a cooperação, no nível pessoal, local, regional, nacional e mundial, mudando a forma de habitar a Casa Comum ou comecemos a nos preparar para o pior, num caminho sem retorno". Não há razão afirmar a possibilidade de um caminho sem retorno. A rigor, as condições técnicas e filosóficas que se nos apresentam no período atual, como Milton Santos, favorecem as transformações estruturais humanizantes

Noam Chomski é outro pensador crítico que, contraditoriamente, recai em pessimismo ao afirmar que se não conseguirmos um *Green New Deal* (traduzindo-se livremente seria um Novo Acordo Verde) ocorrerá uma desgraça, como se o futuro da humanidade estivesse inexoravelmente ligado à lógica do sistema atual. O autor afirma, no entanto, que as funções públicas não podem ser controladas por instituições privadas. Essa é uma das fortes razões para vivermos a pandemia atual. Portanto, ele defende o fortalecimento do papel do estado no desenvolvimento de políticas estratégicas, mormente as sociais.

O caos sanitário e a negação do direito à saúde e à vidatêm relação direta com o desmonte dos sistemas públicos de saúde e sua privatização. Ao expressar sua crença nas transformações sociais, Chomsky argumenta a importância do Movimento Internacional Progressista, cuja perspectiva histórica visa conter o processo de

acumulação de riqueza e o fortalecimento do poder popular. Ele é otimista quando afirma que há uma regeneração do movimento operário e popular que não é marginal.

A preocupação com a manutenção do padrão de acumulação capitalista mundial é justa. Ora, sem a redução drástica das emissões de gases do efeito estufa, sem uma política estruturante de eficiência energética, é claro que haverá consequências drásticas para a qualidade de vida da humanidade. O capitalismo – exacerbado pelo neoliberalismo – autoriza a prever que novas epidemias virão. Para Chomsky, a relação humana com o mundo animal, seja para o consumo alimentar ou em pesquisas, possui relação com a pandemia. Os governos que financiam com o dinheiro público essas pesquisas, ao resolverem investir em empresas privadas, compactuam com o que pode significar a origem dessa pandemia.

O território grita, porque há esperança

Pode-se concluir que as diferenças do território são conteúdo de sua beleza. Todavia, as desigualdades expressas no desemprego, na falta de acesso aos computadores e à rede mundial de *internet*, a fome, a falta de infraestrutura de saneamento, moradia, o desmonte do sistema público de saúde e outros sistemas públicos essenciais, tem levado o estado brasileiro à “UTI”, entre outras marcas tristes dessa reconfiguração geográfica entristecedora do território e que o faz, como afirma Maria Adélia de Souza, gritar.

Tudo isso pode e deve ser mudado, porque a despeito de não haver garantia de que tenhamos proliferado na produção de valores alternativos ao capitalismo, não há dúvida de que a pandemia desnudou contradições importantes. Ela mostrou que o estado é de fundamental importância para viabilizar a justiça social, o controle do equilíbrio ecológico, a dignidade humana. Ao mesmo tempo, a pandemia mostrou que o investimento em estruturas e políticas que vinham sendo constituídas em termos de psicosfera e tecnosfera como meras despesas injustificáveis passaram a ser vistas como políticas essenciais à vida e à dignidade do povo. O maior exemplo é o SUS, que se mostrou essencial para reduzir o impacto da crise, salvando vida de pessoas de todas as classes, porque ficou claro que a rede privada e os planos privados de saúde estão totalmente despreparados e descompromissados com o salvamento do máximo de vidas humanas vítimas dessa pandemia.

Referências

BOFF, Leonardo. **O Covid19: ou cooperamos ou não teremos futuro nenhum**. Colhido de www.cartamaior.com.br, publicado em 19 de maio de 2020, acesso em 12 de junho de 2020.

CHOMSKY, Noam. **Se não conseguirmos um "Green New Deal" ocorrerá uma desgraça**; In: El País. Colhido de www.brasil.elpais.com, acesso em 15 de junho de 2020.

GONZÁLES REYS, Luiz. **Las lecciones que puede dar el coronavirus a la especie humana**. Colhido de www.15-15-15.org/webzine/2020/03/14, acesso em 17 de maio de 2020.

LARANJEIRA, Antônio Heleno Caldas. **Mapas do coronavírus: desafios e direções**. In Outras Palavras. Disponível em:www.outraspalavras.net/outrapolítica/mapas-do-coronavirus-desafios-e-direções, publicado em 31 de março de 2020. Acesso em 25 de maio de 2020.

PIKETTY, Thomas. **A desigualdade na Pandemia**. In Carta Maior. Colhido de www.cartamaior.com.br, acesso em 17 de maio de 2020.

SERRA, Cristina. **A caminho do abatedouro**. In: Jornal Folha de São Paulo, 16 de junho de 2010.

ZOMIGHANI Junior, James Humberto. **Distribuição dos médicos – Pesquisa Covid19 no Brasil**. Colhido de www.facebook.com/mariaadelia.souza, acesso em 04 de maio de 2020.

VIDA, MORTE E CUIDADO: UMA GRAFIA ACERCA DA EXISTÊNCIA EM TEMPOS DE COVID-19

Felipe Kevin Ramos da Silva

Iniciando a grafia...

Ninguém escolhe o lugar, o ventre, a cor da pele, a etnia, a condição socioeconômica e sociocultural para nascer.
(AB'SABER, 2007, p. 159).

Pensar a realidade, sobretudo hoje, requer, de um modo geral, um engajamento com a complexidade dos fatos. Em outras palavras, segundo Lévinas (1997) "pensar" é um compromisso de engajamento em situação, no agir em ação. Trata-se, portanto, de trazer à "consciência-reflexiva", como diria Sartre (1986), os problemas em seu trato factual, daquilo que é e, a partir disso, buscar por possíveis perspectivas. Fala-se de um momento muito delicado que requer um compromisso de fôlego, o qual perpassa tanto pelo campo da saúde ou da economia, como também atravessa a dimensão da educação e, evidentemente, nos convida à reflexão da atual conjuntura global.

Em meio a esse processo, as dimensões *vida*, *morte* e *cuidado* surgem como tripé de consciência-reflexiva para tentar não somente evidenciar alguns problemas e seus desdobramentos sociais – que, vale ressaltar, já se encontravam ou se encontram perversamente organizados – mas, sobretudo, evidenciará sociedade, de um modo geral, a importância da *vida* enquanto modo de ser-e-estar-no-mundo, o *Dasein*. A *morte* como finitude que é negada, sinalizando nossa fuga ponderativa sobre a *angústia*, daí a hipótese de que a população brasileira, embora sabendo do aumento progressivo de casos por COVID-19, ainda assim, prefere lotar os *shoppings centers*. Por fim, o *cuidado* como dimensão capaz de convergir com o sentido de "corporeidade", tratado por Merleau-Ponty (1994), trazendo, nesse sentido, o lugar como essência e suas reverberações geográficas.

Nessa perspectiva, o filósofo dinamarquês Sören Kierkegaard (1835-1855) escreve uma obra intitulada *O conceito de angústia*, onde a angústia diz respeito ao modo como nossa existência está inserida dentro de uma conjuntura, em situação. A circunstancialidade à qual o COVID-19 nos apresenta é a forma como nós iremos conduzir nossa existência na atual conjuntura. Desespero, nesse sentido, tem a ver com camuflar a própria angústia humana, que é experienciada espacialmente.

Ir ao *shopping* em plena pandemia é reafirmar um mundo que se acredita ser familiar, para além dos espaços da casa. Quase um desespero por aquilo que

espacialmente constitui-se como negação do ser e, evidentemente, negar a si mesmo e camuflar o próprio desespero. As pessoas, em suas casas, sentem-se exiladas do mundo ao qual pertencem, porém, o sentimento de não estar em casa, torna-se imperativo, "sentindo-se como um estranho num mundo supostamente familiar" (PÁDUA, 2005, p. 107).

Quando se nega o espaço primeiro da existência, nossa casa, configura-se uma existência incoerente. Sentir-se estranho na casa surge pelo fato de que a nossa casa sempre foi vista como espaço de criação, o que é diferente se falarmos em espaço existencial, que é diferente e fundamental. Como diria o antropólogo Ernest Becker (1995) a "negação da morte" surge, também, como negação da vida em casa. Negar os espaços primeiros – a casa – é negar a capacidade de pensar o mundo em sua autenticidade e, inclusive, o modo de ser geograficamente no mundo (TUAN, 2013).

O espaço geográfico, nesse sentido, é o verbo de cada modo de ser, no mundo, capaz de constituir por meio de nossos "espaços íntimos" (BACHELARD, 1978). Espaço, epiderme da condição terrestre do ser desvelado em seu ente intramundano. Em outras palavras, é fundamental a aproximação entre a Geografia e as bases filosóficas, tão importantes para o "processo de elaboração do conhecimento" e, por conseguinte, ponta de lança em termos de contribuição para uma "postura crítica efetivamente transformadora", como nos ensina Haesbaert (2015, p. 1) em seu artigo intitulado *Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade*.

O presente ensaio convida o/a leitor/a à reflexão existencialista acerca das três dimensões já citadas como forma de compreender o sentido do corpo e lugar enquanto potencialidades do ser e, quem sabe, uma possível forma para (re)pensar os discursos geográficos amarrados puramente ao sentido econômico da atual pandemia. Para este percurso, busca-se dialogar com outras percepções da realidade e, dentro deste prisma interdisciplinar, construir uma reflexão geográfica a caminho de uma "geografia em ato", conforme Dardel (2015), sobre a pandemia. O ensaio traz o sentido de corpo e lugar e, naturalmente, o aspecto intersubjetivo do corpo como forma de repensar a si mesmo e o que os outros são no mundo.

Grafias da(s) existência(s)...

Vida, morte e cuidado. Como essas dimensões podem auxiliar, digamos assim, numa possível compreensão da atual pandemia e suas reverberações sociais? Essa

reflexão é pertinente à medida que esbarra em um problema no qual muitos intelectuais e, neste caso, geógrafos, estão tendo que enfrentar. Vida, morte e cuidado talvez não apareçam com muita frequência, mas estão sempre ali nas interpretações geográficas, de Milton Santos em *A natureza do espaço* à Yi-Fu Tuan em *Espaço e lugar*. Todavia, é necessário ir para além das impressões comuns sobre tais dimensões.

A vida por si mesma não existe. Essa premissa vale para a *morte* e o *cuidado*. Para que a vida seja o que é, torna-se necessário algo fundamental: o sentido. Daí a seguinte reflexão: qual o sentido da vida? Uma pergunta de caráter existencialista, porém, jamais exclusiva dessa escola filosófica. A vida só *é* na medida em que há um conjunto de sentidos que são gestados desde as nossas primeiras formas de expressão no mundo às formas mais complexas de pensamento em idades mais avançadas. Trata-se do desenvolvimento cognitivo, que é existencial, e abertura à compreensão do lugar como referência desse processo, conforme Oliveira (1999; 2014).

É importante dizer que a realidade é indissociável do ser (Dasein). Existe um diálogo que nos torna parte do processo complexo da existência. Existir é pensar sobre a vida, e quando pensamos sobre a vida damos sentido a ela. Segundo Merleau-Ponty (1994, p. 19), "estamos condenados ao sentido, e não podemos fazer nada nem dizer nada que não adquira um nome na história". Entretanto, considerando as atuais exigências do mercado financeiro, a monetarização do cotidiano e a redação do mundo da vida ao mundo do trabalho, quem haveria de pensar sobre o sentido da vida?

O filósofo russo Fiódor Dostoiévski (1821-1881) apresenta-nos uma outra questão: o sentido da vida como modo de ser-no-mundo. A ciência por vezes, como ele mesmo diz, busca "explicar" e lançar a todas e todos nós fórmulas de como pensar a vida. Nesse caso, além de presenciarmos a efemeridade da vida pelo cotidiano monetarizado, seja no campo e/ou na cidade, ainda há a ciência como fronteira entre os "saberes vernaculares" (CLAVAL, 2002). Dostoiévski (2007) já sinalizava para possíveis fragilidades e evidentes ataques à ciência como prerrogativa equivocada da realidade, caso não viéssemos a considerar aqueles que, "mesmo sem ciência, sabiam como viver". Saber como viver não é pensar como algo que se encontra em uma bula de remédio. É, talvez, resgatar um dos princípios da filosofia grega, onde não há necessidade de pensar como regra geral, categórica. Mas a primordialidade essencial de pensar!

Assim sendo, a ciência, e isso inclui evidentemente a geografia, deve, por base de pensamento e, inclusive, por princípios de ações, reestabelecer os laços originários

com aqueles/as que fazem das experiências de vida a sua grafia de existência, ou seja, seu modo de ser no mundo. Isso não revela nenhum tipo de afastamento do tal rigor científico, das comprovações, hipóteses e etc. Na verdade, considerar os modos de ser é um avanço para a ciência, pois a torna menos "misteriosa" para quem a ouve e, portanto, abre espaço para diálogo, segundo Bachelard (1978).

Como falar ou tentar explicar sobre a importância dos investimentos na ciência e tecnologia na atual situação pandêmica do COVID-19 para uma população em que cerca de 6, 8%, isto é, 11, 5 milhões estão entre os números crescentes de analfabetismo? Não se pode simplesmente achar que em um país, como é o caso do Brasil, historicamente colonizado por princípios elitizados e segregadores, sua população como um todo reaja de forma imediata como referência à ciência.

Por um outro lado, isso não indica que devamos nos ausentar de nossas responsabilidades em sociedade. Então, o que fazer? Essa é uma pergunta que busca nos tirar de nossos pedestais institucionalizados e perceber que não somos mensageiros da verdade e que, inclusive, precisamos nos permitir ao diálogo com as diversas grafias da existência, ou seja, com os variados "modos de ver e viver o espaço" (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2012, p. 7).

Segundo Nietzsche (2010), é no caos que ressurgimos, nos reinventamos. Longe de qualquer vida puramente romantizada, pois precisamos pensar o aqui e o agora, o caos que se apresenta, hoje, a nós na forma de COVID-19, surge também como uma possibilidade para repensarmos sobre nossas formas de ser, nossa existência. Mas, considerando a frenética vida que joga nossos corpos para o mundo do trabalho, quem hoje tem tempo para pensar sobre a existência? Quais grupos de trabalhadores/as possuem o privilégio de exercer suas funções em casa[1]? Mesmo os que têm esse privilégio, quantos destes/as pensam sobre a existência e o modo como a grafia do corpo já pressupõem o cuidado com o outro e, portanto, a intersubjetividade e a alteridade como princípios nesse momento?

Logo, a atual situação na qual todos/as nós nos encontramos é ao mesmo tempo única e plural. É única por duas razões: o Brasil nunca havia enfrentado uma pandemia com proporções devastadoras de tal modo como presenciamos hoje. O Brasil é o

---

[1] Entende-se a "casa" não somente em seu aspecto material, mas simbólico, um lugar onde construímos nossas bases e referências existenciais e ontológicas.

segundo país com mais mortes por COVID-19 no mundo, ficando atrás dos EUA, conforme os últimos dados da Organização Mundial da Saúde, a OMS[2].

Além disso, cabe analisar um segundo fator: nunca na história da humanidade o entendimento de que estamos todos conectados foi tão evidente e, ainda assim, se negligencia tal fato, como relatam *Michelle Bachelet, Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos e Filippo Grandi, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados em um artigo publicado no The Telegraph[3], da Inglaterra.*

A pluralidade surge no retórico discurso político e econômico no qual estamos "todos no mesmo barco". Isso é uma falácia, um falso silogismo, como diria Aristóteles, pois embora estejamos, sim, em um único planeta, um único vírus global, as realidades entre as nações e locais, de pessoa para pessoa podem ser complemente diferentes. As realidades sociais são diferentes. Não obstante, há algo a se considerar que engloba tanto a questão singular, quanto plural: o total e escancarado descompromisso por parte do Governo Federal, tendo na presidência Jair Bolsonaro (Sem Partido) para com a população: "Eu não sou coveiro"[4].

Assim sendo, pensar o sentido da vida é pensar sobre nós mesmos e isso inclui, naturalmente, pensar criticamente a finitude do ser, pois somos seres históricos[5]. A finitude em sua dignidade humana, vale ressaltar, conforme a Constituição Federal do Brasil, de 1988. A historicidade do ser – embora, muitas vezes, negada pelos discursos perversos e pelas formas práticas da vida cotidiana vinculadas quase que unicamente a ética do neoliberalismo – pode nos servir de guia que debater sobre a finitude do ser e também falar sobre as bases de nossa existência e de luta em prol da justiça social, não como algo que paira sobre nós. O humanismo surge nessa perspectiva geográfica e pode nos conduzir a um diálogo coerente e respeitoso com a vida humana. Diálogo este que se aproxima do sentido de *cuidado*, no qual, segundo Maria de Lourdes Pintasilgo, ninguém está isolado, mas sim consciente de uma fundamental alteridade (PINTASILGO, 2004).

---

[2] Disponível em: Ministério da Saúde (https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/29/2020-05-25---BEE17---Boletim-do-COE.pdf) com base no Our World in Data - https://ourworldindata.org/coronavirus - atualizado em 23/05/2020.

[3]Disponível em: www.telegraph.co.uk/global-health/science-and-disease/coronavirus-outbreak-test-systems-values-humanity/. Acesso em 13 de junho de 2020.

[4] Essa é uma dentre as inúmeras falas de Jair Bolsonaro, "desdenhando" da vida da população brasileira como se fosse algo natural, "banalizando a existência e o sentido próprio da responsabilidade de ser um chefe de Estado". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aIpUbYjjdn0. Acesso em 13 de junho de 2020.

[5] Fala-se na capacidade de perceber dentro da própria conjuntura existencial, e isso envolve a política como ato que atinge a todos nós. Portanto, é fundamental criarmos bases sólidas e flexíveis que estejam preparadas para dialogar como os diferentes modos de ser.

Quando o discurso percorre de forma a atender determinadas e exclusivas demandas da sociedade, cria-se uma atmosfera de consciência na qual uma outra parcela não se reconhece. Isso envolve até mesmo o espaço da casa. Não se trata necessariamente de "isolamento social", mas, de repetente, de uma limitação dos corpos que não podem, agora, se abraçar, circular tranquilamente pelas ruas, etc. De um modo geral, o efeito sobre a ideia de isolamento é tão perturbador que a própria casa deixa de ser um espaço confortável e torna-se algo "estranho" (HEIDEGGER, 1988). Estamos falando de uma pré-disposição espacial que está confusa no atual momento.

Uma possível hipótese é que a casa, dentro da "sociedade moderna", conforme Hall (2002), ganha uma conotação de "espaço de descanso". Porém, não é o descanso para pensar a própria existência, é o descanso do trabalho/emprego/ocupação. Nossa educação e formação em sociedade, isto é, as bases de nossa identidade cultural na sociedade capitalista, é pensar a casa como espaço onde o mundo do trabalho não ultrapassa, ou, caso ultrapasse, que não se demore muito. Agora, quando os espaços da vida cotidiana ganham outros sentidos (forçadamente), tendemos a pensar sobre que não faz parte de nossa formação: a angústia da/na existência e daí o desconforto: "o não se sentir em casa" (HEIDEGGER, 1988).

A compreensão da angústia como princípio ontológico da espacialização do ser (Dasein) remete a acreditar que o ser-no-mundo só é possível à medida que ele incorpora para si a consciência de si mesmo. Ao limitar-se dessa construção de si mesmo, este ser desperta o que Heidegger (1988) define como "inautenticidade" (*Uneigentlichkeit*). Segundo Pádua (2005, p. 104), "do ponto de vista do existir inautêntico, esta fuga de si tem um caráter obstrutivo, como o de um fechamento, para o Dasein, de qualquer possibilidade de um autêntico estar diante de si". Entretanto, esta "decadência existencial" resulta num ponto crucial, pois "oferece a possibilidade positiva de se compreender aquilo de que se foge" (PÁDUA, 2005, p. 104). Então, do que estamos fugindo ou, quem sabe, fingindo que está distante, ilhado de nós?

Estamos fugindo da responsabilidade de pensar sobre nós mesmo. E pensar sobre o "eu" é angustiante, porque envolve o trato de evidenciar a miséria de nosso "mundo líquido moderno", como diria Bauman (2011) e que, inclusive, somos parte reprodutora dessa miséria que atravessa a dimensão política, econômica e educacional, por exemplo. Esse exercício, além de ser filosófico, é também ontológico e geográfico, pois convida à reflexão o corpo em sua capacidade espacializante de ser-no-mundo, a "motricidade do corpo", segundo Merleau-Ponty (1994), de percorrer espaços que antes

faziam parte da rotina espacializante do corpo, mas que agora estão limitados. Como pensar sobre aquilo que nunca havíamos pensado ou não de forma tão profunda, densa?

O sentido geográfico de angústia: breve reflexão

O que acontece entre a vida e morte é o que nos interessa. Dimensões essas que desvelam nossa existência por meio das experiências. Como já dizia Sartre (2014), "a existência precede a essência" e, partindo desse princípio, o próprio sentido de angústia reverbera sua conotação humanista, pois traz ao pensamento a fundamental importância da liberdade como responsabilidade social, ou seja, o entendimento de que todas as minhas ações podem gerar consequências para o mim e para o outro. O existencialismo vem contribuir, dessa maneira, com a possibilidade de uma abertura ontológica para o entendimento do ser, no mundo:

> É fato que muitas pessoas não sentem ansiedade, porém nós estamos convictos de que essas pessoas mascaram a ansiedade perante si mesmas, evitam encará-la; certamente muitos pensam que, ao agir, estão apenas engajando a si próprios e, quando se lhes pergunta: mas se todos fizessem o mesmo? Eles encolhem os ombros e respondem: nem todos fazem o mesmo (SARTRE, 2014, p. 21 [grifo nosso]).

Essa forma de existência só é possível no espaço que, por sua essência, adquire um sentido geográfico por meio das experiências (SILVA, 2016). Um aspecto interessante é quando Sartre (2014), ao falar sobre a angústia, descreve a capacidade que as pessoas têm de "camuflar" a própria situação angustiante, por diversas formas. As pessoas evitam encarar diretamente as suas angústias, pois fomos educados que pensar sobre si mesmo é uma "perda de tempo" e, hoje, temos que realizar tal exercício por meio da solitude, nos espaços familiares e com a própria família o que, inclusive, torna-se algo incômodo, espaço declamativo de ansiosos, estranheza de si mesmos e dos espaços que se encontram. Uma forma de exemplificar a camuflagem da angústia são os incontáveis números de pessoas que insistem em circular pelos *shoppings centers*.

O filósofo holandês Wilhelmus Luijpen (1922-1980), em seu livro intitulado *Introdução à fenomenologia existencial*, na década de 1970, já anunciava uma possível problemática que hoje enfrentamos e analisamos. Embora seja recente falar sobre isso, é necessário dar os primeiros passos para compreender, nesse sentido, que certos espaços ditos "essências" como fugas ou espaços que camuflam nossas angústias. É muito comum ouvirmos a expressão ou algo parecido que, se uma pessoa, seja homem ou

mulher, está muito triste, é normal que ela vá realizar compras no *shopping* ou renovar a aparência em salões de beleza.

Tais espaços, hoje, além das academias, evidenciam aquilo que enaltecemos por espaços "essências", algo que não pode faltar porque estão essencialmente ligados ao nosso caráter narcisista e, portanto, estratégia para camuflar nossas tristezas, angústias, isto é, nós de nós mesmos. Isso concretiza uma espécie de "amnésia seletiva", tendo em vista que os casos de COVID-19, neste caso na cidade de Belém, não reduzem. No atual momento podemos dizer que "a angústia, [...] é um fenômeno que raramente ocorre, porque o homem cotidiano foge constantemente de si mesmo, e do significado próprio de ser-ele-mesmo, de sua angústia" (LUIJPEN, 1973, p. 384), pois há uma forte presença de agentes a serviço do mundo imediatista, como uma espécie de "sedativo" existencial.

Agentes estes que nos proporcionam alegrias e sentimentos de que a infinitude do ser mundano é contemplada como verdade e, por um outro lado, pensar a finitude é "perda de tempo". As pessoas aventuram-se nesses espaços sedativos da existência por diversas razões, até mesmo só para olhar a vitrine. São momentos efêmeros, estes que camuflam nossa angústia, que, por sua vez, quando, por um momento paramos na solitude da casa, a estranheza vem ao encontro do ser[6]. É no mínimo curioso pensar que, historicamente, nossa formação educacional – e isso incorpora, evidentemente, a esfera familiar – é precária por, também, não considerar a importância do conhecimento de si mesmo, entre potencialidades e fraquezas.

Estamos em frente a um paradoxo existencial o qual, inclusive, conforme Berdoulay e Entrikin (2014), chama ao debate geográfico a questão organizacional da identidade do sujeito com o espaço total, evidenciando, segundo Relph (2014), a "essência de lugar" ou o "sentido de lugar", como diria Oliveira (2014). O aspecto original de lugar que emerge das relações de conforto e desencanto é fundamental à nossa compreensão de mundo, sobretudo hoje com o COVID-19, o qual vem colocando em xeque nossas fraquezas e potencialidades poucas vezes pensadas até então.

A morte reside em nós assim mesmo como a vida. Paradoxo que instaura as dimensões fundamentais da nossa existência e nos sustenta para possíveis crises. A compreensão do *sentido da vida* e a *morte como finitude*, segundo Kierkegaard (1968), são formas sinônimas de dizer que é justamente por meio dessa consciência

[6] "A nossa época pode caracterizar-se pelo medo da angústia. Nunca este medo se revelou com tal intensidade, e também nunca os estados patológicos derivados do medo foram tão frequentes [...]" (SANTOS, 1982.p. 164).

fundamental, aparentemente antagônica, que *vida* e *morte* aparecem como instrumentos educacionais para o sentido latente de mundo de que se constrói e habita um lugar material e simbolicamente. O modo como conduzimos nossa vida, portanto, está ligado ao sentido que damos a vida, ou seja, a nós mesmo.

Essa perspectiva relacional entre o COVID-19 e nossa formação educacional enquanto ser-no-mundo, nos faz lembrar de um artigo intitulado *Território, poesia e identidade*, em que Haesbaert (1997), com base em Augustin Berque, associa a visceral e importante relação entre Geografia e Arte, anunciando a necessidade epistêmica de superarmos as dicotomias existentes entre físico/fenômeno e sensibilidade/razão, por exemplo. Dicotomia esta que também ecoa para a dimensão ontológica do espaço, a qual é ampliada na/pela modernidade ocidental.

Considerações finais

Hoje presenciamos um momento de renovação, algo que atravessa várias dimensões da realidade geográfica: espiritual, ambiental, econômica, política, etc. Algo que nos provoca a repensar nossos valores e atitudes no mundo e com o outro. O caráter da alteridade e da intersubjetividade, ou seja, a responsabilidade, numa perspectiva existencialista, torna-se fundamental. Isso é importante porque busca incorporar a consciência de que todas as minhas ações podem alcançar o outro e vice-versa. Um exemplo prático seria o fato de sairmos às ruas sem o mínimo de proteção.

Estar em casa é uma atitude existencialista e, inclusive humanista, mesmo que não se tenha muito noção disso. Daí a necessidade de esboçarmos reflexões que nos estimulem a pensar o mundo de forma integrada e, em sua complexidade, entender a própria singularidade do ser. Tal singularidade que somos pode, por vezes, gestar um sentimento de desconforto, como se estivéssemos exilados dentro no mundo. Essa perspectiva humanista da geografia nos permite compreender essas dimensões humanas e ressignificar os espaços, nossa capacidade sensível nesses espaços, em termos de responsabilidade. Algo que ainda deixa a desejar.

Fala-se, portanto, em crise. De um modo geral, podemos entender que a etimologia da palavra crise vem grego *Krísis* que, numa tradução livre quer dizer "ação ou faculdade de distinguir, decisão". Em suma, crise pode ser entendida como renovação de atitudes e valores por meio de novas decisões que, neste caso, se evidencia por meio do COVID-19. Não se trata de romantizar o atual momento, mas de resgatar

nossa potencialidade e engajamento com a vida e isso inclui se manifestar contra o ato de desumanidade política que possa vir contra a população.

O vírus pandêmico foi e é um potencializador daquilo que somos, dentro dessa reflexão profunda, a angústia, o pensar a vida e morte e, inclusive, o cuidado com outro em determinados espaços, sejam eles espaços públicos ou privados, como em nossa casa, são dimensões que se evidenciam e devem ser tratadas de forma significativa para repensarmos nossas ações no mundo. Mediante a atual situação do Brasil e do Mundo, o novo Coronavírus, ou COVID-19, é uma forma de relembrar que nossas práticas categóricas, como o consumismo, são ações que prejudicam o ecossistema global e, consequentemente, ameaçam a vida humana.

O COVID-19 possui sua singularidade, pois a capacidade desse “novo” vírus é sistêmica, uma vez que atinge boa parte do globo terrestre, anunciando em todas as Nações uma nova crise a qual, por sinal, não é somente econômica, mas, sobretudo, uma crise humanitária em termos de posicionamento do Estado, isto é, de como os Estados-Nação estão enfrentando tal problemática sistêmica. Daí a seguinte pergunta/reflexão: o que, em nosso caso, o Governo brasileiro está fazendo para combater o COVID-19? Fala-se, portanto, de políticas públicas, que envolvem tanto o Ministério da Saúde, quanto os outros Ministérios.

Há uma contradição social latente, abissal no Brasil. De um lado os mais pobres que vivem para ver sua possível morte à espera, literalmente, de um milagre nas UTI’s, tanto em hospitais públicos, quanto particulares. Do outro lado, a elite, que pode pagar por um jatinho rumo ao Sírio Libanês, em São Paulo. Todos merecem um tratamento adequado que minimamente respeite a dignidade humano como princípio de ações. Quando o Governo Federal concebe suas ações tendo como,*a priori*, o poder econômico como mediador de relações com sua população, estabelece-se um “Estado de Exceção” (AGAMBEN, 2015), anunciando, por sua vez, a política da morte por parte do Estado, isto é, a “necropolítica”, como diria Mbembe (2018). Daí a importância de discutimos “a negação da morte”, conforme Becker (1995).

À vista disso, existe algo a ser levado em consideração: o posicionamento ético e político do Governo Federal que, sob a lógica do neoliberalismo, a “globalização perversa”, segundo Santos (2008), reestabelece suas novas estratégias ao invés de fortalecer os *cuidados*, que não são somente cuidados do corpo-biológico, do sujeito cartesiano, mas da “motricidade do corpo que anda...”. Ou seja, são os cuidados de uma ontologia fundamental que traga ao debate, seja ela geográfico ou político, a

necessidade de um debate de forma mais carente, incorporando, por exemplo, a questão das mulheres em situação de risco e vulnerabilidade socioeconômica, populações de áreas periféricas (onde, às vezes, nem água tem para lavar as mãos) e, inclusive, a população LGBTQI+ que carece de assistência e reclama seu espaço de cuidado e bem viver.

Referências

AB'SÁBER, Aziz. Nacib. **O que é ser geógrafo**: memórias profissionais. Rio de Janeiro: Record, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2015.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: **A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço.** Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Traduções de Joaquim José Moura Ramos et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BAUMAN, Zigmun. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

BERDOULAY, Vincent; ENTRIKIN, Nicholas. Lugar e Sujeito – perspectivas teóricas. In: MARANDOLA Jr., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. **Qual o Espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

BECKER, Ernest. **A negação da morte**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

CASTRO, Iná Elias. et al. **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DOSTOIÉVSKI, Fiodor. A Dócil In: **Duas Narrativas Fantásticas**: A dócil e O sonho do homem ridículo. **Rio de Janeiro: Editora**, v. 34, 2011.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 2ª Ed. Trad. Márcia de Sá Cavalcanti. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. **Espaço e cultura**, n. 3, p. 20-32, 1997.

______. Filosofia, geografia e crise da modernidade. **Terra Livre**, n. 7, 2015.

HALL, Stuart. A **identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

KIERKEGAARD, Soren. **O conceito de Angústia**. Lisboa: Hemus editora, 1968.

LUIJPEN, William. **Introdução à fenomenologia existencial**. trad. Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: EPU, 1973.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

OLIVEIRA, Lívia. Que é geografia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, Ano 11, n. 21 e 22, p. 89-95, jan./dez. 1999.

______. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JR et al. (org.). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

PINTASILGO, Maria de Lourdes. Cuidar o Futuro, direitos e deveres. Lisboa, **Arquivo MLP**, 0210.002, 2004.

PÁDUA, Lígia. Teresa. Saramago. **A "topologia do ser"**: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio Janeiro, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

______. **A natureza do espaço**: Técnica, Espaço e Tempo, Razão e Emoção. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Delfim. O sentido existencial da angustia. In: **"obras completas"**, Vol. II, P. 153-165. Lisboa: Fundação Calouste Kulbekian, 1982.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Trad. de João Batista Kreuch. 3 Ed. Rio de Janeiro: Vozes editora, 2014.

SILVA, Felipe. Kevin. Ramos da. As contribuições de Heidegger e Merleau-Ponty para a compreensão ontológica do espaço e do lugar. **PÓLEMOS**, v. 5, n. 9, p. 58, 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva experiência. Trad. Lívia de oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

POR QUE PENSAR A GEOGRAFIA EM TEMPOS DE PANDEMIA?

Jorge França da Silva Medeiros

No ano de 1918, a história mundial encerrava um tenebroso capítulo de sua trajetória. O final da Primeira Guerra Mundial alertara ao mundo para um grande desafio. A paz e o equilíbrio das relações internacionais deveriam ser urgentes. À época foi preciso muito esforço para posicionar os elementos capazes de satisfazer tamanho desafio, e o conhecimento geográfico obteve papel central no tabuleiro de xadrez das grandes potências bélicas.

Estima-se que o conflito que perdurou por quatro anos tenha produzido aproximadamente vinte milhões de vítimas fatais entre civis e militares. A forte queda populacional associada aos prejuízos financeiros acumulados colocou a Europa em situação de extrema calamidade. A crise econômica e social provocada pelo conflito sinalizava para tempos sombrios.

Neste mesmo período, concomitante ao final do conflito bélico, tem-se os primeiros relatos de expansão do vírus influenza, evento conhecido como gripe espanhola[1]. Ofuscada pelos efeitos produzidos pela disputa militar, os reflexos deste evento só foram percebidos anos depois, quando a situação de epidemia já estava instalada em muitas regiões do mundo.

Passados cem anos daquele momento de caos sanitário global, a história insiste em nos revelar um presente, com os olhos voltados ao retrovisor e, simultaneamente, ao para-brisa. A passagem do ano de 2019 para 2020 não transcorreu de maneira festiva em todos os cantos do planeta. O sinal amarelo lançado da Ásia, mais especificamente na província chinesa de Hubei, indicava um reviver daqueles tempos do início do século XX.

A proliferação do novo coronavírus (Sars-CoV-2) em praticamente todas as regiões do mundo depositou uma linha de instabilidade global que afetou sobremaneira as estratégias políticas, econômicas e diplomáticas dos Estados Nacionais. Assim, planos e programas concebidos no âmbito de uma economia capitalista liberal sobre as

[1] Conforme os relatos históricos do período, entre 1918 e 1920 o vírus influenza H1N1 infectou aproximadamente 500 milhões de pessoas não só na Europa. Estima-se que a mortalidade populacional chegou à casa próxima de 50 milhões de pessoas espalhadas pelas mais diversas regiões do planeta.

mais diferentes realidades geográficas parecem sucumbir diante da nova necessidade global, a garantia da vida. Eis aqui um ponto central de nosso debate.

Os primeiros meses do ano de 2020 revelaram a grande incapacidade do sistema econômico global em responder às situações de extrema calamidade. Se pensarmos na situação de pandemia como algo meramente sanitário, perderemos a oportunidade de empreender um esforço analítico sobre as novas roupagens assumidas pelo capital em tempos de produção, circulação e distribuição da riqueza global.

A crise sanitária global não apenas sinalizou para os limites da acumulação de riqueza desenfreada entre pessoas, empresas e Estados. Mas, antes de tudo, alertou para a perversidade da concentração de tais riquezas em diferentes escalas e apontou para a fragilidade das bases que sustentam a tão propalada economia liberal, cujo mercado é o grande catalisador das transformações.

O movimento longitudinal de expansão do vírus no sentido leste/oeste impôs novos ritmos de vida sobre muitas sociedades e países, redefinindo lógicas de produção articuladas em esteiras globais. Assim, o território chinês, pelo menos naquelas áreas de maior dinamismo e abertura ao capital produtivo global, teve sua primeira experiência contra o inimigo biológico, alterando a rotina de produção e circulação bens, pessoas e serviços essenciais à lógica empresarial global.

Desde então, o capital tem procurado responder aos solavancos da economia chinesa, uma vez que a ideia de previsibilidade foi radicalmente substituída pela razão da volatilidade, termos bastante utilizados por economistas para designar mudanças de paradigmas e estratégias de acumulação material. O rápido alastramento do vírus vem sucumbindo projetos de desenvolvimento liberais, que têm como fundamento a quase exclusiva determinação do mercado sobre as normas de regulamentação da vida social coletiva.

Muda-se o foco. A garantia da vida é um valor universal e precisa ser respeitado pelo Estado, designando normas e promovendo ações de enfretamento à situação de catástrofe global. Essa foi a retórica dos últimos meses em grande parte dos Estados Nacionais. O entrelaçamento pandemia/política/economia é uma importante variável analítica desse novo momento.

As ideias que alimentavam a edificação do chamado Estado-empresa[2], que passou a sedimentar as reformas estruturais em diversas realidades regionais, sobretudo

---

[2] Pierre Musso em artigo publicado em "Le monde Diplomatique Brasil", maio de 2019, expressa com grande capacidade analítica a estruturação do chamado modelo Estado-empresa. Tal modelo ancora-se na

na Europa e América Latina, solapou diante da necessidade de subsistência da vida social coletiva. Assim, os princípios de eficiência e gerenciamento tão caros às ciências exatas e colocados a serviço das técnicas de poder corporativo presentes no então modelo de Estado, funcionam, agora, para garantir a mínima governabilidade em muitas situações. Defender a vida, nesse caso, significa também preservar as condições mínimas de reconstrução econômica nacional.

A questão política trazida pela pandemia atual difere daquela de outrora. Naquele momento, vivia-se uma conjuntura de forças antagônicas representadas, sobretudo, pela emergência do socialismo soviético em 1917 e que perduraria até o final do século XX, além dos embrionários regimes totalitários na Alemanha e Itália, mas que logo depois se concretizariam no período entre guerras. Atualmente, vive-se sob a racionalidade neoliberal cujos princípios estão ligados a construção de instrumentos normativos ligados a fragmentação da totalidade, uma espécie de racionalidade subjetivada[3].

Em regiões como a América Latina, cujo processo histórico resultou em constantes práticas de espoliação de diferentes povos e recursos ambientais, a lógica instrumental neoliberal ganha mais força e tende a agravar as desigualdades sociais. Logo, os efeitos produzidos pela pandemia também ganham novas feições e projeções. Em geral, os países latino-americanos buscam se inserir nessa lógica de forma precária, uma vez que suas economias resultam de combinações orgânicas nacionais, com reduzida capacidade de competição global. Daí decorre uma substancial situação que diz respeito à organização do espaço.

O conhecimento geográfico produzido sobre essa região é de fundamental importância para a compreensão desse novo momento. A produção do espaço como categoria de análisereorienta o olhar sobre as mazelas descortinadas pelo forte avanço da pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2). O vírus é um elemento da natureza que necessita de outro organismo vivo para sua replicação. Nesse sentido, considerando o

---

filosofia liberal que revela um estilo de projeto de inspeção política pela prática do gerenciamento, muito próximo aos estilos empresariais de gestão dos negócios.

[3] O neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (Dardot; Laval, 2016, p.17).

elevado índice de urbanização e a degradação das condições de vida nas cidades latino-americanas, o resultado torna-se ainda mais preocupante.

No Brasil, o momento é de enorme apreensão. A inoperância das políticas públicas sanitárias associadas à ignorância política de líderes supostamente republicanos repercutiu na expansão dos números de doentes e na ocupação total dos já combalidos hospitais públicos municipais e estaduais. A emergente pandemia foi reduzida aos retalhos da política porosa vinda da capital federal. A constante promoção da retórica negacionista tem alimentado uma visão de sociedade que insiste em estabelecer limite ao pensamento crítico e ao desenvolvimento científico como ferramentas de autonomia e liberdade, fatores essenciais à construção de alternativas à crise atual.

O forte impacto provocado pela rápida proliferação do vírus impôs um substancial rearranjo da vida coletiva. Ao afetar os espaços de maior aglomeração de pessoas e serviços, sobretudo as metrópoles, a pandemia modificou as formas de viver a cidade. A retenção da vida foi materializada por meio da redução da circulação de bens e capitais. Passou-se a vivenciar um tempo e um espaço remotos.

Quando pensamos na materialização da pandemia do novo coronavírus nas cidades e nos espaços metropolitanos brasileiros, devemos considerar alguns elementos de grande importância analítica, dentre os quais se destacam:

- A formação histórica e territorial das diferentes regiões brasileiras, cujas cidades e espaços metropolitanos decorrentes desse processo tendem a expressar certas tendências na produção e organização de seus espaços;
- O nível de inserção das cidades e das aglomerações metropolitanas brasileiras na lógica de produção capitalista nacional e internacional;
- As particularidades e singularidades na produção e organização dos espaços intraurbanos no Brasil.

A inserção do vírus na sociedade brasileira ocorre de forma similar ao que tem acontecido em outras regiões do mundo. Os aeroportos internacionais concebidos para articular um grande volume de fluxos de pessoas e cargas descortinaram seus pátios e corredores para a chegada do Sars-cov-2 em território nacional. Desde então, seus efeitos têm demonstrado o quanto nossa sociedade, nossa economia e o Estado funcionam como átomos em órbitas divergentes.

Tal situação está associada a uma série de equívocos e conflitos internos no âmbito do pacto federativo. Estados e municípios têm tomado iniciativas próprias e

mobilizado ações de enfrentamento à pandemia, uma vez que o confuso Ministério da Saúde, agora ocupado majoritariamente por militares que pouco, ou quase nada, tem a apresentar como alternativa à crise de saúde, perde credibilidade diante da opinião pública nacional e internacional.

Essa condição de estímulo ao conflito provoca uma crise institucional que repercute diretamente na assimilação do termo pandemia pela sociedade brasileira. Não se trata mais de equacionar problemas médicos e hospitalares de cidades ou regiões, mas de potencializar ações e normas de conduta que favoreçam a diminuição do contágio comunitário numa escala exponencial. Para tanto, é preciso que se esclareça, de uma vez por todas, que se trata de uma grave crise de saúde que caminha para aprofundar uma crise social, com reflexos diretos sobre a condição incompleta de cidadania.

O comportamento do vírus no Brasil tem mostrado que os espaços metropolitanos com alto grau de integração espacial, com alta capacidade de convergência de fluxos populacionais, mercadorias e serviços estão mais expostos a propagação do vírus. Os números revelam, até então, elevados índices de transmissão diária e aumento expressivo de óbitos nesses lugares. Também são nesses espaços que se encontram os maiores espaços de pobreza urbana, cuja paisagem se expressa por meio da ocupação de áreas insalubres e uma ineficiente distribuição de equipamentos públicos voltados à promoção do bem estar das famílias.

A condição territorial das cidades e dos aglomerados metropolitanos brasileiros acelera os efeitos da pandemia nessa faixa do Atlântico Sul. A desigualdade na forma de produzir o espaço, tomando como premissa a participação conjunta de diferentes agentes sociais sobre os processos espaciais de valorização do preço da terra urbana, tem culminado na promoção e surgimentos de espaços periféricos homogêneos e fragmentados do contexto urbano, que hierarquiza a condição de existência da vida e de cidadania.

Nesse sentido, a situação de pandemia tem se agravado substancialmente. O grau de cidadania diz respeito ao grau de percepção e enfrentamento ao problema. Em geral, os habitantes de áreas mais bem equipadas em termos de serviços públicos, tendem a responder de forma mais eficiente a imposição do vírus. A necessidade do distanciamento social é ditada pela capacidade de redefinir a percepção do habitar. Esse novo habitar, para esses grupos, se relativiza e se torna descontínuo em redes digitais de interação, cujos aplicativos e *softwares* redimensionam a noção de próximo e distante.

A necessidade de redução do contato presencial vem acompanhada de uma nova forma de interação e percepção do espaço produzido. A emergência de uma reengenharia social trazida com o vírus não esgota o tema da cidadania, de tal modo que ser mais ou menos cidadão depende da posição ocupada pelo indivíduo no território. É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta (Santos, 2014:18).

Standing (2019) tem defendido a tese de que presenciamos o surgimento de uma nova classe perigosa, o precariado. Dentre seus argumentos, destaca-se aquele que trata da noção de insegurança provocada pelo aumento cada vez mais expressivo de pessoas que não conseguem dar sentido às suas vidas garantindo maior coesão social e que, por isso, comprometem a boa governabilidade das cidades. Trata-se de um grupo de pessoas vulneráveis, do ponto de vista político e econômico, capazes de gerar, pela condição momentânea, instabilidades sociais. Na visão do autor, consiste em pessoas que têm relações de confiança mínima com o capital e com o Estado, o que as torna completamente diferentes do assalariado. (p. 25)

A desregulamentação dos mercados, acompanhada da injeção dos componentes estruturais das diretrizes liberais têm proporcionado significativas interpretações sobre os dilemas do empobrecimento da sociedade. Em situações, como a que estamos vivenciando, tais dilemas ficam ainda mais evidentes, no momento em que a fragilidade de muitas economias sustentadas por trabalhos de baixa remuneração tendem a esgotar rapidamente as poucas reservas financeiras adquiridas. São dilemas que transcendem os aspectos da economia e da renda e rebatem na composição das estratégias de produção de novas realidades espaciais.

O consumo é aqui a chave central do enredo. No lugar do cidadão, surge o consumidor insatisfeito. O detalhe é que ser consumidor não significa ter cidadania, quando muito, ter capacidade de sobrevivência. No Brasil, a situação da pandemia escancarou ainda mais a relação consumidor/cidadão. O aporte de recursos estimados na casa de R$ 151,5 bilhões, que garante auxílio emergencial de R$ 600 aos trabalhadores autônomos e que tiveram suas rendas severamente comprometidas contempla aproximadamente 60 milhões de famílias.

São números expressivos que posicionam a real situação da combalida economia nacional. A estratégia assistencialista de permitir uma renda mínima a um grande número pessoas coloca o Estado como agente principal no processo de reconstrução nacional. A perda maciça de postos de trabalhos em setores comerciais e de serviços

sinaliza para a falência de inúmeros pequenos e médios empreendimentos que não suportaram a nova dinâmica social imposta pela proliferação do vírus.

A assistência, nesse caso, revela outra condição. A sustentação da governabilidade em situações aparentes de garantia de direitos camufla as origens do problema da desigualdade social. Daí a expressão de Santos (2014) ainda hoje apresentar bastante fundamento, na qual onde não há cidadão, há o consumidor mais-que-perfeito. É o nosso caso.

Como nação, precisamos avançar em pontos que são essenciais para criar o que muitos atribuem como "novo normal". Nesse sentido, há muito a que se fazer. A sociedade brasileira precisa tomar consciência do seu papel de gestora desse novo momento que se avizinha. Não basta apenas fazer o mesmo, mas sim o possível e o necessário para a mudança de rota.

A presença marcante da pandemia nas cidades e aglomerações metropolitanas brasileiras veio nos ensinar que é preciso compreender a vida em sua multidimensionalidade. O tempo da produção, da circulação, da hora marcada e programada não serve para regular as catástrofes submetidas ao novo coronavírus.

Diferente do tempo passado, o tempo presente da pandemia possibilitou o descortinar das mazelas sociais, tornou milhões de pessoas visíveis aos olhos do Estado, cuja assistência monetária sinaliza para a correção de uma dívida que se construiu na história e condicionou a geografia de dezenas de espaços urbanos que são, ao mesmo tempo, homogêneos, fragmentados e hierarquizados.

O reconhecimento dessa tríade analítica que ancora a dinâmica de produção do espaço (urbano) sugere algumas respostas que explicam sobre a trajetória de propagação do vírus em cidades brasileiras. Em geral, áreas de maior concentração de equipamentos públicos (com redes de distribuição de água e esgoto, coleta regular de lixo, redes de energia elétrica e internet) e com baixa densidade demográfica por moradia conseguiram reduzir ou mesmo estagnar o número de infectados e mortes. Ao passo que em áreas de forte carência de infraestrutura urbana e com elevada densidade demográfica os números tendem a se inverter.

São esses dilemas que a Geografia busca compreender produzindo esquemas analíticos capazes de orientar políticas de Estado necessárias ao desenvolvimento social e econômico. Quando se fala em priorizar a multidimensionalidade da vida, fala-se na oportunidade de aprender que, em momentos críticos, os valores essenciais de cada

sociedade residem na tentativa de superar o abismo e a ignorância da política que se faz presa em gabinetes e distorcem a realidade espacial subjacente.

Por isso, não se deve “olhar para trás” e continuar reproduzindo os mesmos obstáculos que desestimulam a participação popular em questões centrais que correlacionam saúde, economia e espaço. A pandemia provocou em muitas comunidades historicamente desprovidas de políticas públicas o sentido da cooperação que aponta para a superação da ideia básica de solidariedade e vislumbra um embrionário movimento de autonomia e liberdade.

Descobriu-se que é possível aprender com a pandemia. Por se tratar de algo novo para essa geração a mensagem do abrigo e da proteção pode e deve se transformar em caminho para superação dos entraves impostos pela política e pela economia à maior conscientização cidadã.

Por que pensar a Geografia em tempos de pandemia?

Simplesmente, porque Geografia é movimento, é dinâmica e ao compreendê-la em sua relação com a natureza viral devemos mudar o tom da pergunta e não mais querer saber... “quando tudo isso acabará”? A resposta não se encontra no imaginário do tempo, mas sim no movimento de produção da vida e dos espaços. Por isso, devemos ressignificar o pensamento e perguntar: como tudo isso irá permanecer, reafirmando antigos e produzindo novos espaços geográficos?

Referências

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Maria Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MUSSO, Pierre. Na era do Estado-empresa. Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo, maio, 2019.

ROSA, Harmut. **A Transformação das Estruturas Temporais na Modernidade**. Tradução: Rafael Silveira. São Paulo: Editora da UNESP, 2019.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

____________. **O Espaço do Cidadão**. 7ed. São Paulo: Edusp, 2014.

STANDING. **O precariado.** A nova classe perigosa. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BREVE HISTÓRICO SOBRE O CONTEXTO POLÍTICO E EPIDEMIOLÓGICO PÓS SURGIMENTO DO COVID-19 NO SÉCULO XXI [1]

José Augusto Carvalho de Araújo

Situando a "virologia" no tempo

Na história da humanidade não é novidade o surto de doenças contagiosas. Desde a peste de Atenas, no século IV a.C, até nossos dias, as doenças infectocontagiosas têm sido objeto de interesse e preocupação da coletividade.

Não sabemos como vamos reagir diante de outra pandemia, depois de exatamente 100 anos. Coincidência ou não, esses são os números da incerteza. Vivemos esse cenário em 1918, com a Gripe Espanhola, que matou entre 50 a 100 milhões de pessoas ao redor do mundo. Mas acumulamos experiências com gripes, são centenas. Esse vírus é diferente, pois tem sintomas de gripe, mas alguns estudiosos do assunto não consideram gripe. Ataca os brônquios pulmonares, em alguns casos causa insuficiência renal e problemas cardíacos.

Diferente da gripe suína, H1N1, onde "ser de idade avançada" supostamente a ciência diz ter alguma vantagem, considerando que os aspectos mórbidos de gripes passadas acabam reforçando o sistema imunológico, baseado no fato de "adquirir anticorpos", em relação ao covid-19 não se sabe ao certo sobre essa possibilidade.

Em relação ao H1N1 os idosos se saem melhor com as diversas gripes presentes no meio físico, considerando os anticorpos experimentados por diversos tipos de gripes. Portanto, nesse caso, infectar-se com o COVID-19 é mais arriscado, visto que o vírus diante de um sistema imunológico frágil associado a outras doenças vulnerabiliza mais ainda os pacientes com idades avançadas.

No caso da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida), quando surgiu no final de década de 1970 nos Estados Unidos e teve início na década de 1980 no Brasil, segundo Dhalia, Barreira e Castilho, (2000: p.25), consultores de DST/AIDS no Brasil alertavam para o fato de que, com os avanços da terapia anti-retrovirais

[1] Este artigo faz parte das experiências vivenciadas e acumuladas ao longo de 26 anos na saúde pública, visando um olhar futurístico sobre a vida pós COVID-19 em 2020.

(coquetel), a vigilância epidemiológica deveria repensar suas práticas, uma vez que a simples consolidação dos dados de AIDS notificados não mais espelha a realidade da pandemia.

A tendência, mantendo-se as profilaxias e os tratamentos atuais, é de que as pessoas com o HIV permaneçam indefinidamente na condição de infectados, sem preencherem os critérios de definição de caso de AIDS, que continuarão difíceis de serem notificados, acarretando dificuldades no controle epidemiológico e nas atividades de planejamento das ações de prevenção e assistência. Nesse sentido, esta é a diferença entre um portador com HIV e outro com AIDS. Ou seja, com os anti-retrovirais, o vírus chega a ser indetectável no organismo e não mais "visível" a exames clínicos-patológicos, tornando difícil o controle epidemiológico, o que demonstra a incapacidade da medicina de tratar a AIDS, a partir de parâmetros biomédicos e experimentais.

Sobre a postura do gestor público, no caso da AIDS, em nenhum momento as autoridades de saúde da época e o próprio governo discutiram as deficiências dos modelos importados, os problemas na falta de controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis, a crise nos bancos de sangue contaminados no país, a questão do saneamento básico, da infraestrutura dos hospitais públicos, etc. Este modelo estabelecido no Brasil inviabilizou uma visão mais crítica sobre o aparecimento da AIDS, no sentido de enfrentar a doença e minimizar seus impactos. Por outro lado, é importante ressaltar que a queda das taxas de letalidade por AIDS no país a partir de 1995 coincide com a adoção da terapia com anti-retrovirais e a distribuição gratuita desses medicamentos pelo Ministério da Saúde. Dessa forma, o governo conseguiu reduzir significativamente os casos de óbitos por AIDS, além de ter aumentado as expectativas de vida desses pacientes (ARAÚJO, 2002).

Inevitavelmente o Governo Federal na década de 1980 foi "forçado" a melhorar a Saúde Pública, que necessitou de maiores investimentos para o controle epidemiológico, assim como para o preparo técnico especializado do corpo médico que passou a atuar diretamente contra a AIDS, e para o sistema hospitalar, que precisou ajustar-se para receber os pacientes com AIDS. Passaram-se quatro décadas e as deficiências continuam nos hospitais.

Mesmo controlada a letalidade da doença, a AIDS ainda tem provocado reações de intensa angústia, tanto para os pacientes quanto para a sociedade, visto tratar-se de homens, mulheres e crianças que são estigmatizadas e excluídos do convívio social de

forma repentina, considerando que geralmente vivem os silêncios e o isolamento, quase a clandestinidade social (ARAÚJO, 2002).

No caso do COVID-19 percebe-se uma medicina mais humanizada e envolvida com os pacientes, sensível a uma situação de pandemia avassaladora em nosso país. Os próprios profissionais de saúde sejam médicos, técnicos em enfermagem, enfermeiros, principalmente, estão sendo vítimas do COVID-19 pela ausência de equipamentos de segurança em proporções adequadas, os chamados EPI'S (Equipamento de Proteção Individual), e pelo contato com altas taxas de carga viral no exercício do seu trabalho. De toda maneira, os profissionais de saúde, mesmo correndo os riscos, apresentam-se mais humanizados na sua relação com os pacientes e, nesse sentido, acredita-se que haja uma visão mais socializadora da classe médica em relação às suas práticas médicas no momento do encontro clínico entre médicos e pacientes.

Ainda sobre a COVID-19, percebe-se que a medicina evoluiu muito, o que não evoluiu foi a gestão pública e a classe política que não entende a necessidade de termos UTI'S (Unidades de terapia Intensiva) de forma a democratizar a assistência, não investiu na assistência básica de saúde, muito menos na prevenção. Por sorte temos o Sistema Único de saúde (SUS) que é um dos melhores projetos de assistência e atendimento à saúde pública do mundo, mas muito pouco aparelhado pelo Estado e pela gestão pública.

Este novo cenário nos faz pensar na necessidade de investimentos em saúde pública, além de um maior controle epidemiológico, maiores investimentos em pesquisas universitárias, na saúde básica principalmente; com o objetivo de levar informações sobre a importância da assistência, a exemplo, do Programa da Saúde da Família (PSF) através dos agentes de saúde *in loco*. Há a necessidade de que haja uma inversão na lógica da ação da ciência. Ao invés de investir na doença, investiríamos na "*Holopagenese*" como defende Alves (1998). Seguindo essa lógica, torna-se necessário que haja investimentos na forma de ensinar os estudantes, fazendo-os entender o que seja a saúde, seus princípios etiológicos, epidêmicos e ambientais.

A lógica da ciência tem nos feito pensar apenas na doença, no sistema fisiológico, na anatomia, nos aspectos mórbidos, na incidência, na descrição das doenças, nas propedêuticas médicas, nos códigos patológicos normatizados pela medicina, etc. A Holopatogênese seria uma nova inversão de valores de vigilância sanitárias, de princípios, de informações sobre o que seja a saúde, o conhecimento sobre os aspectos mórbidos, não como descrição das doenças, mas como aspectos patológicos

que podem ser acumulados quando o indivíduo se vulnerabiliza e vive aspectos de riscos sociais e ambientais no seu cotidiano.

Nesta lógica, o conhecimento científico torna-se fundamental, pois ele é uma ferramenta indispensável para que o indivíduo tenha autonomia na gestão de sua saúde enquanto propriedade "intelectual" inadiável e importante para a sua sobrevivência, visando à qualidade de vida. Nesse contexto, é importante compreender a importância da água potável, do saneamento básico, da cultura, etc. Lembrando que essa relação é uma relação de poder entre os detentores do conhecimento e suas expertises e de outro a população.

Covid-19: as mudanças nas garantias individuais

As garantias das nossas liberdades individuais estarão mais próximas da indissociabilidade do pensamento coletivo. Talvez estejamos diante de laços comunitários que passarão a ser mantidos depois do COVID19, mas isso não significa que esqueceremos a euforia do consumo. Como se passássemos a viver em uma insegurança material muito presente após o vírus. A "fragilidade" dos valores materiais revela a nossa ausência de discernimento diante da nova realidade; a dos Tempos líquidos. Em outras palavras: *"o Liberalismo Econômico se enfraquece"*. Nesse entendimento, nada é tão fixo como parece, há rupturas, dissenso, conflitos.

O conceito recorrente, que permeia tempos líquidos, é o da insegurança existencial. A insegurança apontada por Bauman (2007) tem sua origem na Sociologia. O autor ressalta o enfraquecimento das relações humanas, na busca do esclarecimento por meio da liberdade. Todavia, este também é um efeito da atualidade, que sinaliza como a nossa escolha, à qual a grande maioria desprovida de recursos não tem acesso, causando com isso uma tensão entre os que podem desfrutar desta liberdade e os estranhos das grandes metrópoles. Esta tensão gera a incerteza e aumenta os riscos da vida individual (BAUMAN, 2007).

Sugerimos analiticamente que, com o surgimento do COVID19, a ideia de sociedade aberta, ampla compatível com a autodeterminação de uma sociedade livre, agora traz à mente da maioria de nós a experiência de uma população heterônoma, vulnerável, confrontada e que provavelmente, não controla a sua totalidade. A incerteza do futuro e as constantes possibilidades em vivermos cenários de instabilidade nos trazem à tona a ideia de construções de incertezas sem definir o futuro como certo.

O surgimento do Covid-19 trouxe consigo a crise do capital financeiro na lógica do liberalismo econômico. Muitos economistas acreditam que está chegando ao fim um dos padrões econômicos ainda vigentes, mas isso não quer dizer que voltaremos às produções locais de forma isoladas. Os Estados Unidos, por exemplo, pagaram 16 milhões de novos seguros desempregos até na segunda semana de maio de 2020. O Congresso Americano liberou 1 trilhão de dólares para as garantias sociais de desempregados, empresas, empregados em quarentena, imigrantes, pequenas empresas, etc. Este comportamento no uso do dinheiro público, mesmo sendo um estado de exceção, nos revela que há espaços para o estado do bem-estar social, em suprir uma necessidade emergencial.

Novos tempos de solidariedade em detrimento do mercado

Na nossa análise, o liberalismo econômico deixa de ser o centro da análise como projeto dominante, capaz de dar conta de um único pensamento, nas regras do consumo e relações de capital e trabalho.

Sem um formato único, esta sociedade se perde em devaneios e dúvidas, característico da modernidade. A economia liberal, mesmo não abrindo mão da política liberal, com suas características individualistas, sensos de solidariedade e de pertencimento coletivo tem tudo para fazer parte constitutiva desta nova sociedade.

Novos espaços surgirão com a noção de solidariedade, autonomia, coletividade, cidadania, etc. Em última instância, necessitaremos pensarmos sobre esta nova configuração em relação às necessidades humanas de forma coletiva e não mais somente individualizadas. Isto porque a sobrevivência ou os processos adaptativos passam a ser importantes para a sobrevivência de todos em sociedade. A partir de então, o processo saúde e doença terá um espaço de destaque maior. Esta interdependência nos permitirá pensarmos coletivamente, queiramos ou não. Tratar-se-á de um princípio ético, normativo, de cuidados e zelos às nossas ações e às da coletividade.

Apesar de não ser este o nosso debate principal, os estudos pós-coloniais nos fazem pensar sobre o processo saúde e doença, com o objetivo de entendermos que tais teóricos preferem falar da pós-modernidade como categoria empírica, onde descreveram a descentralização das narrativas (a fala de quem faz parte da história, narrando a sua história e não de quem foi sujeito ou é construído pela história moderna, por exemplo) e dos sujeitos contemporâneos. Daí o porquê de os estudos pós-coloniais sofrerem

influência da crítica literária, sobretudo na Inglaterra e Estados Unidos a partir dos anos de 1980.

É importante ressaltar que no início do século XX a democracia liberal e os direitos individuais foram interrompidos com a crise de 1929 nos EUA (Estados Unidos da América) e os pós-guerras. As sociedades se viram forçadas a redimensionarem certas ações, em benefício da sociedade que vivia certos problemas sociais à época, a exemplo do alcoolismo, do uso de drogas, da violência, do racismo, da insegurança, da pobreza, etc., receando que esses acontecimentos retornassem de forma mais violenta.

Estamos nos referindo ao *Estado do Bem-Estar Social*, como condicionante para não retornarmos a esses estágios de crise na época. As relações sociais de consumo, direitos sociais, mudam no pós-guerras, visando garantir uma melhor política alimentar, saúde, bem-estar psicológico, políticas compensatórias, ações de solidariedade, etc.

Nesse entendimento, reportando-nos a atual realidade, ao padrão de pessoas e mercadorias tenderão a mudar, começando pelas cadeias de produtos globais, o tipo de relação governamental das mercadorias globais com as mercadorias locais. Nesse ínterim, a ideia de que estamos ligados uns aos outros se fortalecerá. A desigualdade social e os coronavírus (Sars-II, entre outros vírus ou simplesmente os diversos tipos de vírus gripal) serão "exaltados" como preocupação à sobrevivência da espécie humana, inclusive para o bem do mercado financeiro e das bolsas de valores ao redor do mundo.

Da mesma forma acreditamos que o discurso ambiental poderá ganhar mais relevância, sendo mais pragmático, com ações concretas. Basta lembrarmos que até 1950 o debate ambiental era altamente conservador, contra o capitalismo de mercado, pós 1960 isso muda significativamente até 1980, quando o debate ambiental passa a ganha outras proporções sobre a importância também da preservação ambiental.

No campo político esperamos a convergência de valores visando atender uma agenda voltada ao bem coletivo, em sintonia de uma necessidade local, conforme a realidade de cada município e estado.

Referências

ALVES, Paulo César; RABELO, Miriam Cristina (orgs). O Status Atual das Ciências Sociais em Saúde no Brasil: Tendências. In: **Antropologia da Saúde: traçando identidade e explorando fronteiras.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FIOCRUZ, 1998. P.13-28.

ARAÚJO, José Augusto Carvalho de Araújo. **AIDS:** Entre a Ética, o Segredo e a Prática Médica. Um estudo sobre a relação médico e paciente. (Dissertação de Mestradoem Sociologia). Universidade Federal da Paraíba.João Pessoa, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BERNADET, Jean Claude. **A doença, uma experiência**: ficção. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CZERESNIA, Dina. et al. **Aids, Ética, Medicina e Biotecnologia**. São Paulo: Hucitec/ ABRASCO, 1995.

______. **Do contágio à transmissão:** Ciência e Cultura na Gênese do Conhecimento Epistemológico. Rio de Janeiro: fiocruz, 1997.

DHALIA, Carmem B; BARREIRA, Draurio; CASTILHO, Euclides **A. Histórico das ONGs/AIDS e sua contribuição no campo das lutas sociais.***In. Cadernos ABONG*, [s.l], n.28, p.14-28, out.2000.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**, 5. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. A Iconografia do Medo. Imagem, Imaginário e Memória da Cólera no século XIX. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). **Imagem e Memória.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 113-149.
HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

MONTAGNIER, Luc. **Víruse homens: seus mecanismos e tratamentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais.** Brasília: CDS/UNB, 2000.

PAISAGENS PANDÊMICAS DE UM BRASIL URBANO EM CRISE

Leandro Tartaglia

A sociedade urbana da qual nos falava o filósofo Henri Lefebvre (1999), em sua dimensão globalizada, revela a cidade, sobretudo, a metrópole, como a forma geográfica mais proeminente do capitalismo contemporâneo. O gigantismo e o emaranhado de redes que atravessam as metrópoles determinam a estrutura e a organização social do mundo atual. Esse arranjo espacial – que vai se consolidando com maior intensidade a partir da década de 1970 nos países centrais capitalistas, de onde se difunde posteriormente pelas periferias do mundo em globalização – é marcado por uma sucessão de crises econômicas, políticas, sociais e ambientais.

O fim da Guerra Fria acentua a característica neoliberal como diretriz econômica desse modelo, no qual o Estado e, mais especificamente, as suas políticas públicas de investimento social são drasticamente reduzidas em face da prevalência de um sistema financeiro transnacional credor. Também estimulada por um consumismo desenfreado, a produção industrial exaure rapidamente os recursos naturais em busca de matérias-primas e fontes energéticas. Daí prosperam seguidas crises, como a do petróleo, da água, da energia, do desmatamento e da mineração, recorrentes nas últimas décadas – como sugere o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) em sua crítica à construção do sistema-mundo moderno-colonial.

Nesse período, as lutas sociais na América Latina evidenciam como a região foi submetida aos experimentos do capitalismo neoliberal, cujas sucessivas crises econômicas resultam de grande instabilidade política, potencializadas pelo papel omisso do poder público, em relação a investimentos sociais populares, e punitivo de caráter elitista próprio dos Estados-nacionais e seus governos gestores. Do campo às cidades, das florestas tropicais aos desertos e das montanhas ao litoral, multiplica-se a insatisfação das populações com suas realidades vividas. A posição desses países na divisão internacional do trabalho e seus respectivos indicadores sociais reforçam tais afirmações.

Além das *commodities*, os serviços e a produção industrial também são arrastados por esse modelo econômico, impactando diretamente o mundo do trabalho e aprofundando o abismo da desigualdade social mesmo no chamado mundo desenvolvido. A crise também é o motor e parte constituinte do sistema financeiro que

opera sob a lógica ora da expansão, ora da retração, pautando o cenário econômico globalizado e dirigindo as ações dos Estados e seus governos.

Portanto, a natureza mais evidente do capitalismo em sua fase atual é a crise. Vale ressaltar que a crise pode ser caracterizada por uma situação de mudanças bruscas decorrentes de eventos ou situações extremas que levam, consequentemente, a medidas drásticas. No capitalismo neoliberal as crises não se restringem a uma ou outra parte do mundo; elas são globalizadas, acelerando os efeitos espaço-temporais de adequação das diversas sociedades e suas culturas a um modelo homogêneo chamado de desenvolvimento.

As crises podem até ter uma durabilidade relativamente curta. No entanto, seus efeitos alcançam proporções incalculáveis no que diz respeito a perdas humanas, à medida que incidem sobre populações mais vulneráveis. Seus efeitos também podem provocar comprometimentos socioambientais de temporalidades quase permanentes, em razão da negligência de agentes reguladores, fiscalizadores ou responsáveis pela mitigação real dos impactos. As crises apresentam também efeitos imprevisíveis, como a exaustão ou inviabilização operacional temporária, por exemplo, de um sistema de abastecimento de recursos, de um sistema produtivo ou de um sistema de saúde, que, no limite, podem chegar a um colapso.

No Brasil das últimas três décadas, a reestruturação produtiva e econômica deu-se a partir da característica do "Estado mínimo", especialmente quando focado no desenvolvimento de políticas públicas estratégicas em áreas como Saúde, Educação e Tecnologia, do que resulta a redução gradual dos percentuais de investimento conduzidos pelo Estado. Esse é o contexto em que estamos mergulhados no Brasil atualmente, onde a crise econômica e produtiva (e política) faz-se presente para grande parte de sua população mesmo antes da chegada da pandemia causada pelo novo Coronavírus (a COVID-19). Vivíamos uma crise mesmo antes do vírus, que, ao penetrar o território brasileiro, acelerou o efeito espaço-temporal de adequação e de tomada de medidas drásticas, o que gera uma notória reconfiguração nas realidades locais.

A crise motivada pelo vírus escancara a urgência de investimentos públicos em setores estratégicos como a Saúde, não apenas no Brasil, mas no mundo todo. Algo que se choca com o que vinha constituindo-se como estrutura de investimento dos Estados até os sucessivos colapsos dos seus sistemas de Saúde reverberados pela multiplicação incontrolável das mortes.

Essa crise permite também desenvolver, no âmbito do debate científico, aquilo que venho pesquisando como a construção do olhar na Geografia. Ao assumir uma posição de diálogo com o pensamento social crítico, este artigo procura fazer uma breve análise de alguns eventos ocorridos na realidade urbana brasileira durante a pandemia da COVID-19. Tais eventos reforçam a noção de múltiplas crises a que estamos submetidos, e que podem tornar-se mais ou menos evidentes (visíveis ou opacas) a partir da relação que buscamos estabelecer entre a elaboração de regimes de visibilidade e o papel das cidades na organização social do mundo atual.

Regimes de visibilidade e a configuração das paisagens pandêmicas

Podemos dizer que a COVID-19 manifesta-se na dimensão de uma pandemia, cuja propagação ocorre, predominantemente, através da sociedade urbana. Seus principais focos de contágio estiveram relacionados a grandes aglomerações urbanas, com origem – até onde se sabe por ora – na China (Wuhan), passando pelas principais metrópoles europeias até se instalar nos Estados Unidos, com predominância em Nova York. A partir daí consolidou-se uma propagação exponencial para todo o planeta. Através da estrutura de circulação e toda sua densidade técnica, o vírus se espalhou a uma velocidade incrível, provocando colapsos sucessivos nos sistemas de saúde a partir das metrópoles. David Harvey (2020) destaca que o papel da metrópole contemporânea e os circuitos de produção e circulação que ela articula são fundamentais para compreender a disseminação do vírus em escala global. É interessante notar a relevância dessas cidades no contexto produtivo e financeiro do capitalismo mundial, às quais podemos atribuir a ideia de espaços luminosos, como diria Milton Santos (1996).

O caráter pandêmico do vírus ganha mais visibilidade por se manifestar com maior veemência justamente nesses espaços luminosos do capitalismo e, por consequência, se tornarum risco para a vida humana, mas, antes, para toda a estrutura econômica mundial. Espaços luminosos tendem a projetar maior visibilidade em relação aos espaços opacos. Diante disso, o tratamento dado à propagação da COVID-19 ganha maior ênfase do que o dispensado a outras pandemias recentes, que não chegaram a ameaçar os principais centros urbanos do capitalismo e, muito menos, a própria economia mundial. A citar podemos falar do ebola, na África, além da gripe suína e aviária na América Latina e Ásia, respectivamente. Ainda que extremamente letais,esses surtos não causaram o mesmo alarme, certamente por terem se alastrado,

predominantemente, em espaços opacos e periféricos do capitalismo mundial. Por se tratar de uma pandemia que afeta as metrópoles e os principais espaços luminosos do planeta, a COVID-19 tem sua visibilidade potencializada, especialmente pela veiculação midiática das grandes corporações de comunicação, que assim acentuam a desigualdade e a hierarquização dos efeitos pandêmicos a partir da informação. Vale lembrar que, enquanto as manifestações de COVID-19 estavam circunscritas ao território chinês, a grande mídia internacional, a OMS (Organização Mundial de Saúde) e boa parte dos governos de outros países minimizaram os riscos de contágio.

Antes mesmo de chegar ao Brasil, repetidas imagens de cidades esvaziadas seguidas de cemitérios cheios de covas emergenciais e hospitais lotados, denotando verdadeiros cenários de crise, passaram a ser recorrentes nos noticiários televisivos e sites de notícias. A veiculação dessas imagens e, consequentemente, da informação que elas transmitiam, serviram, até certo ponto, para definir as políticas de controle sanitário que os Estados implementaram e os dispositivos acionados contra os efeitos devastadores do vírus.

O fato é que autênticas paisagens da pandemia foram se configurando à medida que o vírus avançava, norteadas por narrativas com orientações médico-sanitárias difundidas pela OMS e propagadas pelos veículos de comunicação. Essas paisagens pandêmicas resultam de uma maneira de compreender, tratar e transmitir a informação sobre um vírus ainda misterioso para a ciência. A construção desse olhar sobre o vírus e a pandemia, ou mesmo de outros olhares em perspectiva oposta, caracterizam regimes de visibilidade.

Regimes de visibilidade podem ser entendidos, de forma bem sucinta, como uma maneira de orientar ou ordenar o que se vê e como se vê o mundo, isto é, uma construção do olhar sobre a realidade que pode ser utilizado no ordenamento das paisagens (TARTAGLIA, 2018). O geógrafo Paulo César Gomes (2013) afirma que regimes de visibilidade derivam do conceito de regimes da verdade, elaborado por Michel Foucault, no qual uma série de dispositivos regula determinadas formulações discursivas. É possível dizer que o regime de visibilidade também se constitui por dispositivos e agentes que produzem uma forma de olhar um evento ou um objeto no mundo. A partir de um ponto de vista definido, são construídas narrativas que reforçam mais ideias pré-estabelecidas. Os regimes de visibilidade ratificam, por exemplo, narrativas sobre lugares, cidades, culturas ou populações a partir daquilo a que se pretende dar visibilidade ou não. Portanto, fica claro que se trata de uma forma de

disputa e controle político exercidos por agentes capazes de manipular a informação, como as grandes corporações de mídia e comunicação, além de governos e agentes financeiros e empresariais de grande porte.

A chegada do vírus ao Brasil expõe uma intensa disputa de narrativas, que resulta do cenário político extremamente polarizado e fragilizado, sobretudo, por uma crise econômica latente. Desde então, as metrópoles brasileiras, em sua maioria, tiveram suas paisagens reconfiguradas pelo regime de visibilidade que deriva das recomendações da OMS e reforçadas por uma campanha midiática contundente, tendo como braço de apoio legal a maioria dos governos estaduais brasileiros. Instalaram-se as paisagens pandêmicas nas metrópoles com ruas vazias, fluxos reduzidos e comércio fechado, ao passo que os casos foram se multiplicando, a exemplo de outras partes do mundo. O isolamento social como estratégia de controle da pandemia mostrou-se adequado às recomendações médico-sanitárias na tentativa de preservar mais vidas e conter a proliferação da doença.

De forma distópica, outra narrativa passou a disputar o cenário político brasileiro, buscando introduzir um novo regime de visibilidade pautado na valoração da economia em detrimento dos cuidados com o isolamento social e, portanto, no menosprezo com a saúde pública. Essa narrativa embutiu a ideia de que o funcionamento econômico não poderia ser comprometido, sob pena de impactar finanças púbicas e lucros corporativos, além dos postos de trabalho e da renda da população. A construção desse olhar trouxe para o centro da discussão sobre a emergência sanitária do país a ideia de paisagens pandêmicas opostas àquelas observadas em grande parte das metrópoles. Nesse caso, a narrativa estruturou-se na negação dos efeitos de contágio e risco de mortalidade, bem como na banalização da vida como política de Estado, orientadas por um tipo de necropolítica (MBEMBE, 2018).

Essas paisagens caracterizam-se pela aglomeração de manifestantes em determinados espaços públicos de metrópoles, como São Paulo e Brasília, que endossavam a minimização da letalidade do vírus e a retomada da economia em plena ascensão da rede de contágio. Além disso, carreatas foram identificadas em outras tantas cidades brasileiras propagando o mesmo discurso, promovidas pelos mesmos agentes. Em todas, vale ressaltar o caráter antidemocrático que define tal diretriz política, em grande parte sob o patrocínio de uma elite empresarial patronal. Em algumas foram registradas agressões físicas, verbais e ameaças. Cabe ressaltar aqui o papel direto e

indireto do Governo Federal no apoio (e mesmo na participação) a essas manifestações intencionalmente visibilizadas – acirrando, inclusive, uma crise institucional de ordem política entre os poderes do Estado brasileiro.

Uma janela de oportunidades (progressistas) também se abre

O cenário de crise profunda atual amplia a percepção de falência do modelo de desenvolvimento em curso no Brasil e no mundo. Nesse cenário, a aceleração do espaço-tempo presente intensifica-se onde as transformações sociais ficam mais evidentes. As metrópoles apresentam-se como um aparente epicentro dessas transformações, da esfera política aos efeitos socioambientais. Não há dúvida de que o aspecto econômico é o que norteia o papel indutor dos Estados e das corporações privadas na tomada de decisões sobre políticas públicas e investimentos, especialmente em momentos de crise aguda. A evidência desses fatos leva à formulação de uma série de questões, que certamente não terão respostas precisas a curto prazo. O desdobramento da crise, no que diz respeito à realidade vivida e à realidade percebida, é imprevisível.

Rogério Haesbaert (2014) ressalta que uma característica da contemporaneidade é a multiplicidade de tempo-espaços que promove uma percepção de incerteza e insegurança crescentes em diferentes níveis das sociedades. O geógrafo reforça o argumento ao demonstrar que nem mesmo a Ciência é plena detentora das soluções humanas, algo que se vem confirmando com a chegada da COVID-19. O discurso científico aproxima-se cada vez mais das possibilidades, das certezas absolutas e da exatidão. Abre-se, portanto, um campo de disputas de narrativas intrínsecas à vida política (muito além do institucional) e cultural.

O que está em jogo nessa disputa de narrativas é a capacidade de determinados atores sociais obterem o reconhecimento, ou se preferirmos, a visibilidade, na esfera política e cultural em múltiplas escalas de atuação, incluindo o próprio Estado. O predomínio visual que orienta a organização do mundo globalizado fomenta justamente a disputa de narrativas. De maneira extrema, é possível dizer que a saturação da visibilidade exerce maior influência sobre outras realidades vividas. Por outro lado, esse processo amplia os numerosos grupos de invisíveis sociais (MELLO, 2019) no Brasil.

As metrópoles com seus espaços luminosos tornam-se o principal ambiente de recepção e difusão dessa disputa de narrativas nos mais diferentes níveis de propagação.

Das pichações políticas aos grandes murais de *graffiti*, fica evidente a intensa disputa pela visibilidade presente também na paisagem urbana cotidiana. Mesmo manifestações de movimentos ambientalistas ou ligados a questões agrárias, como o MST (Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra) e movimentos indígenas no Brasil, utilizam as cidades como plataformas de visibilidades, criando autênticas arenas políticas (OLIVEIRA, 2006). Enquanto os espaços luminosos ampliam a visibilidade da crise econômica e social causada pelo vírus nas metrópoles, simultaneamente a visibilidade dos efeitos dessa mesma crise nos espaços opacos é drasticamente reduzida.

Acirrada pela crise do vírus, as paisagens pandêmicas que se constituíram nas metrópoles brasileiras recentemente são o resultado mais evidente das disputas de narrativas entre os agentes que orientam os rumos econômico, político e cultural do Brasil contemporâneo. As narrativas constituem a maneira como se vê e se compreende o mundo (os regimes de visibilidade). Por isso, é preciso se ter clareza sobre quem as formula e a quem se dirigem. Os regimes de visibilidade que orientam as narrativas da grande mídia, assim como boa parte das estruturas de governo no Brasil, reforçam a tomada de medidas e ações conservadoras, quando não autoritárias.

Mesmo com o aparente retorno do Estado ao centro do debate econômico (do qual ele nunca deixou de ser protagonista) focado na recuperação social dos países, no Brasil estamos longe de vislumbrar políticas públicas capazes de reduzir os efeitos da crise, muito menos de combate à pobreza e desigualdade social. O embate entre a preservação da vida em oposição à salvaguarda da economia soa apenas como debate retórico entre forças que jamais buscarão uma transformação profunda na desigual estrutura social brasileira. Por isso, esse momento possibilita um rompimento total com essas amarras coloniais. A disputa de narrativas também abre um flanco, em plena crise, para os atores sociais e agentes que têm atuação e compromisso com o pensamento crítico e progressista. A urgência dessa emancipação se faz por conta de conduções políticas institucionais (e marginais) que agridem frontalmente o estado democrático de direito e demais conquistas sociais de toda a população brasileira.

Há de se constituir uma narrativa que paute a cultura popular e seus “arquitetos” como fundamento de novas epistemes capazes de reorganizar social e politicamente o Brasil sob bases mais horizontais. A construção desse outro olhar significa um resgate das matrizes ancestrais brasileiras, indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais, sob uma ótica contemporânea de reivindicações como o feminismo e as questões de gênero e sexualidade, que se oponham à concentração de renda, à elitização

do conhecimento e ao racismo estrutural. Em um mundo em franca recessão econômica, a soberania alimentar deve pautar novos ciclos produtivos revisando as estruturas fundiária rural e urbana brasileiras.

Concordamos com Ailton Krenak (2019), para quem é preciso romper com a lógica moderna de segmentações e dicotomias entre a vida urbana e a vida rural, ou a cultura e a natureza como elementos estruturantes da organização espacial hierarquizada das sociedades. Não será mais possível cometer o engano de se misturar movimentos sociais e ativismo político com a administração estatal e o empreendedorismo meritocrático, tendo em vista a manutenção indiscutível da democracia e do Estado laico. Por fim, resta a pergunta: que paisagens surgirão após todo este contexto de crises extremas?

Referências

GOMES, Paulo Cesar. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/ transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike*et al*. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem amos, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MELLO, Eduardo. **Invisibilidade social no espaço**: uma sugestão temática para a geografia escolar. Revista brasileira de educação em geografia. Campinas, V.9, N.18, p. 148-160, jul/dez, 2019.

OLIVEIRA, Denilson. **Territorialidades no mundo globalizado**: outras leituras de cidade a partir da cultura Hip Hop na metrópole carioca. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço** - tempo e técnica razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002 [1996].

TARTAGLIA, Leandro. **A construção do olhar na cidade**: *graffiti*, paisagem e espaço público. Tese (Doutorado em Geografia) – UFF. Niterói, 2018.

MEDO, POBREZA E A VIDA DESIGUAL NA CIDADE EM TODOS OS TEMPOS

Luiz Augusto Soares Mendes

Dimensões socioespaciais pandêmicas

> *[...] A paisagem da doença é uma paisagem das consequências terríveis da doença: membros deformados, cadáveres, hospitais e cemitérios cheios e os incansáveis esforços das autoridades para combater uma epidemia[...]*Yi Fu Tuan. Paisagens do medo (2005).

Quando me solicitaram este texto sobre a pandemia causada pelo COVID-19 (vírus cientificamente chamado de SARS-CoV-2, que causa síndrome respiratória aguda grave) e suas implicações socioespaciais, parei por alguns minutos para refletir. Olhei para o lado e me vieram um conjunto de indagações, desde as mais gerais, tal como: o que escrever? Porque escrever? Para quem escrever nesses tempos difíceis, onde o medo, a falta de esperança e a incerteza no futuro de cada ser humano é incerto? Comecei, então, a refletir sobre meus sentimentos; a pensar sobre minha condição de professor, de negro, de ateu. Então, decidi por começar a falar sobre a concepção da morte. De uma expansão massiva da incredulidade. Da preocupação de ver um número significativo de pessoas nas ruas, ainda, para ir ao trabalhado, às compras, ou apenas por ser a rua seu local de relações sociais.

Mas recordei, também, da reflexão que tive em umas das primeiras manhãs no início do isolamento social, quando lia em um jornal a notícia de que "o desemprego no país subia para 11,6% e atingiu 12,3 milhões de pessoas[1]". Com essa informação, outras indagações permearam meu imaginário para escrever: como ficam as pessoas que não possuem meios para realizarem a quarentena? Como fazer quarentena, se famílias de seis ou sete pessoas ocupam cômodos de quatro metros quadrados? E se alguém for contaminado, como ficar em isolamento nesses lares, em tais condições? Como fazer quarentena quando muitos não possuem em casa condições mínimas de sobrevivência e muito menos para ocupar a mente?

Partimos da concepção das condições materiais da existência que envolvem dimensões para além da economia, como a cor da pele, o local onde está localizada a moradia, a condição de gênero e de orientação sexual para tentar responder indagações

[1] Informações do UOL *online*, em São Paulo em 31/03/2020, as 09h07.

pessoais, mas também entender a geografia em tempos de pandemia. A ideia que carregamos como professores e pesquisadores é de que o valor de troca é tão real, quase a única opção para a humanidade, parece que não existem outras possibilidades para amparar a população, que a vida não pode existir se não houverem trocas econômicas, de um punhado de dinheiro, por um punhado ou um conjunto de objetos. Pensa-se por excelência que o valor de troca subsumiu o valor de uso.

Antes de qualquer condição, a sociedade globalizada pensa e foi condicionada a dar importância a sua força de reprodução do capital, este como força produtiva e social de reprodução da vida em todos os aspectos. Funciona como o sangue que sustenta e circula no corpo político de toda a sociedade, como nos disse David Harvey, e ainda que por meio dele, o capital, corrói a vida, a troca de coisas e de objetos. Tornou-se mais importante trocar do que usar, viver e ser feliz, ou mesmo tornou-se meio de felicidade pura e simples, o que descordamos. O capital dimensiona uma espécie de modo de vida, criou-se o consumidor mais que perfeito, o homem narcisista que é cliente, consumidor, empresário, investidor, correntista.

Para entender essa condição buscamos compreender a ideia de reclusão, como a de isolamento social, que consiste em uma forma de auto enclausuramento, colocado como dimensão necessária para conter a proliferação de um vírus, mas que esbarra na forma de reprodução do capital, pois o isolamento impossibilita a expansão das relações de compra e troca, a “livre circulação”. Há a necessidade de transformar esse isolamento, dessa forma, em algo bom, que floresça um outro ser, sem medo, mais humano, menos consumidor, mais político, menos excludente, mais aberto, mais solidário e complacente com as questões sociais e humanitárias.

Essas concepções fizeram-me pensar nas escolhas e nas condições da vida que colocam lições de ensinamentos. Assim as chamei de “lições de pandemia”, e nesses exercícios resolvemos fazer surgir, a partir do auto isolamento, uma primavera diante de um tempo turbulento, fazer florescer coisas novas. Assim, indagamos que havia a necessidade de pensar e de resgatar o valor de uso, de como as coisas devem ser contempladas em nossa vida, valorizar as coisas pequenas, um abraço, um sorriso, uma visita aos familiares. Tudo para além das trocas, um outro sistema de valores, que não decorre da necessidade de trabalhar para acumular coisas, objetos, fazer dívidas. Trabalhar e tentar acumular produz uma sociedade fechada, individualista e egoísta, mas que se auto intitula detentora da liberdade, da livre circulação de consumir, o que é seu limite.

Mesmo não sendo um texto marxista na sua essência, recorremos a dois conceitos tratados por essa corrente do pensamento, que precisam ser retomados nos nossos debates na sociedade e não apenas nas escolas, nas Universidades ou nos cursos de graduação e pós-graduação. É necessário pensar e se debruçar sobre as noções do valor de uso e valor de troca, sobretudo, resgatar aquele primeiro, para entender a concepção de se viver, de ter lazer, contemplar a paisagem, ser solidário, ser mais humano e ver o valor da vida, não apenas o dos objetos. Talvez nossos medos fossem menores, ou inexistentes. Será que temos medo de perder a vida como dimensão biológica? Ou temos medo de perder a possibilidade da vida como a conhecemos em sociedade, com automóvel, supermercado, uma casa estruturada, nosso salário, roupas de *griff*, sapatos caros, nossas viagens para fazer turismo? Assim, talvez, tenhamos mais medo de não podermos ter as coisas do que de viver, temos medo de perder o estado do *contracto* social estabelecido pelo capital.

As dimensões sociais do medo

A ideia de medo que nos perpassa nesse texto é embasada no romance de Jean Delumeau, que fala da origem do medo no Ocidente. O autor expõe que o medo é natural, um sentimento que aparece junto com a formação social da mente na criança, e que no decorrer da vida humana será produzido, transposto e reproduzido. Dessa forma, temos medo do mar, do novo, mas também do antigo, dos fantasmas, da noite, da loucura, das mulheres devido à menarquia.

O medo aparece nas pessoas a partir dos padres e da ideia de inferno, de subversão, e se aprofunda, pois há medo do conhecimento, do novo, da fé, de satanás, das outras religiões, dos cultos, do ocultismo, da fome, das doenças, das cidades, etc. Esse conjunto infindável de medos o geógrafo Yi Fu Tuan nos apresenta como paisagens, fala que elas vêm até nós através de imagens, produzindo a ideia do medo que estamos vivendo agora, das reuniões sociais, dos mortos, do sobrenatural, das doenças, das catástrofes naturais, dos hospitais, das ruas desertas, dos assaltantes, das prisões e o maior deles que vem com a ansiedade, diante da possibilidade de rompimento da ordem mundial.

Esses medos são experimentados por indivíduos carregados da ansiedade e da dúvida. Todos carregam o medo, seja os indivíduos ditos superiores ou os inferiores. O medo é, então, um sentimento complexo no qual se distinguem claramente dois campos:

o sinal de alarme e o da ansiedade. Para nós, dessa maneira, essa é a concepção de medo que se reproduz na sociedade em tempo de pandemia, pois por inferioridade e deum temor do caos social, um conjunto de pessoas, sobretudo as que defendem a redução das ações de combate à pandemia do COVID-19, o término do isolamento social, somente com o argumento de que a economia do país "irá travar", de que não serão alcançados os níveis e metas dos economistas, o faturamento dos empresários e donos do capital para o desenvolvimento econômico do mundo capitalista no país.

Esses argumentos renegam a dimensão da vida, muito mais do que pessoas morrendo, ou as que estão traumatizadas psicologicamente com medo de um rompimento do contrato social. Yi Fu Tuan, em sua obra "Paisagens do medo", tem um capítulo que se dedica a pensar algumas sociedades onde o medo não se faz presente em todas as fases de formação social do ser humano.

Nesse texto, o autor destaca quatro comunidades[2], duas localizadas na África e outras duas na Ásia, que não possuem experiências com o medo. Comunidades que vivem em ambientes dominados pela natureza, em que a ancestralidade, a cosmogonia, a cosmologia e o modo de vida são ditados pelo rio, pela floresta, pelos tempos das estações do ano, pelos animais. O autor destaca como o modo de vida, vinculado à "natureza natural", potencializa a ausência do medo, de traumas, características criadas pelas "sociedades ditas superiores" que precisam categorizar a vida, produzir necessidades, que sem elas não conseguem viver. Seria esse o nosso problema? O nosso medo?

O maior medo: a reprodução descontrolada da miséria ou do vírus?

A reportagem do Jornal "*El país*- Brasil" do dia 12demarço, dias antes de entramos em estado de isolamento, veiculou a informação de que conforme os parâmetros do Fundo Monetário Internacional (FMI) o Banco Central do Brasil (BC) fechou o ano de 2019 dispondo de reservas em quantidades ou até acima do teto para manter compromissos imediatos da dívida externa e importações de volumes de

[2]As quatro sociedades onde medo não se faz presente, segundo o trabalho de Yi Fu Tuan (2005), são: os *Tasadai* da floresta nas Filipinas, Ilhas do Pacífico, sudeste asiático; os pigmeus *Mbuti*que vivem no norte da floresta do Congo, no continente africano; os Semag, um povo de baixa estatura, que habita a floresta úmida do interior da Malásia, Ilhas do oceano pacifico no Sudeste asiático; e os Boxímanes que habitam a borda do deserto do Calaári (Kalahári) no sul do continente africano.

dinheiros. Um montante de US$ 356,9 bilhões de reservas cambiais[3]. Esses dados colocam o país, segundo a mesma reportagem, em um patamar confortável, diante da economia internacional, visto que poucos países do mundo contam com tantas divisas em caixa em termos relativos[4].

Esses dados provam porque após sancionar o Decreto de Calamidade Pública (Decreto Legislativo nº 6/2020) o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, "que estabeleceu medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19)". E que no artigo 3º, estipula uma forma de auxílio financeiro emergencial, no valor mínimo de R$ 600,00 (seiscentos reais) e máximo de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), concedido pelo período de três meses, para o trabalhador que, cumulativamente:

> *I - tenha mais de maior de dezoito anos de idade;*
> *II - não tenha emprego formal ativo;*
> *III - não seja titular de benefício previdenciário ou assistencial, beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado o Programa Bolsa Família;*
> *IV - tenha renda familiar mensal* ***per capita*** *de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos;*
> *V - no ano de 2018, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R$ 28.559,70 (vinte e oito mil quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos); e*
> *VI - exerça atividade na condição de:*
> *a) Microempreendedor Individual - MEI, na forma do disposto no art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; ou*
> *b) contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social e que contribua na forma do disposto no* ***caput*** *ou do inciso I do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; ou*
> *c) trabalhador informal, seja empregado, autônomo ou desempregado, de qualquer natureza, inclusive o intermitente inativo, inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único ou que cumpra o requisito a que se refere o inciso IV do* ***caput****.* (BRASIL, 2020)

As características elencadas revelam um conjunto de pessoas que vivem e sobrevivem em tempos de normalidade com condições mínimas para usar a cidade, ou os seus benefícios. Nessas dimensões, o Estado brasileiro revela que tem a capacidade de identificar como a reprodução da acumulação do capital exclui, diferencia e banaliza

[3] Informação retirada do link: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/brasil-vende-reservas-internacionais-mas-segue-com-estoque-de-dolares-em-nivel-confortavel.shtml. Acesso em 12.03.2020.

[4] Países latino-americanos como Argentina e México marcam 0,79 e 1,16, respectivamente, na conta de adequação do FMI, enquanto a China tem apenas 0,83. Entre os principais emergentes, os maiores números em 2019 são da Rússia (3,14) e da índia (1,50). A escala de métrica de cifras ideais do FMI é de 1 a 1,55. O Brasil possui uma cifra de 1,55 ou 155%, no chamado índice de adequação, ou em termos percentuais de 1,55.

em uma normalidade a miséria e a pobreza. Dimensões essas que são orquestradas pelo próprio Estado, como um agente potencial da exclusão, colocando-se como o "comitê executivo da burguesia", ainda. Nossa ideia, então, perpassa por repensar também o Estado, essa entidade que tem origem na organização da sociedade para a reprodução do capital, ele precisa ter outra finalidade para, dessa forma, repensar a sociedade e as nossas formas de desejo.

Outra característica que, somada ao medo, perfaz as ideias que fundamentam esse ensaio, como já anunciada, é a pobreza. Dimensão real que é tão presente no Mundo, na realidade social do Brasil, após todas as medidas para o funcionamento e execução do auxílio emergencial, o Governo Federal por meio da Caixa Econômica Federal divulgou que 70,6 milhões de brasileiros se inscreveram para receber as três parcelas do referido auxílio. Dinheiro esse que não é mais apenas um recurso à manutenção da vida, mas para que mais pessoas não morram de forme e continuem a se reproduzir. Porém, essas ações expressam os medos e as evidências que atormentam as modificações e a possibilidade do rompimento da ordem social. Se a pandemia se arrastar e/ou ficar incontrolável, o que não se quer de maneira alguma, os mais atingindo serão os mesmos, os que sempre foram excluídos do processo de acumulação e troca na reprodução do capital em "tempos de normalidade".

Nos mais de "520 anos de história colonial" do Brasil, a sociedade (depois a cidade), assim como o dinheiro e uma vida digna foram renegados ao negro, ao pobre o ao indígena. Essa condição ainda está colocada, pois os valores do auxílio emergencial continuam a deixar todos na condição de cativos, de precarizados dos tempos pós-modernos. Essa classe de baixa renda no Brasil representa 73% da população, perfazendo um total de 154 milhões de pessoas, em que cerca da metade vive com R$ 413,00 mensais per capita. Mais alarmante ainda é visualizar que 10 milhões de brasileiros vivem com R$ 51,00 mensais per capita.

Ainda assim, em meio a um aumento considerável das mazelas sociais, para um conjunto de pessoas – sobretudo as donas dos meios de produção, orquestradas pelo Presidente da República, para quem só vale a normalidade da vida para ter emprego e dinheiro – a economia conta mais do que a vida. Refutaram a ideia de existência do auxílio emergencial, foram contra o isolamento social e solicitaram o retorno as atividades econômicas a todo custo. Um retorno em meio a milhares de mortes de pessoas que parecem não ser importantes. Por uma "elite do atraso brasileiro", as

pessoas que morreram são desconsideradas, uma elite é conformada de seres inumanos que desejam as mortes dos matáveis social e biologicamente.

Falamos de ações de pessoas, de empresários que querem colocar milhões de trabalhadores e trabalhadoras dentro de ônibus, metrôs e trens lotados, de volta às ruas, aos bares, a frequentar os restaurantes e os comércios populares, pois se essas pessoas forem contaminadas elas não contam, são matáveis. Aqui se faz um verdadeiro genocídio, uma *necropolítica do coronavírus*, pois quem orquestra isso está sentado na mais alta cadeira da república brasileira.

Com essas dimensões, o que vem em mente são as cenas dos filmes apocalípticos, em que a sociedade, os seres humanos, são dizimados e somente sobrevivem os ricos, aqueles com acesso aos recursos para produzirem uma sociedade "perfeita", que podem pagar e arcar para eliminar as diferenças. Que sociedade será essa? A de quando se anda pela cidade, ver apenas paisagens do medo, pessoas tristes, com medo, cenas tristes que relembram uma sociedade efetivamente doente. E a maior doença é da ganância e a da necessidade de colocar a reprodução da economia à frente da sociabilidade das pessoas e da sociedade, ainda não se criou uma sociedade sociável, socializada para todos.

Vemos que essas ações se aproximam bastante da ficção do livro do literata José Saramago, no texto ensaístico "Ensaio sobre a cegueira". As carreatas dos que protestam contra as políticas de isolamento social, que ocorrem durante toda a quarentena, que parecem ser promovidas e incentivadas pelo Presidente da República, nos grandes centros urbanos, mostram a cegueira social da ganância e revelam como a sociedade, cega pela necessidade de se reproduzir, renega a possibilidade de vida, para todos, sendo a possibilidade de morte para aqueles que poderiam ter acesso à vida, lutar pela vida não sendo infectados.

No livro de Saramago todos ficam cegos, assim há um caos social do qual só se beneficiam as pessoas que já eram cegas, pois já sabiam dos códigos de conduta e de vida em uma sociedade que não enxerga a necessidade de mudança. Ou seja, continua a soberba, a cegueira social da acumulação, da economia frente a vida, do consumismo, da ganância, da corrupção mesmo em meio à possibilidade de fim da humanidade, da história da racionalidade.

A corrupção da ganância infelizmente se reproduz sobremaneira, coloca-se como real e se desmascara na forma presente da perversidade. A acumulação fala mais alto, a contaminação domina o país, centenas de pessoas morrem diariamente, mas,

ainda assim, temos que voltar a reproduzir o capitalismo. Cenas de medo veiculam nacionalmente, uma veiculação da morte de pessoas nos postos de saúde, enquanto ricos pagam milhares de centenas de reais para saírem das regiões pobres no país em direção aos hospitais particulares de renome para se tratarem, como os exemplos de três empresários, donos de supermercados na Região Norte, que desembolsaram mais de R$ 120.000,00 para serem deslocados até o Estado de São Paulo e realizar os tratamentos nos hospitais que ainda possuem leitos, fugindo do caos do problema de saúde nas capitais da Região Norte do Brasil.

Para tanto, indignados com essas realidades que desmascaram a desigualdade, há a guerra entre a riqueza e a miséria no país. Antes do mais o coronavírus escancarou coisas boas e ruins no Mundo. Conclama-se a uma luta pela cidade de todos, que todos tenham direito à saúde, ao saneamento e à vida. Não se quer mais cidades onde as pessoas não consigam viver, as cidades precisam ser de todos, para se viver em harmonia com a natureza, não podemos mais ser uma sociedade do medo por não poder adquirir produtos, coisas, objetos. Aliás, esse medo a população pobre do mundo não tem, pois ela vive sempre sem nada. O medo de perder o que não se tem não é o sentimento das favelas, periferias e baixadas. O medo de perder a vida sim.

Pandemia da desigualdade: um coronavírus dos ricos e outro dos pobres

Ficou evidente e desmascarada a desigualdade das cidades nesse tempo de pandemia. Aqueles com condições de comprar, de ir ao supermercado, com suas casas estruturadas, isolados em seus muros, assistindo aos *shows* em *lives*, com cerveja importada, acesso à *internet*, vinhos requintados, petiscos e toda uma infraestrutura, reproduzem o que David Harvey chama de "*economia de netflix*", e aqui chamamos de modo "*coronavírus dos ricos*".

Contrário a essa realidade, produzindo a cidade do medo, há o "*coronavírus dos pobres*", que se apresenta por uma vida no limite; é viver com o limite do acesso, sem as migalhas que caem das mesas dos ricos, com os limites do trabalho informal, dos recursos, enfrentando filas em frente às agências de bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal, em busca do auxílio emergencial. Quando voltam para casa dividem e sobrevivem em cômodos de dois, três ou quatro metros quadrados, com um "amontoado" de familiares.

Esse “*coronavírus dos pobres*” expõe a cidade e o capital como ele é: desigual, excludente e perverso que não dá possibilidade de uma vida com acesso aos meios de consumo. Essa forma de vida domina e dominou a cidade sempre. Como viver a quarentena sem se ter acesso à energia elétrica, sem possuir aparelho de TV, sem fogão, gás e comida? Como viver o isolamento, com as *hashtags* das redes sociais, dos aplicativos de conversa: fique em casa; se não se tem companhia, sem atividades para passar o tempo? A vida é a rua, as relações familiares mais próximas estão nas ruas, “a afetividade que existe é não pegar na mão, olhar de longe”.

Essas duas formas de pobreza que se convertem em medo, expõem que até diante da pandemia os antagonismos das classes de renda estão postos. Isso porque há o coronavírus dos donos da cidade, do cidadão perfeito; contra o coronavírus dos pobres, daqueles que dependem do auxílio emergencial, do bolsa família, onde há o predomínio e o medo de perder a vida, porém tem-se mais medo de perder o emprego, a forma de reprodução. Por isso esses se arriscam. Como mudar essa realidade? Será que depois que sairmos e vencermos essa pandemia haverá a proposição de uma outra sociedade em que haja um respeito pela natureza? Respeito pela humanidade? Deveremos propor a humanização do humano, e a socialização da sociedade com a difusão de tudo o que é bom, das necessidades produzidas e com a cesso a todos. A saúde deve ser um bem social, socializado, para humanizar

Como bem colocou o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, em uma leitura para essa pandemia, o vírus nos deu uma pedagogia cruel, mas que é preciso reaprender nesse tempo de isolamento, de predomínio do medo. Torna-se necessário aprender que o ser humano, a vida humana é bem mais importante e precisa ser socializada para todos; os bens da ciência, da tecnologia, da nanorobótica, da microbiomedicina, da nanoengenharia genética só podem existir se forem bens da humanidade, existirem para todos. A humanidade precisa aprender a viver sem banalizar a desigualdade, a miséria e a fome. Essas mazelas desumanas não podem ser colocadas como normalidade da vida.

Por fim, desejamos lembrar a todos que é necessário resgatar como a vida é tão necessária e precisa ser humanizada. É condição para viver a partir de agora sendo humano, humanizando o humano, que vivem apenas como clientes, acumuladores de objetos, de produtos, financiadores, investidores e empresários (micro, médio e grande). Precisamos até resgatar nossa alma. Se um dia já tivemos alma, já fomos povos, até mesmo uma sociedade, precisamos regatar ou encontrar outras cosmologias, outras formas de vermos as espiritualidades. Agora só somos importantes se obtivermos a

capacidade de consumir, somos "*homos econômicos*", narcisistas pelo consumo mais que perfeito.

Onde fica ou ficará nossa humanidade?

É preciso resgatá-la em tempos de pandemia. Como fazer?

Referências

BRASIL, Senado Federal do. **Decreto Legislativo nº 06/2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 03.05.2020

BRASIL, Presidência da República do. **Decreto nº 10.316, de 7 de Abril de 202**0 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 03.05.2020.

DAVIS, Mike, *et al*: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem amos: Brasil, 2020.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_______. Políticas anticapitalistas em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike, *et al*: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem amos: Brasil, 2020. p. 13-24.

SANTOS, Boaventura de Sousa**. A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Almedina, 2020.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

TUAN, Yi Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: editora Unesp, 2005.

PANDEMIA E GEOGRAFICIDADE: DA EXPANSÃO DO CORONA VIRUS ÀS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO

Sandoval dos Santos Amparo

Quase nunca nos damos conta da geograficidade imanente à nossa existência. Entretanto, é por meio da Geograficidade que se sabe quase tudo acerca da Pandemia COVID-19.

Por muitos anos se falou da geografia como uma disciplina enfadonha e decorativa, sem lugar fora das salas de aula. Mesmo apósa ebulição teórica que foi o movimento da Geografia Crítica, foi esta a visão: a de uma Geografia que não teoriza, apenas descreve, a que prevaleceu na recente reforma educacional brasileira, que estabeleceu a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), onde praticamente a importância desta disciplina encontra-se reduzida ao mapae a geograficidade é tratada como raciocínio geográfico e/ou mero jogo de localizações. Mas, a Geografia contemporânea e sua multiplicidade teórica e metodológica lhe permitem ir muito além desta visão simplista, em quem o geográfico se reduz ao mapa e seu ensino.

Isso porque a pandemia permite observar claramente os diversos cortes que fraturam a sociedade e as múltiplas espacialidades dos sujeitos que não apenas jogam, mas lutam pela vida. Assim, enquanto alguns aparecem defendendo a continuidade de um sistema esquizofrênico no qual a solidariedade é reduzida a ações de caridade, outros estão, efetivamente, utilizando a pandemia para refletir sobre nossa vulnerabilidade de espécie. Além disso, a pandemia do Coronavírus evidencia a quebra final de paradigmas, já que tem o potencial catastrófico das grandes epidemias históricas, como a gripe Espanhola (século XX) ou a peste Bulbônica (século XIII) e a tuberculose (século XIX).

Particularmente, observa-se que as determinações territoriais, a que Milton Santos chamava de *formações socioespaciais*, permitem-nos considerar a posição dos sujeitos no interior da geometria social (para utilizar o termo de Massey) de uma dada sociedade. Assim, por exemplo, fatores como a precarização territorial contemporânea, o direito diferenciado à cidade ou ainda as diferenças ambientais *cidadeversuscampo* estabelecem condições diferenciais para a propagação do vírus, ao mesmo tempo em que demonstram com gravidade e acidez a vulnerabilidade destes grupos, factualmente vulnerabilizados pela precarização de seus espaços de vida, ausência de condições

sanitárias e alimentares mínimas. Poder-se-ia ainda abordar a vulnerabilidade dos povos indígenas, diante de uma pandemia tão grave.

Embora a Geografia tenha sua identidade associada ao registro cartográfico, o mapa deve ser tomado como um meio para demonstrar a geografia concreta ou imaginária de um fenômeno pensado ou vivido. O mapa é sempre uma representação da realidade e, portanto, fruto da inteligência geográfica que consiste na apreensão, recorte e universalização de um mundo que, no entanto, é sempre pessoal e subjetivo, é sempre uma percepção do mundo.

Entrada para a chamada geografia fenomenológica e ambiental, a *percepção*, para os geógrafos, é um conceito elástico que permite como observar um mesmo fenômeno, podendo ser compreendido de múltiplas formas, por diferentes sujeitos. O caso do próprio território, que pode ser apreendido de distintas maneiras conforme o grau de intimidade e envolvimento com ele. Seria possível mesmo afirmar que, quanto maior o des-envolvimento, menor a relação de intimidade com o território. Quantas pessoas na megalópole paulistana conseguem pisar um pedaço de chão sem asfalto?

O mapa é, deste modo, apenas o local onde os geógrafos registram a ocorrência de determinados fenômenos de maneira didática. Sua existência no mapa, contudo, está – ou deveria estar – atrelada a sua existência (ou possibilidade de existência) concreta no espaço geográfico.Isto implica que o mapa está a serviço da projeçãode determinado fenômeno, possibilitando sua análise em relação a outros; quais sejam as escalas de sua projeção.

Ora, quando se fala em escala, não se está a falar exclusivamente da escala cartográfica, aquela que caracteriza o produto da cartografia técnica e geralmente aparece na parte inferior dos mapas, uma régua velha conhecida de todos; mas, da *escala geográfica dos fenômenos*, que delimita sua existência ou possibilidade de existência concreta, de modo que no mapa a escala cartográfica está a serviço da segunda, a escala geográfica. Isto se exemplifica facilmente: a escala de expansão da COVID-19 viu-se ampliada rapidamente à escala do milionésimo e, com a mesma velocidade, atingiu a escala de 1 para 5 e de 5 para 15 milhões. Enquanto em Wuhan ela poderia ser representada numa escala talvez de 1:50mil, agora a pandemia atinge o mundo todo e é representada acima da escala ao milionésimo.

Para que fique ainda mais claro, a escala ao milionésimo foi escolhida ainda no século XIX por geógrafos e cartógrafos do mundo inteiro (mas principalmente europeus) para representar um país com dimensões similares às da França, Alemanha ou

Espanha. No Brasil, ela representa uma área próxima à área dos estados de Minas Gerais ou Bahia. Quanto maior o denominador, maior a área abrangida pela escala.

Infelizmente, esta rápida ampliação da escala cartográfica apenas acompanha a rápida expansão geográfica do fenômeno, favorecida por outros fatores como a multi e a trans-territorialidade, como tratarei adiante e, ainda, às formações sociespaciais e às redes de infraestrutura que favorecem o rápido deslocamento entre-lugares.

Dentre as muitas possibilidades possíveis de compreensão da pandemia, gostaria de enfatizar, portanto, aquela que diz respeito à sua geograficidade, ou seja, às várias possibilidades de leitura espacial da conjuntura de crise. De certo que tantas são as possibilidades que este texto não poderia reportá-las. Apresento, a seguir, algumas hipóteses sobre a centralidade da geografia para a compreensão da pandemia e de sua rápida expansão pelo mundo.

Pandemia e epidemia

Primeiramente, o próprio termo pandemia remete já ao fato de que uma doença anômala (que caracteriza a epidemia) extrapolou os limites de um território ou região específica. E éisto que distingue a epidemia (anomalia) da pandemia (difusão geográfica desta anomalia). Enquanto a epidemia tem um caráter de anomalia que se registra em um localidade, provavelmente favorecida por condições geográficas locais (por exemplo: o Ébola na África, favorecido pela fome); a ideia de pandemia remete à perda de controle sobre sua difusão geográfica, ou seja, ao fato de um agente ativo (no caso o Coronavírus) encontrar-se disseminando-se deliberadamente à revelia dos territórios juridicamente delimitados pelos diferentes Estados Nacionais.

Por sua vez, a ideia de quarentena, etmologicamente associada à ideia de isolamento por 40 dias, tem na geograficidade seu caráter central (o isolamento é espacial).Em tudo, lembra as reflexões de Michel Foucault sobre a biopolítica. Por sua vez, aqueles que propõem o retorno à normalidade, em meio à pandemia, remetem principalmente à Necropolítica, isto é, ao fato de que, havendo morte entre os trabalhadores, há um exército industrial de reserva disposto a arriscar sua vida para garantir o mínimo de dignidade. Mas até que ponto expor-se ao COVID-19 assegura alguma dignidade? Não insistirei na questão para não insistir nos debates sobre ética e moral, inerentes ao debate sobre o referencial de dignidade. Certamente os filósofos poderão se manifestar com mais propriedade sobre este assunto.

De volta à geograficidade, tema sobre o qual estou mais habilitado a falar, e no entanto, tendo por referência um filósofo que buscou o debate sobre os assuntos de nossa disciplina, provocando-nos fortemente, foi Michel Foucault o principal analista da quarentena, geralmente enfatizando o papel político do espaço para o funcionamento das estratégias de confinamento e isolamento.

Foucault alertava que, infelizmente, a biopolítica e o discurso sanitarista não estão à serviço das liberdades individuais nem da vida, mas tem sido historicamente utilizados por regimes autoritários e higienistas, vide a experiência prática, segundo a qual as crises sanitáriasformaram sempre argumento para a retirada de cortiços e/ou a desterritorialização de populações precárias de áreas posteriormente valorizadas pela especulação imobiliária, estudadas por diversos geógrafos das metrópoles, que do Rio de Janeiro e São Paulo a Belém e Porto Alegre, permitem-nos informar esta bricolagem entre saber (geográfico) e poder (higienismo ou biopolítica).

No entanto, a COVID-19 quebra este paradigma da quarentena e assegura a quarentena como o reverso desta ação (geográfica), impondo reflexões contra a precarização, que desde o fortalecimento das redes públicas de saúde às políticas de renda mínima, tem obrigado os sujeitos a ficarem em casa e se entenderem com aquilo que somos – vícios e virtudes – e aquilo que nos rodeia – os vícios e virtudes dos nossos mais próximos. A quarentena, obrigando-nos a ficar em casa, nos mostra aquilo que a alienação capítalista nos furta: o cotidiano e as escalas mínimas – doméstica, residencial e os afetos a ela inerentes. De qualquer modo, a quarentena e o isolamento social não são outra coisa senão quarentena e isolamento geográficos.

Poder-se-ia afirmar, ainda, que a COVID-19 tem sido analisada por diversos pesquisadores, seja por aqueles que se dedicaram ao mapeamento de sua estrutura genética, seja por pesquisadores que apontam os critérios que agravam a probabilidade de contágio da população. Destacam-se a idade, a presença de outras doenças, a falta de determinados nutrienes/proteínas, hepatite, diabetes e/ou a epilepsia, dentre outras.

Nenhum desses aspectos, nem mesmo o aspecto da idade, que excluem totalmente as explicações geográficas, já que as determinantes territoriais e formações espaciais, assim como os arranjos jurídicos-normativos, podem intervir seja para a evitar a proliferação do vírus, seja para explicar a maior ou menor incidência destas doenças em termos de desigualdade social ou o que os profissionais da área de saúde chamam de iniquidades. Está claro que as condições de moradia afetam a evolução de doenças como a tuberculose e pneumonia, dentre outras. Além de que a desigualdade

social pode ser mensurada em termos de espaço: nem todos estão sujeitos à moradia precária. Ou literalmente, quando se diz, como o fez um empresário brasileiro, que "Estamos todos no mesmo barco!". Não, estamos a maioria de nós em pequenas canoas. Apenas alguns estão em saveiros. O mesmo se diz em relação à alimentação: quem come melhor tem mais imunidade diante da COVID-19.

Pensa-se seja na precarização das habitações populares e mesmo dos sem-teto, seja na própria falta de água potável e alimentação adequada por parte das populações que chamamos de "aglomerados de exclusão",como na proposta de Rogério Haesabert (2003). Poder-se-ia destacar a vulnerabilidade da população carcerária: enclausurada e encerrada em grandes concentrações, a população carcerária é uma das mais vulneráveis diante da expansão da COVID-19. Diante do atual momento de expansão do conservadorismo, não será de assustar se um grupo de defensores do justiçamento (mais que da justiça) julgar por bem que a população carcerária, em sua maioria jovem e negra, morra aos montes de COVID-19 como punição por pequenos delitos associados ao porte e comércio de substâncias ilícitas.

Alguns pesquisadores têm destacado que, já na sua origem, são as condições geográficas do mercado local de Whurran, na China, que favoreceram o surgimento do Coronavírus e sua proliferação para os humanos.Novamente, a geograficidade encontra-se no centro das explicações, seja porque a formação espacial de Whurran admite a criação de animais selvagens em feiras, seja porque a proximidade entre esses animais fez surgir um fenômeno novo, devidamente registrado e cartografável, embora curiosamente não o possamos ver segundo a tradição da Geografia (de ciência da imagem e da fala).

O Mundo atual e sua configuração geográfica

Não há dúvida de que a rápida proliferação da epidemia, convertendo-a em pandemia, está diretamente relacionada às características do mundo atual, marcado pela multiterritorialidade, em particular dos operadores do sistema. O que temos visto, por exemplo, no Brasil, ou ao menos o que nos informam os meios de comunicação, é que o Coronavírus chega a nós por meio de círculos privilegiados, envolvendo sujeitos cujos modos de vida lhes permitem viver no trânsito turístico entre vários países europeus e, ao mesmo tempo, as luxuosas praias da Bahia. Sem dúvida, a epidemia se espalha dada à grande disseminação desses modos de vida contemporaneamente, ou seja, da

facilidade com que se vai de um canto a outro do mundo sem, ao mesmo tempo, viver efetivamente cada um destes lugares, mas se isolando em “bolhas geográficas” (como lembrou o geógrafo Rogério Haesbaert) que são os hotéis de luxo e as praias de visitação restrita num mundo marcado pela fratura entre estes e aqueles cuja territorialidade não alcança mais que a própria região, muitas vezes o próprio local de origem.

Por fim, cabe ainda lembrar que se o mundo hodierno ou ultramoderno se organizou em redes, particularmente as redes sociais, o isolamento geográfico nos impõe um retorno aos nossos territórios corporais e domésticos, devolvendo-nos aos nossos espaços mínimos, à medida que a quarentena nos impõe a restrição às outras escalas geográficas da existência concreta, que são o lugar, a região e o território.

De certo modo, os conflitos que antes vivenciávamos nas escalas local, regional e nacional apenas se encontram em debate quando observamos as fortes tensões em torno da narrativa sobre os perigos reais de colapso da saúde provocado pela COVID-19. Em verdade, um forte esforço por parte de grupos negacionistas esquizofrênicos que se recusam a compreender a gravidade da situação na esperança de que a sociedade prevaleça sobre estes impulso de morte por trás do negacionismo científico.

Assim, o que gostaria de ressaltar é que, quando falamos da pandemia, é imprescindível notar que estamos diantes de um fenômeno que tem sido tratado por especialistas desde vários pontos de vista, um deles, de grande relevância, é o ponto de vista da geograficidade, ou seja, o do mapeamento do código genético do vírus e da necessidadede medidas de controle geográfico por parte da população, a saber, a quarentena e o isolamento social.

Entretanto, como toda a sociedade, a sobrevivência dos geógrafos, neste momento, também depende do sucesso da quarentena, retardando a proliferação exponencial do vírus e, evidentemente, dos profissionais da área de saúde, pesquisadores de diversas áreas, incluindo aqueles que atuam na área da geografia médica, e que se encontram na linha de frente do combate ao vírus e do controle de sua propagação.

Referências

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1990.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 1ª Ed. Campinas: Papirus, 1990. (Tradução Maria Cristina F. Bittencourt).

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim" dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Betrtrand Brasil, 2010.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**: conferências. Rio de janeiro: Compainha das Letras, 2018.

LACOSTE, Y. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2ed. Campinas (SP): Papirus, 2002.

LEFEBVRE, H. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, E. L. A Reinvenção da Corporeidade: por uma teoria do sujeito em Geografia". In: **VII Encontro Nacional da ANPEGE - Espacialidades Contemporâneas: o Brasil, a América Latina e o Mundo**. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Niterói, 2007.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2008. (Trad. Rogério Haesbaert & Hilda Maciel)

MONDARDO, M. L. **O Corpo enquanto 'Primeiro' Território de Dominação**: O Biopoder e a Sociedade de Controle". In: Biblioteca ON-Line de Ciências da Comunicação, UBI, 2009.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia.** São Paulo: Contexto, 2011.

PORTO GONÇALVES, C. W. "A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina " in SEOANE, J. (Org.). **Movimientos Sociales y conflitos em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**, São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEAMON, D. Corpo-Sujeito, rotinas espaço-temporais e danças-do-lugar. In: **Revista Geograficidade**. Grupo de Pesquisa em Geografia Humanista e Cultural, V. 3, n. 2 (p. 4-18), Niterói, 2013.

“TE SITUA”[5] - DESORIENTAÇÕES GEOGRÁFICAS EM LUGARES PANDÊMICOS

Wallace Wagner Rodrigues Pantoja

De súbito, o *espaço encolheu*, mesmo que a paisagem-matriz[6] do agora seja a avenida vazia de uma metrópole en-globalizante, afinal, a virtualidade urbana se impõe até na imagética da catástrofe. Nossas coordenadas espaciais foram violentadas e uma asfixia que vai além do efeito físico da COVID-19 nos captura, não apenas porque sentimos a dramaticidade da pandemia – e seu menosprezo por muitos de nós, poderosos ou não – mas também porque vivenciamos uma desorientação geográfica ao nível da pele.

Para a imensa maioria, a *virtualidade nética* (por opção ou falta dela) não é capaz de suprir a relação corpo-mundo cotidiana, pois as trajeções[7] dos lugares instituintes de nossa segurança geo-ontológica são insubstituíveis. De dentro das casas – quem tem alguma para estar dentro –, os contornos do mundo tornaram-se menos nítidos; os caminhos, objetos e pessoas que destacamos em nossa vida hodierna estão ficando perigosamente indistintos, porque não temos mais o horizonte como fundo naturalizado. E o horizonte não é algo que vemos, não é um limite do visível, mas contra o qual recortamos as coisas e as colocamos no plano do possível[8].

A sensação de asfixia evidencia a perda desse horizonte possível: é o medo da doença, da morte, da fome e da solidão. É, sobretudo, asfixia, porque nossas histórias sedimentadas[9] no corpo – que marcam e delimitam as formas de ir, vir, olhar, tocar, caminhar, comer, rir, cansar, trabalhar, amar, transar – foram fraturadas de maneira irrevogável, mesmo que o irrevogável seja temporário, já que não sabemos a *extensão têmporo-espacial* desta temporalidade.

---

[5] Talvez não seja formalmente correto, mas muitos paraenses usam a construção frasal desta maneira para lembrar, como menciona Carlos W. P. Gonçalves (02/11/2019 – em conferência), que tem gente que fala correto “nós vamos”, mas não sabe para onde vai, já outros falam o “nós vai”, mas sabem muito bem para onde vão.

[6] Para Berque (1984), a paisagem é marca e matriz de significados. Enquanto marca é olhada, valorizada, reproduzida por uma estética e uma moral; mas também é matriz, na medida em que determina formas de olhar, de valorizar, de reproduzir estética e moralmente a realidade etc.

[7] Berque propõe a trajeção como *processo-entre* subjetivo e objetivo, físico e fenomenal, ecológico e simbólico, sendo um processo de “ambientalização histórica ambivalente” dos seres humanos e seus “meios”.

[8] Esta é uma trilha reflexiva que remonta, tortuosamente, a Husserl e a Ahmed, passando por Merleau-Ponty (1994).

[9] Husserl iniciou um pensar sobre como a história se sedimenta em um sentido de repetição corporal, ao que Merleau-Ponty (1994) vai falar da motricidade e, como aponta Ahmed (2006), se pode vislumbrar o *habitus* de Bourdieu.

Você olha ao redor e as figuras[10] – as máscaras costuradas com estampa exclusiva, o olhar desconfiado que isola/afasta alguém tossindo, as mãos que hesitam em tocar o outro e a si mesmo, as ruas esvaziando de gentes, as filas abarrotando o posto de saúde, a separação perigosa riscada no chão, as *lives* destacando as intimidades do que está às nossas costas, os hospitais em sua fachada silenciosa ou em seus interiores entubados de enfermeiros nos corredores apinhados, a pele descascando de tanto lavar, a fome desejosa de cesta básica borrifada com água sanitária, os caixões empilhados sob carradas de areias apressadas sem abraços possíveis – impregnam-se no visível que não se descola de um fundo invisível, ainda mais escondido pela multiplicação dessas figuras coaguladas, de onde brota um pânico asfixiante: o fechamento ao futuro.

Vivemos o horizonte de expectativas não como distanciamento, mas como indistinção febril do espaço de nossas experiências[11]. No entanto, sempre ocorreram epidemias/pandemias, e se pensarmos na circulação frenética multiescalar contemporânea, na revolução urbanocêntrica e na degradação da sociobiodiversidade, as pandemias tendem a se tornar cada vez mais comuns. Então, por que falar de desorientação geográfica?

Não é um fenômeno novo a desorientação geográfica (ou espacial), embora tenha diferentes sentidos e não se trate da mesma coisa nas diversas áreas do saber. Ele é explicado como patologia tal qual o Alzheimer, ou provocador de desastres em situações de pilotagem na aviação comercial[12]; possibilita pensar a condição contemporânea urbana sob a pós ou hipermodernidade tecnocapitalista[13], levando a cidades caleidoscópicas ou provocando geografias desnorteantes[14]; também, instiga a

[10] Merleau-Ponty (2012), consubstanciado na Psicologia de Gestalt, discute a relação figura-fundo como uma estrutura inseparável para que possamos ver e destacar coisas, para que as formas possam ser motivadoras por si, ou seja, fontes de recorrência criativa delas na relação com nossos corpos próprios, o poder de pregnência.

[11] Menção ao texto de Kosellek (2006), para quem há uma semântica no estudo da história que pode viabilizar conceitos mais do que classificadores da experiência, criadores da experiência, como o de “Progresso” que, na modernidade, reuniu a experiência à expectativa.

[12] Caldeira e Ribeiro (2004) expõem a relação entre Alzheimer e desorientação pela deterioração progressiva da capacidade intelectual com impacto na função visual/espacial. Benson e Scott (2006), por sua vez, discutem a desorientação espacial de pilotos por razões humanas e técnicas na aviação.

[13] Cf. Jameson (2007), *pós-modernismo e a lógica cultural no capitalismo tardio*.

[14] É o que propõem vários/as geógrafos/as, a exemplo de Friedberg (2017) que abre mesmo um campo em potencial de exploração da desorientação geográfica.

potencial reorientação ou o posicionamento contrário às linhas padrões que conduzem as pessoas a "uma direção certa" ao longo da vida[15].

Todavia, a desorientação tende a ser um ponto – ou pontos – nas trajetórias geo-históricas. O que temos agora é uma desorientação geográfica global sobredeterminada às outras, de tantas referências e referentes cruzados e em curto-circuito, além das escalaridades interconexas e politicamente assimétricas em choque, das exigências performáticas para seguirmos múltiplos caminhos ou do barramento abrupto no que parecia o certo *aqui-já-agora*. Toda essa *saturação geográfica pandêmica* vai deixando pelo caminho infartados da alma[16], sejam contaminados pela COVID-19 ou não.

A depressão (e correlato pânico) é esta queda, este afundamento por dizermos "sim" para toda a multiplicidade obscena de referências, de figuras pandêmicas que povoam nossos lugares, de caminhos/descaminhos a seguir/desviar/barrar. Incorporamos esta orgia de figuras-coordenadas ao ponto da pura exaustão, nos planos pessoal e social; tanto física como emocionalmente, ao nível do corpo como ponto zero da orientação[17] e na escala-mundo – seja lá o que isso signifique para alguém desesperado entre a vida e a morte em uma fila hospitalar no *já-agora*, lançado para este futuro espremido, barrado, onde não se pode divisar o que haverá[18]. Quem o pode?

A pandemia emergente, *desnaturalizada* pela série de atravessamentos sociogeográficos que a instituem – como a precarização dos trabalhadores periferizados que se dá nos centros, onde a economia política territorialista da violência crua ou mediada institucionalmente atua sobre corpos pobres, negros, lgbti+, femininos, indígenas, idosos, enfim, sobre todo aquele que desvia da estatística do "homem médio" –, em poucos meses provocou, nos diferentes cantos do planeta, a "queda" (literal e figurativa, agora equivalentes) das *quase certezas* sobre nosso futuro imediato, haja vista que vivemos na Era dos Afobados, em que é vedada a possibilidade de pensar com fôlego de longo prazo.

Assim, a pandemia expõe, de maneira nua, aquilo que já sentimos há tempos: nossos lugares em fricção reticulada global nos lançam para o *futuro-já-agora*, sem que possamos tatear qualquer estabilidade neste lançamento, nem senso de contemplação

---

[15] Ahmed (2006) fará uma conexão criativa entre orientação espacial, corpo e orientação sexual para questionar esta imposição das direções certas a seguir frente às demandas existenciais dos LBGTI+ e da teoria *queer*.
[16] Han (2019) fala do infarto da alma em sociedades da hiperpositividade, ou seja, termos que estão em alta performance o tempo todo ao ponto do esgotamento de si por si mesmo. Obviamente, numa sociedade atravessada pela exploração abjeta, a "exploração de si sobre si mesmo" tem que ser recontextualizada para pluriexplorações tirânicas que fazemos uns sobre os outros e sobre nós.
[17] É o que nos faz intuir Husserl, mas a ideia é amplamente desenvolvida por Merleau-Ponty (1994).
[18] Jaspers (1959) chama de situação-limite da existência. Cf. *Filosofía. Tomo I e II.*

ampla e nem vislumbre de um espaço comum habitável com segurança ou de qualquer descanso. Isso porque nossas performances corporais afobadas se chocam no *já-agora* contra um muro duplo, uma situação-limite existencialmente duplicada: a morte literal e figurativa. Estamos asfixiados viral e neuronalmente[19].

Estamos sitiados[20] pelos outros e por nós mesmos em nossas casas ou fora delas. E mesmo quem nega o confinamento por razões variadas está sitiado e sitia, está sob suspeita e suspeita de todos os corpos. Talvez, nesta desorientação geográfica, possamos nos *situar*, ao invés de só nos *sitiar*. Este voltado para o fechamento, o cerco e a coação espacial – um aprisionamento asfixiante –; aquele voltado para fora, orienta-se à posicionalidade construtiva do lugar. Um é a pura separabilidade do corpo-doente, o outro evoca a posição de contato entre-corpos para imunização geográfica[21].

Com isso, não quero advogar a "imunidade de rebanho" irresponsável e genocida que defendem, explícita ou implicitamente, diversos grupos políticos dentro e fora do Brasil, não no caso da COVID-19 por sua evidente exponencialidade. Penso mais no ato de situar-se implicando reposicionar nossa desorientação geográfica – fonte de depressão, pânico, paralisia e adoecimento – para incorporar um caráter desorientador novo, contestatório das linhas cardeais que cristalizam nossos corpos em motricidades adoecidas, numa mesmice que nos lançou ao *já-agora afobado* inescapável, com ou sem pandemia. Situar-se neste necessário isolamento não mais como o "eu, o meu lugar" sendo a única referência de orientação, mas sim como o outro e o seu lugar num entrelaço contingente, frágil e em situação. Somente a partir desta contingência situada poderá haver abertura ao futuro – e ao político frente à política institucional não-situada e só sitiante.

"Te situa" é o alerta para descentrar o olhar aos outros e aos lugares que nos formam e os formam; recortar as figuras que importam e precisam importar do fundo febrilmente indistinto, porque é deste recorte que nos conectamos carnalmente ao mundo. Tal conexão se reticula, sedimentando novas histórias coletivas, na coexperiência e na copresença mesmo na morte, na dor e na tragédia como fundamentos para projetos partilháveis, para recompor o horizonte possível e nos imunizar contra esta e novas pandemias geopolítica e tecno-economicamente impostas.

---

[19] Cf. Han (2019).

[20] Não é, obviamente, o sentido amazônico de "sítio" que uso aqui, mas o que está alinhado à filosofia política sobre o "Estado de Sítio". Na Amazônia há um sentido próprio para sítio como lugar de vivência onde trabalho e aconchego são inseparáveis, próximo à vibração das paisagens não urbanoides regionais – seja por alternativa ou falta dela pela precificação urbana – com amplos quintais com lavoura branca e outras possibilidades de produção, bem como interações de vizinhança e troca de trabalho.

[21] Há algo da esferologia de Sloterdijk aqui.

A abertura ao futuro pela situação lugarizada não nos dá garantia alguma de evitar o fim do mundo tal qual o conhecemos – e talvez ele deva mesmo acabar pelas relações apodrecidas, ainda que aparentemente assépticas, agora hipervisibilizadas. Ao menos nos dá um fôlego profundo, fazendo do espaço não um lugar confinado e sim, como nos diz Ailton Krenak (2019, p. 15): "o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos". E despencar do cosmos é a iminência de perder a própria vida, mas em paraquedas coloridos; é vazamento criativo de revoltas pelo viver (uma defesa imparável pela vida em sua diversidade, o que inclui o cosmos), que provoca a invenção de variadas resistências imaginativas contra o Estado de Sítio[22] e que talvez, apenas talvez, possa situar na indistinção asfixiante do horizonte um outro estado: o Estado de Rebelião[23].

[22] Há um modo excessivamente negativo sobre a reflexão do poder e soberania em Agamben, os estados de exceção e de sítio revelam isto – ainda que "capturem" a realidade conceitualmente. Porém, a vida não (só) acaba em um Estado de Sítio, mas é "onde" a rebelião dos sitiados pode emergir, destotalizando o real.

[23] Evidentemente a referência é o trabalho de Enrique Dussel (2006), Cf. *20 Tesis de Política*. O trabalho de Dussel na busca da transmodernidade, atravessa de maneira gostosa diferentes matrizes que pareceriam impossíveis de coadunar, da fenomenologia ao marxismo na busca de uma filosofia própria.

Referências situadas

AHMED, S. Orientations. Toward a queer phenomenology. **GLQ**: **A jornal od lesbian na gay studies**,v. 12, n. 4, pp. 543-574, 2006. Disponível em: https://muse.jhu.edu/issue/10924, acesso em: 10 abr. 2020.

BENSON, ALAN J.; STOTT, J. R. Spatial disorientation in flight. In: RAINFORD, D. J.; GRADWELL, D. P. (Ed.) **Ersting's Aviation Medicine**, 4ª ed. Londres: Edward Harnold Publisher, 2006. pp. 433-458.

BERQUE, A. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. **Espace Géographique**, v. 13, n. 1, pp. 33-34, 1984. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1984_num_13_1_3890, acesso em: 29 abr. 2020.

CALDEIRA, A. P.; RIBEIRO, R. C. H. M. O enfrentamento do cuidador do idoso com Alzheimer. **Arq. Ciênc. Saúde**, v. 11, n. 2, 2004. Disponível em: http://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/Vol-11-2/ac08%20-%20id%2027.pdf, acesso em: 29 abr. 2020.

DUSSEL, E. **20 Tesis de Política.** Ciudad de México: Siglo XXI/CREFAL, 2006

FRIEDBERG, M. S. **Geographies of desorientations**. New York: Routledge, 2017.

HAN, B. C. **A sociedade do cansaço**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

JASPERS, K. **Filosofía**. Tomo I. Madrid: Universidade de Puerto Rico, 1959.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Cia das Letras, 2019.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martin Fontes, 1994.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível.** São Paulo: Perspectiva, 2012.

SLOTERDIJK, P. **Esferas I**: bolhas. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

OS AUTORES

Aiala Colares de Oliveira Couto
Geógrafo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor e Mestre em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental (NAEA-UFPA). Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Edir Augusto Dias Pereira
Geógrafo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor e Mestre em Geografia Humana pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto da UFPA Campus Cametá.

Edmilson Brito Rodrigues
Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Deputado Federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Felipe Kevin Ramos da Silva
Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Ensino de Geografia pela Universidade Federal do Pará. Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Jorge França da Silva Medeiros
Geógrafo. Doutor em Ciências - Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Comando da Aeronáutica (COMEAR)/ Diretoria de Ensino (DIRENS)/ Colégio tenente Rêgo Barros (CTRB).

José Augusto Carvalho de Araújo
Doutor em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos em São Paulo (UFSCar-SP). Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Coordenador do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação em Enfermagem (NUPEP).

Leandro Tartaglia
Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro) e grafiteiro.

Luiz Augusto Soares Mendes
Geógrafo e Mestre em geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC).

Sandoval dos Santos Amparo
Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (DFCS/UEPA) - Campus VII (Conceição do Araguaia).

Wallace Wagner Rodrigues Pantoja
Geógrafo e Mestre pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da Rede Estadual de Educação do Pará (SEDUC).